



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FORMAÇÃO CIDADÃ, JUVENTUDE E TRABALHO: A GEOGRAFIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

GOIÂNIA
2011



REUVIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**FORMAÇÃO CIDADÃ, JUVENTUDE E TRABALHO: A GEOGRAFIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás – UFG/Goiânia – GO para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de pesquisa: Espaço e Práticas Culturais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lana de Souza Cavalcanti.

GOIÂNIA

2011

R484f Ribeiro, Reuvia de Oliveira

Formação cidadã, juventude e trabalho: a geografia na formação de jovens e adultos [EJA] / Reuvia de Oliveira Ribeiro. – Goiânia: UFGO, 2011.

134 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais, 2011.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Lana de Souza Cavalcanti.

1. Geografia – ensino. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Cidadania e educação. I. Universidade Federal de Goiás. II. Título.

CDU: 37.016: 911
911:37.016: 172

REUVIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**FORMAÇÃO CIDADÃ, JUVENTUDE E TRABALHO: A GEOGRAFIA NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Dissertação defendida e aprovada em 15 de Abril de 2011 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profª Drª Lana de Souza Cavalcanti
Presidente e Orientadora

Profª Drª Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira – UFG

Profº Drº Enio José Serra dos Santos – UFRJ

Goiânia, 2011.

“Minha vida é andar por esse país pra ver se um dia eu descanso feliz, trazendo as recordações das terras por onde passei, dos amigos que lá deixei...”

Agradeço

Na longa jornada que empreendi, sonhando com o sucesso, tive parceiros e parceiras que comigo sonharam e motivaram-me nessa vasta aventura intelectual que foi o mestrado. É com satisfação que reconheço esta dissertação como parte de uma trajetória que se iniciou na graduação com meus companheiros do Programa de Educação Tutorial (PET). A todos os petianos, tutores e demais pessoas que colaboram com o PET, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Lana de Souza Cavalcanti, pelo compromisso profissional, amizade, compreensão, postura ética e por todos os valiosos conselhos. O aprendizado com a professora, tutora do PET e também orientadora do mestrado foi imensurável; obrigada por tudo, Professora Lana.

Aos professores Eguimar Felício Chaveiro, Celene Cunha e Manuel Calaça pelo apoio; foi uma grande satisfação tê-los como mestres. Ao querido diretor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, João de Deus, que muito colabora para o crescimento da ciência Geográfica. À coordenação de mestrado pela interação, aprendizagem e debate, em especial ao Charles e à Joraia que tanto me salvaram nos momentos de agonia. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT) e ao Projeto “Cidades e Práticas Espaciais: diferentes dinâmicas em metrópoles brasileiras nacionais e regionais” pela oportunidade de aprendizado e bolsa concedida.

Os amigos são a família que ganhei ao longo da vida; agradeço às minhas amigas Hellen Cristina e Elis Veloso por todo carinho, pelas conversas de incentivo e por todas as vezes que mesmo ocupadas tiveram tempo para me auxiliar. Sem vocês eu não teria conseguido e o que por mim fizeram estará guardado para sempre no meu coração.

Aos colegas da turma de graduação 2005-2008 que foram os melhores amigos que eu poderia desejar. Aos companheiros de tantas aventuras e congressos Carla Rodrigues, Carlos Antônio, Heitor Sabotta, Leandro Caitano, Lorena Patrícia, Rubia Nara e Suélen Alonso. À turma do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Geográfica (LEPEG): Daniel, Izabela Peracini, Kamila Santos, Nielson e em especial Régis Rodrigues. Ao Coordenador do Laboratório, grande inspiração para minha vida, Vanilton Camilo.

À minha família pela compreensão quanto aos tantos momentos em que não pude estar presente, pois estava estudando.

Dedico esse trabalho especialmente a minha grande amiga Cláudia Senna que em 2010 foi viver em outro plano. Se eu cheguei até aqui foi porque você me ensinou a conviver com as dificuldades.

SUMÁRIO

Lista de ilustrações.....	09
Resumo.....	11
Abstract.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1 FORMAÇÃO CIDADÃ, JUVENTUDE E O TRABALHO.....	25
1.1 A cidadania e a cidade: os desafios da Educação Geográfica.....	25
1.2 A espacialidade dos jovens em Goiânia e Região Metropolitana.....	33
1.3 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mercado de trabalho.....	44
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA PARA O JOVEM TRABALHADOR.....	54
2.1 A Educação de Jovens e Adultos como política pública.....	54
2.2 A função da escola e da Geografia na formação para a cidadania e trabalho.....	65
2.3 Perfil dos jovens trabalhadores da EJA em Goiânia e Região Metropolitana.....	78
3 A GEOGRAFIA NO COTIDIANO: O QUE DIZEM OS JOVENS TRABALHADORES DA EJA.....	87
3.1 Os conteúdos geográficos e a formação para a cidadania e o trabalho.....	87
3.2 A relação conteúdo e prática: visão do jovem trabalhador.....	95
3.3 Indicações para a educação geográfica na Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS.....	129

Lista de ilustrações

Figura 1: ONU coloca Goiânia entre as 10 mais desiguais do mundo, Goiânia–GO, 2010.....	18
Figura 2: O conceito de cidade.....	26
Figura 3: Os melhores e os piores municípios de Goiás, segundo índice de Exclusão Social, 2003.....	40
Figura 4: Distribuição espacial das escolas estaduais, Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Goiânia e Goianira–GO.....	60
Figura 5: Localização de Goianira entre os Municípios da Região Metropolitana de Goiânia, 2010.....	66
Figura 6: Colégio Estadual São Geraldo, Goianira–GO, 2010.....	67
Figura 7: Instalações do Colégio Estadual São Geraldo, Goianira–GO, 2010.....	67
Figura 8: Placa de inauguração do Centro de Estudos de Jovens e Adultos, Goiânia–GO, 2010.....	71
Figura 9: Instalações do Centro de Estudos de Jovens e Adultos, Setor Universitário, Goiânia–GO, 2010.....	72
Figura 10: Biblioteca do Centro de Estudos de Jovens e Adultos, Goiânia–GO, 2010.....	72
Figura 11: Lembranças de formaturas, Centro de Estudos de Jovens e Adultos, Goiânia–GO, 2010.....	73
Figura 12: Auditório, Centro de Estudo de Jovens e Adultos, Goiânia–GO, 2010.....	73
Figura 13: Sala de aula, Centro de Estudo de Jovens e Adultos, Goiânia–GO, 2010.....	74
Figura 14: O trabalho, Exame Nacional do Ensino Médio, Brasil, 2010.....	109
Figura 15: <i>Charge</i> utilizada em avaliação de estudantes da EJA, Goiânia–GO, 2010.....	118

Gráficos

Gráfico 1: Expectativa para o futuro segundo alunos da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.....	16
Gráfico 2: O que é cidadania, segundo alunos da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.....	17
Gráfico 3: Maiores desejos dos Jovens Universitários, Curso de Geografia – UFG 2010	43
Gráfico 4 : Maior receio dos Jovens Universitários, Curso de Geografia – UFG, 2010.....	43
Gráfico 5: Principais características de Goiânia segundo Jovens Universitários, Curso de Geografia – UFG, 2010.....	44
Gráfico 6: Número de Crianças e Adolescentes de 05 a 17 anos trabalhadores, Brasil, 2009.....	52
Gráfico 7: Sugestões para melhoria dos plantões de dúvidas ou recuperação paralela na sua	

unidade escolar, SEE–GO, 2010.....	61
Gráfico 8: Média de idade dos jovens estudantes da EJA no Colégio Estadual São Geraldo, Goianira–GO, 2010.....	76
Gráfico 9: Média de idade dos jovens estudantes da EJA no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, Goiânia–GO, 2010.....	76
Gráfico 10: Quantitativo de Jovens estudantes da EJA quando perguntados se trabalham, Goiânia e Goianira–GO, 2010.....	81
Gráfico 11: Estudo, trabalho e desocupação dos Jovens no Brasil, 2005.....	100
Gráfico 12: Características positivas de Goiânia segundo estudantes da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.....	111
Gráfico 13: Aspectos negativos de Goiânia segundo estudantes da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.....	111

Tabelas

Tabela 1: Projeção da população total, absoluta e relativa segundo grupos de idade, Brasil – 2005/2015.....	34
Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo as classes de rendimento de todos os trabalhos – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil, 2009.....	39
Tabela 3: Absorção da População Economicamente Ativa (PEA) conforme idade e sexo, Brasil, 2008.	50
Tabela 4: Taxas estimadas de alfabetização de adultos (a partir de 15 anos de idade) 1985 – 2015.....	53
Tabela 5: Carga horária por Áreas do Conhecimento, Secretaria Estadual da Educação de Goiás, 2010.....	60
Tabela 6: Jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos de acordo com a cor e rendimento familiar, Goiânia–GO e Goianira–GO, 2010.....	77
Tabela 7: Perfil da moradia dos Jovens Estudantes na EJA nas cidades de Goianira – GO e Goiânia – GO, 2010.....	80
Tabela 8: Profissão/ocupação dos estudantes Modalidade EJA Estado de Goiás, 2010.....	83
Tabela 9: Os conteúdos geográficos na vida cotidiana para o aluno trabalhador da EJA, Goiânia e Goianira, 2010.....	91
Tabela 10: Síntese geral do cadastro das Escolas Estaduais de EJA em Goiás, 1º Semestre de 2010.....	96
Tabela 11: Proporção de estudantes da EJA por etapa e por idade, Estado de Goiás, 2010.....	96

RESUMO

RIBEIRO, Reuvia de Oliveira. **Formação Cidadã, Juventude e Trabalho: A Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o papel da Geografia no cotidiano dos jovens trabalhadores e estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Busca-se com o presente trabalho entender de que maneira a Geografia auxilia os jovens no mercado de trabalho, na compreensão da cidade e no desenvolvimento da participação cidadã. São temas discutidos nesse estudo: a cidade – espaço de reprodução do capital, de desigualdades sociais e de oportunidades, que pode ser melhor entendida por meio do ensino – e a juventude, como etapa de transformações e de conflitos em que a cidadania é algo a ser compreendido e exercido. São apresentadas reflexões sobre o trabalho, como direito de todos e meio de transformação social que por vezes auxilia ou atrapalha no rendimento escolar. O ensino aqui investigado trata-se da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os sujeitos são os jovens trabalhadores ou em processo de inserção no mercado de trabalho. Cuida-se de uma investigação que abrange uma abordagem qualitativa e quantitativa para a análise e observação de aulas, entrevistas e questionários. Assim, a primeira parte deste estudo apresenta uma discussão sobre cidadania, juventude e trabalho. Enfatiza-se que a amplitude desses temas e as diversas contribuições de pesquisas sobre cidadania colaboram sensivelmente para o ensino da Geografia. Em seguida apresentam-se informações documentais sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil e as leis que regem essa modalidade de ensino, assim como a organização do ensino de Geografia na EJA. Nesse contexto, volta-se também para descrição das escolas campo e o perfil dos jovens estudantes da EJA de Goiânia e Região Metropolitana, sendo apresentados os dados de questionários aplicados em diferentes turmas de EJA. Os resultados mostraram que esses jovens têm baixa renda familiar, muitos são responsáveis pelo próprio sustento, trabalham em média oito horas por dia e reconhecem na escola uma possibilidade de ascensão profissional e pessoal. Neste trabalho são, ainda, ouvidas e discutidas as vozes dos jovens trabalhadores e estudantes de EJA, sujeitos desta pesquisa, observados durante as aulas de Geografia e submetidos a entrevistas. Faz-se a apresentação das considerações dos entrevistados sobre os conteúdos geográficos e a ligação desses com o cotidiano. Apresentam-se reflexões sobre o ensino de Geografia e a formação para a cidadania e o trabalho, a relação entre conteúdo e prática na visão do jovem trabalhador e as indicações para a educação geográfica na Educação de Jovens e Adultos. Os resultados apontam que os educandos conseguem fazer associações entre o que aprendem nas aulas de geografia e o seu cotidiano; segundos eles, os conteúdos que têm mais ligação com mundo do trabalho são: ambiente e natureza, política, geografia regional, globalização e urbanização. Constata-se que os professores procuram considerar as especificidades dos alunos e realizam um ensino voltado para a sua realidade e que o ensino de Geografia na EJA pode ser melhorado com maior investimento nas escolas, em materiais didáticos, capacitação profissional e aplicação da legislação referente a essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: Geografia – ensino, Educação de Jovens e Adultos, Cidadania e educação.

ABSTRACT

RIBEIRO, Reuvia de Oliveira. **Formation of the Citizen, Youth and Work: A Geography at the Youth and Adult Education (EJA)**. 2010. 122 f. Master thesis of Geography – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

This research aim to investigate about the role of the Geography in daily life of young workers and students of Education for Youths and Adults (EJA). We attempt to understand in what way the Geography supports these youngsters in the job market, in the understanding of the city and in the development of citizen participation. These themes are discussed in this study: the city, the capital space of reproduction of social inequalities and also of opportunities that can best be understood with the education, and the youth as a step of changes and conflicts in which citizenship is something to be understood and exercised. Reflections are presented on the work, as right of everyone and means of social change, which sometimes supports and hurts in the school performance. The education investigated here is the Youth and Adult Education (EJA) and the subjects are young workers or in the process of insertion in the job market. This is an investigation that includes a qualitative and quantitative approach to the analysis and classroom observation, and interviews and questionnaires. Composed of three chapters, this master thesis is structured into parts that are interrelated and complement each other. So the first part shows a discussion about citizenship, youth and work. It was emphasized that the amplitude of these themes and the various contributions of researches about citizenship collaborate much for the Geography education. In the second section, we present documentary information on the Youth and Adult Education in the Brazil and the laws that rule this mode of teaching, as well as organization of the education of Geography in the EJA. This chapter also looks at the description of rural schools and the profile of young students of EJA in Goiânia and the Metropolitan Region, which are shown the data of the questionnaires applied in different classes of EJA. The results showed that these youngsters have low familiar income, many of these people are responsible for their own livelihood, working an average of eight hours a day and recognize in school a possibility of career and personal advancement. In the third part of this work are discussed and heard the voices of young workers and students of EJA, subjects of this research, which were observed during the lessons of Geography and submitted to interviews. Is made in this chapter the presentation of the considerations of those interviewed about the geographic content and link these with the quotidian. Are presented reflections about the teaching of geography and formation of the citizenship and the work, the relation between content and practice in view of the young worker and the directions for geographic education in the Youth and Adult Education. The results indicate that the students can make associations between what they learn in class and geography of their daily lives, and the contents that, according to these, it has more connection to the workplace are: environment and nature, politics, regional geography, globalization and urbanization. It was verified that: Teachers seek to consider the specifics of the students and held a teaching for the people's reality; and that the teaching of Geography at EJA can be improved with more investment in schools, teaching materials, professional training and enforcement of legislation regarding this modality of education.

Keywords: Geography, Teaching, Youth and Adults Education (EJA), Citizenship, Youth.

INTRODUÇÃO

Ao se pensar em educação geográfica, logo se imaginam os conteúdos, os procedimentos e a prática docente. Porém, sabe-se que o foco principal é o aluno, ou seja, ao se proceder à seleção de conteúdos é importante pensar sobre a relevância dos temas, se estão inseridos no cotidiano e que significado têm para a formação dos educandos. As tendências de pesquisa sobre o ensino de Geografia apontam para uma maior consideração das opiniões dos alunos na escolha do currículo. O Laboratório de Estudo e Pesquisa em Educação Geográfica (LEPEG)² do qual participo desde o ano de 2006 desenvolve atividades de pesquisa sobre a prática docente e o ensino de cidade. Os estudos apontam para a necessidade de uma educação voltada as necessidades do aluno, ao considerar a cidade um espaço contraditório de educação, cultura, lazer e formação humana.

Entre as atividades realizadas no Laboratório, tem grande relevância para esse estudo o projeto “Cidades e práticas espaciais: diferentes dinâmicas em metrópoles brasileiras e regionais” que tem por objetivo adensar a pesquisa teórica sobre as diferentes dinâmicas das regiões metropolitanas nacionais e regionais. Pretende-se a ampliação dos conhecimentos sobre a produção científica desta temática na Geografia brasileira a partir de intercâmbio entre pesquisadores da Universidade Federal de Goiás e da Universidade de São Paulo. A participação nessa pesquisa e nos grupos de estudos do LEPEG ajudou a fundamentar o projeto, a metodologia, os objetivos e a estrutura desta dissertação.

Na universidade aprende-se o quanto a pesquisa é necessária à atividade profissional, por isso defende-se que o(a) professor(a) seja um(a) investigador(a) da realidade escolar. A partir desse pressuposto, a atual pesquisa se propõe a analisar as contribuições da Geografia para estudantes da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O interesse por estudar o tema surgiu quando ministrei aulas para turmas de EJA na Região Metropolitana de Goiânia. Na ocasião, foi possível constatar quão relevante são os estudos geográficos para esse grupo e as possibilidades de trocas de experiências e vivências.

As opiniões, reações aos conteúdos e o método de ensino de adultos aliados às leituras de Paulo Freire e à história da Educação de Adultos no Brasil motivou-me a realizar esse estudo, aprender mais e melhorar minha prática docente sustentando-a em pesquisa. Entende-se que a escola tem um papel amplo que se estende desde a formação para a

² Trata-se de um laboratório vinculado ao Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Nele são desenvolvidas atividades de pesquisa, grupo de estudo, produção de material didático, entre outras. Reúne pesquisadores, professores da rede pública, estudantes de graduação e pós-graduação.

cidadania, a construção de referências sobre o mundo, com foco na educação para inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

Na busca por equidade social, a cidadania está baseada na formação integral, na capacidade de se criar e cumprir deveres e direitos. A cidadania é construída no cotidiano, não pode ser concedida, pois é um processo contínuo de busca que parte do indivíduo. O que se pretende é oferecer possibilidades para que o sujeito possa alcançar seus direitos, de forma que ele busque melhores oportunidades para si e para o grupo no qual está inserido. Uma melhoria nas condições sociais não passa somente pelo indivíduo, mas por uma transformação que mobilize toda a sociedade.

A educação, nesse contexto, é um dos direitos do cidadão, considerada fundamental para a vida social. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é direito de todos e dever do Estado e da família promovê-la. Nesse sentido, procura-se entender a EJA como uma modalidade específica de ensino que, segundo o Conselho Nacional de Educação em conjunto com a Câmara de Educação Básica, no Parecer 11/2000, representa uma “dívida social não reparada”, pois o Estado tem o dever de oferecer escola pública de forma gratuita a todos; por conseguinte, se a criança ou o jovem não estão na escola, indica-se que houve uma falha da sociedade e do Poder Público.

Desta feita, entende-se a educação como um bem, uma aquisição da qual ninguém deve ser excluído. Há um débito com os que não tiveram acesso ou domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela. No parecer supracitado argumenta-se que nos últimos anos os sistemas de ensino desenvolveram esforços para propiciar um atendimento mais aberto a adolescentes e jovens tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória, quanto a iniciativas de caráter preventivo para diminuir a distorção idade/ano.

Entende-se que os sujeitos que não tiveram acesso à escola tornaram-se mão de obra barata, empregada na constituição de riquezas, o que contribui para a diferença entre as classes sociais. Ser privado do acesso à escola é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível à presença significativa na convivência social contemporânea. No Parecer 11/2000 é reconhecido, ainda, que apesar da queda anual do número de analfabetos e de marcantes diferenças regionais e setoriais, a existência de pessoas que não sabem ler ou escrever por falta de condições de acesso ao processo de escolarização deve ser motivo de autocrítica constante e severa.

Ao longo do estudo pretende-se conhecer as políticas, os conteúdos e o método de ensino aplicado aos estudantes da EJA no que se refere à Geografia. Considera-se que cada

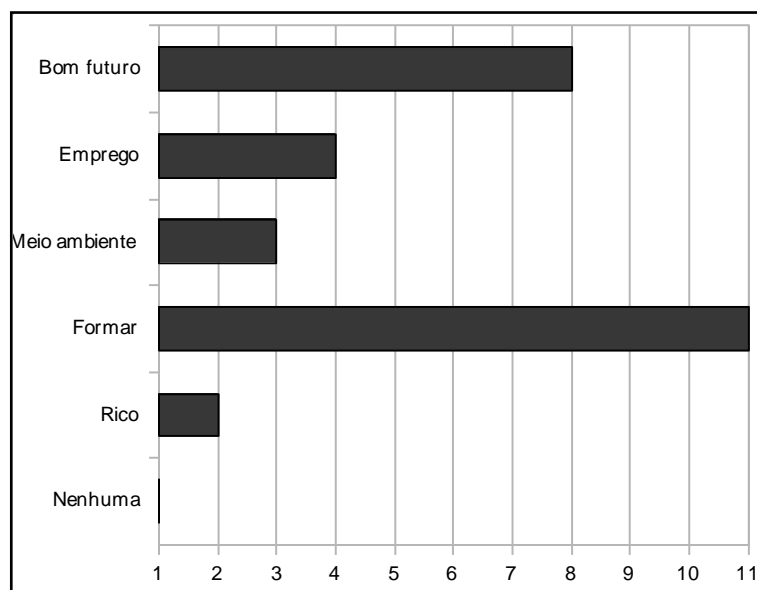
fase de ensino tem suas especificidades e desafios; quando se trata de crianças, jovens e adultos o principal desafio é considerar o cotidiano dos mesmos, visto que possuem mais vivências, desenvolvem práticas espaciais na metrópole e estão em processo de inserção no mercado de trabalho. Tudo isso enseja a reflexão quanto aos anseios e características dos sujeitos, que já vêm para a escola com uma bagagem de conhecimentos, preconceitos e experiências.

Os estudantes dessa modalidade reconhecem que a educação é importante e pode-se dizer que estão na escola de forma voluntária, visto que os pais e a justiça não mais os obrigam a estudar. Essa busca por conhecimento tem um sentido, que pode ser o da qualificação profissional, o da melhor aceitação perante a sociedade ou mesmo o da busca pelo “tempo perdido”. Posto isso, pergunta-se: de que forma a Geografia tem contribuído ou pode contribuir para os jovens e adultos estudantes da EJA. As aulas e os conteúdos possibilitam uma formação para a participação cidadã? Os educandos percebem em seu cotidiano os conhecimentos geográficos que aprendem na escola? A formação adquirida auxilia na sua inserção no mercado de trabalho?

Na realização da Educação de Jovens e Adultos em sala de aula é importante refletir sobre em que lugar e sob quais condições sociais os estudantes estão inseridos, visto que as diferentes demandas locais, regionais e nacionais trazem especificidades para o ensino que ultrapassam o conteúdo do livro didático. Vivemos em um ambiente desigual, de oportunidades escassas em que a educação deve ser plural e com foco na melhoria da qualidade de vida do educando e na formação para a cidadania ativa. Entre os desafios dos jovens na contemporaneidade está a melhoria das condições de vida e dos indicadores sociais brasileiros, embora atualmente reconheça-se que vivemos em um mundo consumista, sexista, e com enorme diferença entre ricos e pobres.

Para conhecer o que pensam os jovens estudantes da EJA de Goiânia e sua Região Metropolitana foi aplicado um questionário em que, entre outras perguntas, questionava-se sobre qual a expectativa para o futuro e o que se entendia por cidadania. Os resultados foram tabulados e revelaram as seguintes realidades:

Gráfico 1: Expectativa para o futuro, segundo alunos da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.

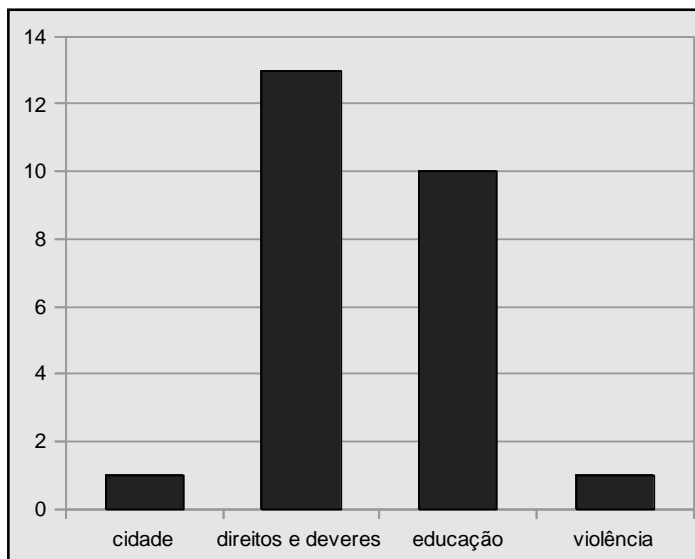


Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

As respostas reforçam a importância da escola para a vida desses alunos, que visam terminar o Ensino Médio para ter 'bom futuro'. Ao responder às perguntas, notou-se que muitos têm medo de não conseguir superar as dificuldades e novamente abandonar os estudos. Um dos principais diferenciais da EJA é que os estudantes reconhecem que precisam da educação e lutam para retomar os estudos e recuperar o que foi perdido. Mencionou-se também a busca por um bom emprego, a esperança de que no futuro haja melhores oportunidades de trabalho ou consiga-se melhor inserção profissional. A grande concorrência por trabalho faz com que jovens e adultos que estão fora da escola retornem em busca de novas oportunidades.

As opiniões revelam a preocupação que eles têm com o ambiente e a crença em um mundo melhor, com a redução dos danos ambientais. Ao escrever sobre ambiente afirma-se a preocupação com o aquecimento global, a poluição do ar e da água. Isso mostra que os temas ambientais chamam a atenção e fazem com que esses estudantes reflitam sobre o futuro do planeta. Há também por parte deles a esperança de ficar ricos, ter dinheiro e poder ajudar a família, assim como há os que dizem não pensar no futuro e não se preocupar com o que está por vir.

Gráfico 2: O que é cidadania, segundo alunos da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Ao mesmo grupo foi perguntado sobre a cidadania, visto que esta pesquisa visa compreender o que vem a ser cidadania e juventude. As respostas foram importantes para traçar um perfil dos jovens. A questão foi aberta e a maioria mencionou que se trata de exercer direitos e buscar o cumprimento dos direitos civis, mas, principalmente, relacionou-se cidadania com os deveres e a solidariedade. Muitos disseram que cidadania é ajudar os colegas, tratar bem a família, não sujar as ruas, entre outros. Exemplificou-se que a educação faz parte da cidadania, ir a escola é uma atitude cidadã, assim como respeitar os mais velhos e as demais pessoas.

Também relaciona-se o tema à não violência, à paz e às atividades para manter a união ente as pessoas. Fez-se também a correlação entre o modo de vida urbano e o cidadão, a tomada de atitudes típicas da urbanização, como separar o lixo para reciclagem, não incomodar os vizinhos e respeitar as leis de trânsito. Foi relevante constatar que reconhecem as atitudes cidadãs, entre elas educação, um dever do Estado e da família e um direito de todos. Os sujeitos entrevistados mostraram consciência de que não se trata de ter direitos e que cada direito implica responsabilidade. Essa consciência é importante, embora se reconheça que o ambiente urbano seja marcado por contrastes.

Segundo relatório divulgado em março de 2010 pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU – Habitat), a cidade de Goiânia está entre as 10 mais desiguais do mundo. Os dados da pesquisa citada na reportagem mostram uma intensificação do problema a partir de 2004; isso revela que apesar das conquistas e do crescimento econômico, ainda vive-se em uma sociedade profundamente desigual. No total, 138 cidades

de 163 países em desenvolvimento foram analisadas no aspecto distribuição de renda. O relatório indica que a capital goiana concentra poucas pessoas ricas e muitas pobres. Os dados da pesquisa foram apresentados e discutidos por um dos jornais de maior circulação no estado de Goiás, que estampou na capa a seguinte foto acompanhada pela manchete:

Figura 1: ONU coloca Goiânia entre as 10 mais desiguais do mundo, Goiânia–GO, 2010.



Fonte: Jornal O Popular, 2010.

Cenário de contraste revela aspecto da desigualdade em Goiânia. Capital é uma das mais desiguais, ao lado de Fortaleza, Belo Horizonte e Brasília.

Levantamento divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que Goiânia é a cidade mais desigual no país e a 10ª no *ranking* de desigualdade no mundo.

Fonte: Jornal O Popular, Goiânia, 20 de Março de 2010.

Na reportagem foi destacado que na cidade existem realidades distintas, conforme pode-se verificar na foto, com a presença do crescimento vertical da área urbana que contrasta com as casas dos bairros simples. A impressão que se tem ao observar a paisagem expressa na foto é de que são duas cidades distintas, pois são realidades que “destoam” completamente quanto à estrutura de moradia. Há espaços ocupados por moradias simples e com pouca infraestrutura urbana, semelhante à zona rural, contrastando com a grande área composta por edifícios.

É notável a concentração de moradias de diferentes padrões justificados por critérios econômicos, em que os que possuem maior poder aquisitivo apoderam-se das áreas melhor estruturadas e mais valorizadas, restando as periferias pobres aos menos abastados. Deve-se acrescentar que os dados e os métodos da pesquisa foram questionados por políticos e pesquisadores da cidade, levando a concluir que se requer um estudo mais aprofundado da questão. Entretanto, a informação é relevante e faz parte de um contexto mundial de

agravamento das desigualdades.

Informações como essas contribuem para que a sociedade torne-se cada vez mais preocupada com a instabilidade social. A escola, como instituição da sociedade, insere-se nesse contexto e passa por transformações na estrutura, na concepção de ensino e na metodologia empregada à medida que é cobrado um ensino capaz de proporcionar a inclusão social ou garantir o *status* existente. Entende-se que a educação e principalmente a Educação de Jovens e Adultos agrega-se a esse contexto de busca por elevação do padrão cultural e econômico da população.

A experiência de ensino com Jovens e Adultos em Goiás suscita muitas pesquisas, entre elas os estudos da Prof^a Maria Margarida Machado (Faculdade de Educação/UFG). Sobre as políticas educacionais da EJA, destacam-se as reflexões desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Rurais (FE/UFG) e a dissertação de Ivonete Maria da Silva sobre os conflitos da relação trabalho e estudo. Especialmente sobre a Geografia, tem relevância a tese de Enio José Serra dos Santos sobre Educação Geográfica de Jovens e Adultos trabalhadores, somando-se à dissertação de Fernanda Borges Neto (UFU) e o artigo de Loraine Albring (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) que também discutem a relação entre Educação Geográfica e Educação de Jovens e Adultos.

Para esta pesquisa de mestrado, os trabalhos desenvolvidos em âmbito regional possuem grande importância, pois pretende-se conhecer a ligação entre a Geografia, o trabalho e o ensino na Região Metropolitana de Goiânia. Sobre educação e trabalho, destaca-se a contribuição de Machado, que menciona o seguinte:

O desafio da relação entre a educação e o mundo do trabalho na EJA é particularmente complexo. Pensar as categorias relacionadas ao trabalho na EJA implica a desmistificação de concepções alienantes que colocam os sujeitos na condição de meros reprodutores, desconsiderando a sua capacidade criadora e criativa, tanto no mundo do trabalho quanto no âmbito escolar. O lugar do trabalho na vida do jovem e adulto precisa ser o lugar do ser, onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura (2008, p.414).

Para contribuir com esse conjunto de pesquisa este estudo apresenta uma análise sobre as contribuições da Geografia ensinada nas escolas para a formação cidadã do jovem trabalhador que estuda na EJA. Entende-se como 'jovem' o sujeito que tem entre 15 e 24 anos de idade e 'trabalhar' como qualquer atividade exercida mediante remuneração. Ao longo da pesquisa, a juventude é definida de acordo com a idade, mas há estudos que a consideram como uma característica do ser que pode estar presente em todas as idades. Optou-se pelo critério da idade por constatar que nessa faixa etária iniciam-se as atividades remuneradas,

constituindo um bom campo para verificar o aproveitamento dos conhecimentos geográficos e de sua contribuição na vida profissional.

Martins (2007) define os jovens a partir da delimitação etária e psicológica, notando que a noção de juventude é bastante utilizada na realização de estudos estatísticos e na definição de idade mínima para o trabalho, para o voto e para o começo da vida profissional. Quanto à formação, de um lado temos a visão de juventude como representante da liberdade, da força, do vigor, da ousadia. De outro, há opiniões de que é uma fase de dúvidas, crises e irresponsabilidades.

Sobre a cultura jovem considera-se que ela é fortemente influenciada pela mídia, sendo as referências construídas no nível global e regional, notando que há uma subordinação à moda, aos padrões de consumo, ao prazer imediato e uma aversão a relações hierárquicas. Define-se juventude como uma fase de contradições em que por um lado lhe são exigidas responsabilidades comuns aos mais velhos e por outro seus direitos são limitados, por serem considerados incapazes de assumir responsabilidades.

Reafirma-se que esta pesquisa é de grande importância, haja vista tratar-se de uma investigação das políticas para a Educação de Jovens e Adultos, em especial no que se refere à Geografia e à sua contribuição para a formação intelectual e crítica do cidadão. A especificidade da Geografia é que ela contribui para o conhecimento e domínio do espaço, além de possibilitar o entendimento dos fenômenos naturais e humanos em diferentes níveis. Nesse estudo é destacada a visão do educando sobre os conteúdos geográficos e a contribuição desses para seu cotidiano, pensando nos deslocamentos que ele desenvolve, na cidade onde mora e no tipo de trabalho que realiza.

Espera-se que esta dissertação possa enriquecer as discussões sobre cidadania, trabalho e a Geografia na Educação de Jovens e Adultos, visto que a Geografia tanto colabora para a melhoria das práticas cidadãs no espaço, para a vivência dos lugares quanto para o respeito à diversidade humana e ambiental. Assim como todas as ciências, os conhecimentos geográficos devem trabalhar com o ser social, que vive em diferentes territórios, habita vários espaços e estabelece relações sociais, virtuais e ambientais com o global e local. Almeja-se que o estudo possibilite aos sujeitos envolvidos um maior conhecimento das singularidades da Geografia escolar e do cotidiano do jovem trabalhador.

Embora os dilemas educacionais brasileiros sejam amplos, quanto à Educação de Jovens e Adultos há alguns entraves que dificultam o aprendizado. O tempo é reduzido e em relação à carga horária destinada à Geografia (duas aulas por semana) percebe-se o pouco tempo para desenvolver todos os conteúdos propostos. Por isso, nem todos os temas do ensino

são suficientemente trabalhados em tal modalidade. Aponta-se o aligeiramento e a busca por resultados de aprovação em detrimento da qualidade. Na EJA os conteúdos são os mesmos das demais modalidades, mas percebe-se nos materiais didáticos uma tentativa de simplificá-los e embora os professores sejam os mesmos, nem sempre têm adequada formação para ensinar na modalidade EJA.

Por outro lado, esse aligeiramento do ensino pode ser compensado pela experiência e vivência dos estudantes. Por tratar-se de estudantes trabalhadores, é bastante difícil realizar atividades como trabalho de campo, por exemplo, pois não podem deixar o emprego. Contudo, pode o professor utilizar-se de outros métodos e ferramentas para conhecer o espaço e proporcionar a esses estudantes o entendimento de várias realidades. Uma das características positivas da EJA são os conhecimentos que os educandos trazem para a escola. No ensino de Geografia, isso pode ser amplamente explorado ao se trabalhar com paisagem, urbanização, tipos de solo, poluição etc.

Ao tratar do ensino de Geografia, Cavalcanti, (2002) e Callai (2003) propõem que haja destaque para a articulação entre o local e o global, pois cada lugar está inserido globalmente e traz representações mundiais que não podem ser entendidas só em nível regional. A *internet* e a mídia (rádio, jornais, programas televisivos), presentes na maioria das casas, trazem uma visão do que acontece no mundo sob diversas orientações; sem uma formação crítica o cidadão é facilmente manipulável. Para manter-se atualizado e consciente das demandas mundiais e locais o educador deve também dedicar-se à pesquisa para sua formação continuada e intervenção na sociedade.

As etapas desta pesquisa seguem os requisitos de um estudo de caso na abordagem qualitativa. Segundo Ludke e André (1986), o estudo de caso caracteriza-se por constituir a unidade de um sistema mais amplo, ou seja, é uma parte bem restrita do fenômeno que pode estar ocorrendo de forma muito mais ampla e diferenciada. O estudo de caso é caracterizado pela precisa delimitação de seus contornos. De acordo com as autoras, para contemplar uma abordagem qualitativa na pesquisa educacional, deve-se estar atento às descobertas, abrir-se para novas questões; deve-se retratar a realidade de forma completa e profunda, usar de uma variedade de fontes e informações e permitir que os resultados do estudo proporcionem ao leitor as “generalizações naturalísticas” a fim de representar diferentes pontos de vista presentes numa situação social.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. É o que afirma Minayo (1994) quando ensina que nas ciências sociais esse tipo de pesquisa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. O foco são os significados, as

motivações, as aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço em profundas transformações. Não há uma oposição entre os dados qualitativos e quantitativos; existe, sim, uma diferença na forma de pensar a pesquisa. Teixeira (2005) caracteriza a pesquisa qualitativa de acordo com os seguintes critérios:

- O pesquisador observa os fatos sob a ótica de alguém interno à organização;
- A pesquisa busca uma profunda compreensão do contexto da situação;
- A pesquisa enfatiza o processo dos acontecimentos, isto é, a sequência dos fatos ao longo do tempo;
- A pesquisa qualitativa geralmente emprega mais de uma fonte de dados.

Seguindo esses pressupostos básicos, a primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico e leituras sobre Geografia, Ensino de Geografia, Educação de Jovens e Adultos, juventude e trabalho. Essa fase teve início no primeiro semestre de 2009 e perpassa todas as etapas da pesquisa, pois há uma grande quantidade de publicações sobre os temas. No mesmo ano, fez-se a coleta de dados e análise de informações obtidas sobre a organização da Educação de Jovens e Adultos junto à Secretaria Estadual de Educação de Goiás e Ministério da Educação e Cultura – MEC. O objetivo na obtenção desses dados foi formar um perfil da organização da EJA no estado e conhecer quais as especificidades dessa modalidade.

No início de 2010 foram feitas as observações de aulas nas escolas campo, em turmas de EJA nas cidades de Goiânia e Goianira no estado goiano. A intenção das observações foi perceber o comportamento dos jovens trabalhadores durante as aulas, seus questionamentos, motivações para o debate e como se adaptam à rotina escolar. Nesse período, foi aplicado um questionário semiestruturado (anexo 1), com perguntas abertas e semiabertas com os estudantes observados como forma de conhecer o perfil desses sujeitos, suas necessidades, o porquê de estudarem na EJA, as opiniões sobre cidadania e expectativa para o futuro.

No segundo semestre de 2010 voltou-se às escolas campo para realização das entrevistas, divididas em três blocos de perguntas sobre trabalho, geografia e cidadania (anexo 2). Objetivou-se entender qual a contribuição da Geografia para os jovens trabalhadores, quais conteúdos têm relação com sua prática cotidiana e como a escola e o ensino de Geografia colaboram para a cidadania. O procedimento de entrevista é uma forma de conhecer a opinião dos sujeitos, quais suas considerações e necessidades. Os questionamentos foram realizados

de forma individual e as respostas registradas com um gravador, posteriormente transcritas e analisadas.

Trata-se de uma etapa importante da pesquisa, em que foi realmente possível conhecer quem são os jovens trabalhadores da EJA. Na concepção de Ludke e André (op. cit.), a entrevista é uma das principais técnicas de trabalho em quase todas as pesquisas, pois com ela pode-se recorrer a esclarecimentos e adaptações das informações desejadas. Esta etapa foi realizada com um grupo de jovens que estão em processo de inserção no mercado de trabalho. A análise de documentos também compõe a metodologia para a compreensão da estruturação e das orientações para a Educação de Jovens e Adultos. Na concepção de Ludke e André (1986), documentos são quaisquer materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação sobre o comportamento humano.

A observação participante constitui uma forma de acompanhar o cotidiano do objeto estudado. Trata-se de um modo para que o pesquisador considere as variáveis, as possibilidades e amplie seu entendimento acerca da situação. Em específico quando se estuda educação é relevante acompanhar a rotina de uma escola e como as teorias didáticas são aplicadas. É no cotidiano da sala de aula que se observa a reação de indisciplina, questionamento, tempo de aula e motivação no ensino. A observação nessa pesquisa teve importância na percepção da utilização de material didático, das atitudes do professor, do seu método de ensino, da diferença de idade entre os estudantes e de toda a rotina do estabelecimento de ensino.

Dessa maneira, o presente trabalho está estruturado em três capítulos que se interrelacionam, se completam buscando realizar uma pesquisa capaz de ampliar os conhecimentos referentes ao campo do ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos. Tem-se como sujeito principal o jovem trabalhador que vive em Goiânia ou na sua Região Metropolitana. Ressalta-se que a pesquisa é um ato de elevação cultural e intelectual do pesquisador que no caso do professor lhe traz novas formas de entender a educação e os sujeitos com quem elabora o conhecimento. Toda pesquisa de alguma forma contribui para uma sociedade melhor.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão acerca da cidade e da cidadania como referenciais para o ensino de Geografia. Busca-se o entendimento sobre a espacialidade desenvolvida pelos jovens de Goiânia e Região Metropolitana, apontam-se as desigualdades entre as classes sociais como fator de exclusão espacial dos jovens, amplia-se para questões sobre a Educação de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho, argumenta-se sobre a importância do trabalho na inserção do indivíduo no mundo globalizado, bem como sobre as

dificuldades de trabalhar e estudar. Procura-se, ainda, entender a relação trabalho e escola e apresentam-se dados sobre a participação dos jovens na população ativa e as desvantagens da precoce inserção profissional.

No segundo capítulo abordam-se as bases da EJA, os documentos, as leis e as características dessa modalidade. Trata-se o ensino modalidade EJA como política pública de reparação social por parte do Estado com aqueles que não tiveram acesso à educação ou foram privados desse direito. Apoia-se nas teses, dissertações e congressos que trazem novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. A função da escola e da Geografia na formação para a cidadania e o trabalho é exposta com dados e considerações teóricas que apontam para o importante papel da educação na inserção profissional. Quanto à Geografia essa auxilia o sujeito na compreensão das relações sociais e espaciais, primordiais no mundo do trabalho. Expõe-se a caracterização dos jovens estudantes da EJA de Goiânia e Região Metropolitana utilizando-se das observações de aulas e das respostas em questionário semiestruturado.

No terceiro e último capítulos são enfocados os conteúdos geográficos e a formação para a cidadania e o trabalho na visão do jovem trabalhador e estudante da EJA. A importância dos conteúdos é discutida com as respostas fornecidas mediante entrevista. Faz-se uma análise dos conteúdos, das respostas e busca-se identificar que temas possuem maior relação com o trabalho e o porquê do surgimento desses temas. Ainda na visão do jovem trabalhador, expõe-se a relação entre o que aprendem em Geografia e a prática e como percebem os temas que estudam nas conversas familiares, na mídia e no trabalho. Após essas discussões são feitas as indicações para a educação geográfica na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

1 FORMAÇÃO CIDADÃ, JUVENTUDE E TRABALHO

Ao longo deste capítulo são abordados de forma integrada os temas cidadania, juventude e trabalho. Inicia-se com a formação para o exercício da cidadania, discutindo esse conceito e sua ligação com o ensino, em especial o de Geografia. Afirma-se que a educação fornece elementos para a prática da cidadania à medida que propõe questionamentos sobre o cotidiano e fornece instrumentos para uma postura crítica e ativa. Os apontamentos feitos indicam que a escola tem primordial importância na formação do sujeito e o conhecimento é necessário para a vida em sociedade.

Na abordagem do que é ser jovem, nota-se que os anseios, os medos, a rebeldia e desejos em parte caracterizam esse grupo. Os apontamentos sobre juventude mostram que se trata de um grupo plural, que vive a expectativa do primeiro emprego e das descobertas da cidade e do mundo. No texto, busca-se caracterizar e mostrar o que é ser jovem no século XXI, discutindo a espacialidade desenvolvida pelos jovens em Goiânia e Região Metropolitana. Considera-se a cidade o local privilegiado da produção e reprodução humana, construídas com o trabalho, instrumento de transformação da natureza para suprir as necessidades sociais.

A relação entre trabalho e estudo e o papel da escola na preparação para o trabalho é abordado na última parte do capítulo, indicando uma interdependência e uma relação não harmônica entre trabalho e estudo. São feitas considerações sobre o trabalho no Brasil e a sua importância para os jovens. Nota-se que a inserção profissional está entre as principais preocupações dos jovens, pois além da necessidade da renda o sucesso profissional é considerado *status* e meio de inserção social. Conclui-se com observações quanto à importância do trabalho para a satisfação do ser humano e os desafios do mercado de trabalho globalizado.

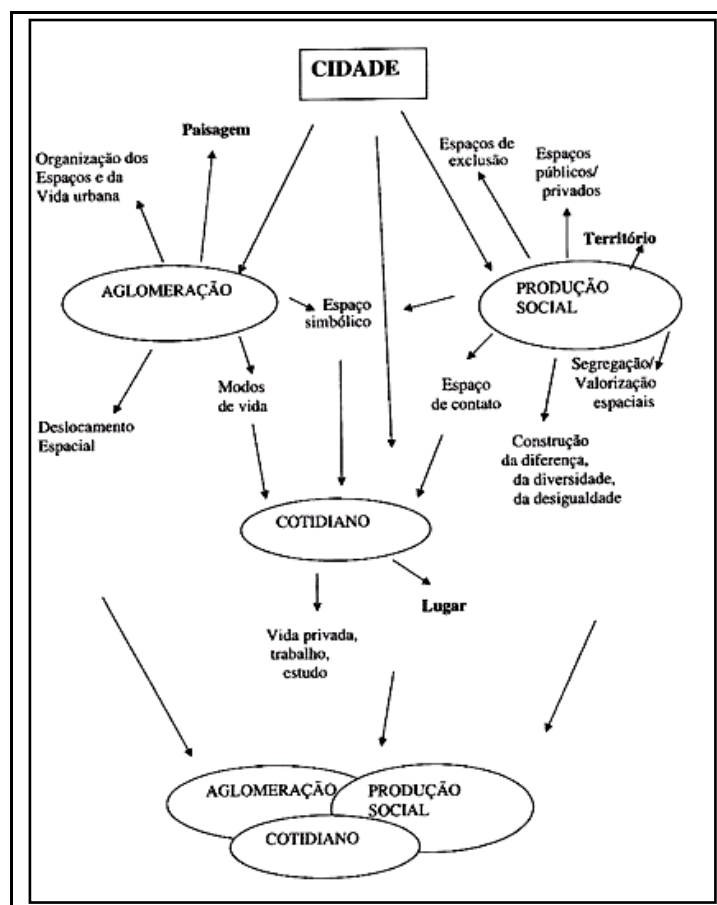
1.1 A cidade e a cidadania: os desafios para a educação geográfica

A expansão das cidades faz com que a existência humana se associe cada vez mais às formas sociais urbanas. Em todas as esferas do cotidiano, estamos em sociedade na qual predominam o urbano e a vida em conjunto. Cada vez mais é preciso pensar o nosso lugar no mundo como o delimitado pelas perspectivas urbanas. Para Cavalcanti (2008), a cidade é um lugar complexo de produção social. Por um lado, existem maiores possibilidades de interações sociais que, ao mesmo tempo, convivem com a segregação espacial e social. Nesse

contexto, é relevante colocar a seguinte pergunta: a cidade inclui ou exclui pessoas? Pode-se tentar, ainda, entender a cidade de diversas formas como, por exemplo, de acordo com a paisagem. Nesse caso, destacam-se os seus habitantes, as ruas, os prédios, as praças, os turistas, os trabalhadores e com essa paisagem nota-se que além das formas a cidade é movimento.

Para sistematizar as ideias sobre cidade, Cavalcanti (2008) faz um quadro para mostrar os conceitos e temas que permeiam esse espaço e a relação entre eles, revelando que o entendimento do urbano liga-se à produção social, à aglomeração e ao cotidiano. Observa-se que a cidade é mais que um conjunto de objetos, é também uma construção social.

Figura 2: O conceito de cidade



Fonte: Cavalcanti, 2008.

No quadro expõem-se as três dimensões que compõem o urbano; os conceitos de lugar, paisagem e território permeiam as dimensões da vida. Parte-se da premissa de que a cidade, sua forma e dinâmica educam. Rodríguez e Barrera (2010) tratam dos questionamentos-chaves que intervêm nesse processo. De acordo com eles de um lado há as

mediações e de outro os fatores. Entendem-se, em particular pela pesquisadora, as mediações como os processos culturais que conduzem à construção de imagens na mente das pessoas que interagem. Os fatores são constituídos por situações particulares da existência material de cada indivíduo.

Na perspectiva de Carlos (2005, p.45), a cidade é a expressão mais contundente do processo de reprodução da humanidade sob o domínio das relações capitalistas.

Na cidade a separação homem natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma mais eloqüente. Mas ao analisá-la torna-se importante o resgate das emoções e sentimentos; a reabilitação dos sentidos humanos que nos faz pensar a cidade para além das formas. Isso nos faz analisar a cidade para além do homem premido por necessidade vitais (comer, beber, vestir, ter teto para morar), esmagado por preocupações imediatas. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimento, formas de lazer, e também uma cultura.

Nota-se a referência à cidade como um conjunto de objetos e movimento social, construção humana contraditória, na qual se misturam o material e o imaterial. É o lugar das lutas sociais, da ruptura, dos questionamentos que mobilizam as pessoas para promover a transformação social. Essas lutas são feitas no cotidiano e fazem parte do processo de formação para a cidadania.

A cidadania, por sua vez, está ligada à cidade, às pessoas que vivem nesse espaço. Com o crescimento do modo de vida urbano houve a necessidade de instalar hábitos e costumes como forma de boa convivência entre os que habitam um mesmo espaço. Para Saviani (1986), a origem do termo cidadania vem de Cività, que era o burguês, aquele que habitava os burgos (a cidade) no período do feudalismo. Desse modo a noção inicial de cidadania está ligada à ascensão da burguesia e, conseqüentemente, do capitalismo, sendo este o contexto presente na Idade Média. Portanto, o cidadão é oriundo das cidades e faz parte do contexto das relações vivenciadas na sociedade citadina.

Para Oliveira (1999), a depender do país, da província ou região, da cidade, ou mesmo do bairro em que se vive, a cidadania ocorre em graus diferenciados. Considera-se que a cidadania está ligada às classes sociais e ao espaço dos direitos civis, políticos e sociais e passam necessariamente por uma mediação do lugar. O conceito de cidadania guarda, assim, uma concretude que possui íntima relação com a cidade enquanto realidade histórica. O autor considera que após a Revolução Francesa houve um novo modo de pensar o cidadão e a cidadania para além dos direitos e deveres. Inicia-se a discussão da nacionalidade, da

igualdade civil e da institucionalização de direitos políticos, tão necessários à vida pública. A partir de então a cidadania passou a ser pensada de acordo com os limites geográficos do país. Conforme o autor:

Na versão moderna de cidadania como nacionalidade, política, território e cultura se fundem numa mesma matriz, tendo como referência o Estado-nação e por espaço privilegiado a cidade, sobretudo as grandes cidades, a exemplo de Londres e Paris, lócus de poder econômico e civil, que são tomadas como símbolos ou modelos desta nova territorialidade. O cidadão como indivíduo politicamente emancipado representou um passo importante na conquista de direitos políticos anteriormente negados, porém insuficiente, uma vez que não supera o homem egoísta e o seu individualismo (RIBEIRO, 1999, p.111).

O autor indica que a cidadania é uma questão de poder. Nessa perspectiva, a cidade é um campo de observação privilegiado para se pensar os rumos da construção prática e teórica da cidadania. O instrumento de acesso à vida em conjunto está diretamente ligado à educação, a cultura e ao saber. Segundo Ribeiro (2001), a educação auxiliaria o indivíduo a agir segundo convenções previamente acordadas, na constituição dos chamados direitos e deveres do cidadão. Caberia à educação a tarefa de formar o cidadão dentro do princípio de que todos são iguais e, portanto, devem ter acesso ao conhecimento científico; no entanto, é importante considerar a ressalva:

A educação não constitui a cidadania, ela dissemina os instrumentos básicos para o exercício da cidadania. Para que o cidadão possa atuar no sindicato, no partido político etc. [é necessário que ele tenha acesso à formação educacional, ao mundo das letras e domínio do saber sistematizado. Em consequência disso a formação do cidadão passa necessariamente pela educação escolar (RIBEIRO, 2001, p.25).

Percebe-se que cidadania não se dá exclusivamente por meio da educação, mas essa é ferramenta essencial para o entendimento do espaço e a formação de valores, que são parte da cidadania. A contribuição do ensino e em específico do estudo da Geografia liga-se à formação para a vida em sociedade. Visa-se que o sujeito-aluno seja capaz de realizar sínteses, comparações, associações e também criar novas teorias sobre o ambiente que o envolve. Habitar um espaço – ser cidadão de um determinado lugar – se dá por meio de um pertencimento intelectual, por intermédio de ações intelectivas e de leitura, explicação e cognoscibilidade do mundo (MILTON SANTOS, 2003).

O que se busca com a educação geográfica é que o sujeito tenha o direito de fazer análises próprias, que pense de forma racional. Parte-se de conceitos científicos para compreender o seu lugar no mundo e colaborar para o planejamento do espaço coletivo e

mundial. Acrescenta-se que

A cidadania que se constrói em um lugar físico, também se constrói em um lugar político, no jogo de poderes, e em um lugar afetivo, de pertencimento, considerando-se aí o direito e o dever de refletir, pensar, interagir intelectualmente sobre esse espaço-lugar; portanto, o espaço do cidadão, além do aspecto físico e social, assume aspectos intelectivos e afetivos, em sentido de uma cidadania pensante, crítica, criativa no espaço habitado e apropriado (NOGUEIRA e CARNEIRO, 2009, p. 27).

Considera-se que o cumprimento de direitos e deveres é o que nos torna seres participativos e interativos com o ambiente e com a sociedade. O exercício do cumprimento de deveres deve ser constante, pois não há o estabelecimento de relações harmônicas se não há a execução das obrigações para com a sociedade. Deve-se exercer o respeito ao próximo, ao ambiente, ao patrimônio público e às normas definidas na Constituição Federal e nas leis. Há que se pensar nos deveres que disciplinam a vida, não só os políticos, mas os que se relacionam ao conhecimento e à crítica autônoma voltados para práticas coletivas de pensar no dia a dia.

Em Geografia, o conceito de cidadania liga-se principalmente à consciência espacial, à intervenção no espaço local, regional e mundial e à capacidade do indivíduo que, partindo do conhecimento, faz intervenções no seu cotidiano. Sobre a Geografia que se faz no cotidiano, Lindón (2006) diz que não existe um campo configurado e reconhecido na comunidade geográfica que pode se chamar “Geografia da vida cotidiana – GVC”, mas existem vários estudos sobre o assunto. Manifesta-se o entendimento de que sua existência encontra seu fundamento no reconhecimento da relação espaço e sociedade a partir da pessoa, do sujeito e do indivíduo.

O cotidiano tem especial importância na formação da cidadania, pois é nele que ocorrem as experiências que possibilitam o exercício dos direitos e deveres. Nos estudos realizados dentro e fora de sala de aula, deve-se considerar como referência básica o tempo e o espaço em que os sujeitos estão inseridos. A partir dessas constatações e pensando no interesse do educando é que se deve pensar a educação. Com o enfoque no sujeito, a Geografia da vida cotidiana estuda a relação espaço e sociedade em situações de interação. Essa interação refere-se aos sujeitos situados espaço-temporalmente em um contexto intersubjetivo no qual dão sentido ao espaço e ao outro em um processo de constante 'ressignificação' e construção dos espaços da vida. Por isso, pode-se dizer que para a GVC questões aparentemente banais expressam dimensões da vida social que merecem uma análise

geográfica profunda.

Dentre os autores que constataam a importância de se incluir no ensino o cotidiano e a cidadania destaca-se Castrogiovanni (1998) que defende a necessidade de uma formação voltada para a cidadania, considerando, assim, os valores, os padrões culturais da vida e de aprendizagem dos grupos sociais. Afirma-se que é pela educação que as sociedades podem mostrar sua cultura, seu saber e defendê-los da massificação. Avalia-se que a cidadania também se expressa na forma cultural como resistência ou manifestação de um povo. Em tempos de globalização, quando o mundo parece caber em nossa casa, cada vez há menos tempo para falar das tradições, cultura local, representações e símbolos, festas religiosas.

Por outro lado, há uma maior disseminação das informações, agilidade nos transportes, desenvolvimento das comunicações e da tecnologia. Essa conexão que nos envolve faz com que barreiras sejam ultrapassadas, pois com a tecnologia é possível ter amigos em países os quais nunca se visitou. É possível, até mesmo, relacionar-se afetivamente com pessoas muito distantes, vê-las, ouvir a voz, trocar imagens e compartilhar o dia a dia. O fenômeno das redes sociais (*Orkut, Twitter, Facebook, Messenger* etc.) possibilita uma expansão dos contatos sociais. Nota-se, portanto, que nas relações humanas a tecnologia permite um alargamento de possibilidades para além das barreiras físicas.

Assim, considera-se que existe uma relação estreita entre cidadania e espaço, pois é no espaço que se tem a materialização das relações (Damiani, 1999). Acrescenta-se, ainda, que o cidadão deve participar de todos os acontecimentos do espaço, conhecendo-os, pois o indivíduo não deve ser meramente um objeto e sim um sujeito modificador, além de adaptável a mudanças. O exercício de direito ocorre em um espaço, pois não existe acontecimento que não esteja no tempo ou no espaço.

Ao longo da história têm-se diferentes definições e características do exercício de direitos. Para Pais (2005), o conceito de cidadania estabelece fronteiras e margens entre sociedades e grupos. Uns são enquadrados (os “incluídos”), outros desenquadrados (os excluídos, os marginais). As margens são definidas a partir do centro, isto é, dos nossos valores. Existe uma cidadania de direitos que é considerada constante: são os já garantidos na constituição. Mas há também uma cidadania de novos direitos conquistados, cuja premência é justificada pelas circunstâncias ou necessidades mutáveis da vida.

Neste caso, pode-se falar de uma cidadania inovadoramente participada. A questão do voto feminino ilustra esse fato, conquistado por meio do Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, embora com restrições que só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o voto feminino só tornou-se obrigatório em 1946. Em alguns países como

o Kuwait, as mulheres começaram a votar apenas em 2005 e no Qatar, em 2007.

Ainda sobre a importância do espaço na formação da cidadania, nota-se a relevância de considerar a visão do aluno sobre os conteúdos. Não se limitando ao senso comum, mas buscando fazer a mediação entre conhecimentos cotidianos e científicos, ponderando que nem sempre se tem respostas para todas as questões. Vygotsky (1991), dentro da perspectiva sócio-histórica, diz que o professor faz essa mediação. Os conceitos são os resultados de uma atividade complexa, em que todas as funções intelectuais básicas (atenção deliberada, memória lógica, abstração, capacidade para comparar e diferenciar) tomam parte. Os conceitos cotidianos são estabelecidos no convívio cultural, são formados a partir de vivências e observações do mundo. Os científicos passam pela elaboração intencional dos indivíduos do grupo cultural e estão relacionados ao saber.

Conceitos cotidianos e científicos não estão isolados, mas influenciam-se reciprocamente. Transferir o conceito é impossível e o papel do professor é utilizá-lo em diferentes contextos nos quais o sujeito possa vir a compreendê-lo. O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que os cercam (Vygotsky, 2007).

Em seus estudos, Vygotsky considera o desenvolvimento da complexidade da estrutura humana como um processo de apropriação pelo ser humano da experiência histórica e cultural (Rego, 2008). Nessa perspectiva, o desenvolvimento é resultado de experiências sociais ao longo da vida. O indivíduo interage com o meio e faz parte dele, sendo a necessidade de satisfação que leva a transformar a natureza e a estabelecer relações com seus semelhantes, produzir conhecimentos, construir a sociedade e fazer história.

Ao interagir com o conhecimento, o ser humano se transforma: aprender a ler e a escrever, obter o domínio de formas complexas de cálculos, construir significados a partir das informações descontextualizadas, ampliar seus conhecimentos, lidar com conceitos científicos hierarquicamente relacionados são atividades extremamente importantes e complexas que possibilitam novas formas de pensamento, de inserção e atuação em seu meio (REGO, 2008, p.92).

Acrescenta-se a discussão de Cavalcanti (2008) sobre o trabalho de educação geográfica, que auxilia os alunos a desenvolverem modos do pensamento geográfico, internalizar métodos e procedimentos e captar a realidade, tendo consciência da sua espacialidade. Ressalta-se que esse modo de pensar geográfico é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que essas são sempre socioespaciais. As considerações da autora traduzem o construtivismo para o ensino de Geografia no qual o aluno é o foco da

aprendizagem e o educador tem a tarefa de mediar o ensino.

Compartilhando dessa perspectiva sobre o papel do ensino de Geografia na formação, têm-se autores que defendem o ensino como um instrumento de acesso ao mundo.

La enseñanza de las Ciencias Sociales y dentro de ellas la geografía, tienen como fin primordial facilitar la información y las herramientas conceptuales, así como desarrollar las habilidades cognoscitivas y las actitudes que permitan a los estudiantes abordar el estudio de estas ciencias, para lograr comprender a los seres humanos que vivan en su entorno próximo y en otros lugares del mundo, en todo tiempo histórico y espacio geográfico. (BARREIRA e RODRÍGUEZ, 2010, p.156).

Nogueira e Carneiro (2009) trazem a discussão sobre a formação da consciência espacial-cidadã, elucidando que ela exige dos sujeitos envolvidos uma atitude reflexiva de olhar para si na relação com o outro e com o entorno sociocultural, vendo-se como agente construtor de uma vida mais justa, mais solidária e democrática. Para que isso ocorra é necessário o desenvolvimento de práticas educativas que contribuam para a formação e o entendimento da força das ações cidadãs conscientes. Nessa interpretação, o termo consciência relaciona-se às situações e aos modos de vida da realidade concreta.

Ao se tratar da cidadania que se faz em determinado espaço e do papel da Geografia, pode-se considerar o seguinte:

A cidade é educadora: ela educa, ela forma valores, comportamentos; ela informa com a sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes. No entanto, as possibilidades de leitura mais abrangente da cidade dependem de uma formação cidadã. A prática da cidadania inclui a competência para fazer a leitura da cidade. Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercer o direito a criar seu direito à cidade (CAVALCANTI, 2008, p.74).

A Geografia, portanto, tem importância no pensamento e planejamento do espaço, tão essencial à cidadania, pois um mesmo espaço pode ser inclusivo ou excludente, de acordo com a finalidade.

A geografia impõe-se como um saber pensar o espaço, um conhecer o espaço pelos homens para nele saberem organizar-se e para nele saberem viver e combater por uma vida melhor, do pão aos direitos. Este saber pensar o espaço exige uma consciência espacial que não se confine ao estreito espaço da vida cotidiana e que salte para além do horizonte que o encerrou e, em tempos de metáforas de aldeias globais, encerra ainda a tomada de consciência de ser e estar no mundo (ALMEIDA e GAMA, 2003, p. 85).

A relação entre ser cidadão local-regional-global liga-se à percepção do espaço coletivo e ao pensar globalmente as questões locais. Nem todos os autores são unânimes em considerar que existe uma cidadania. Pais (2005) conclui que somos cidadãos na medida em

que somos capazes de levar em conta a atitude do outro, num reconhecimento que pressupõe intersubjetividade e trajetividade. E nem sempre as preocupações e aspirações dos jovens são consideradas pela sociedade. Cita-se que os jovens são desiludidos com a política e com tudo o que pareça “careta”. Trata-se da cidadania “cepa torta”, que se traduz em direitos civis e de propriedade entre quem nada tem, em direitos políticos de voto entre quem nunca é votado, em direitos sociais, como os de livre acesso à educação, sem considerar que o sistema repele (reprova) os sujeitos com maiores dificuldades e que precisam mais do saber.

De acordo com Pais (2005) a cidadania que temos é feita de formas universalistas e ignora as necessidades particulares e as diferenças entre as pessoas. Consideram-se os cidadãos como iguais, mas eles são diferentes. Cria-se o mito da homogeneização perante uma realidade diversa, formada por grupos culturais e sociais.

Outro modo de pensar o cidadão é desenvolvido por Ianni (2002) que coloca o conceito de cidadão do mundo, que antes era tratado como figura de linguagem ou utopia, mas que pode tornar-se realidade quando se forma uma sociedade civil mundializada. O futuro cidadão do mundo não se define somente pelo trabalho; estão em questão as relações sociais e culturais influenciadas pelas relações mundiais de poder. O autor destaca a difícil compreensão da cidadania e dos valores sociais em uma sociedade baseada na individualidade. Salienta-se que está em formação um novo indivíduo social, plural e caracterizado pela multiplicidade de ações, participações e deslocamentos.

A questão do cidadão e do consumidor é tratada por Milton Santos (2002), que afirma que o consumidor não é cidadão, pois não é o consumo de bens materiais ou imateriais que faz ou produz a cidadania. Do mesmo modo, o eleitor também não é o cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o sujeito realize inteiramente suas possibilidades como participante ativo e dinâmico da atividade. O autor define o cidadão como multidimensional em que cada dimensão se articula com as demais na busca de um sentido para a vida.

Nas experiências da autora da presente pesquisa, analisando materiais didáticos e ministrando aulas, constatou-se que a cidadania é uma construção tecida ao longo do tempo desenvolvida por cada ser de uma forma diferenciada e singular. Até mesmo o entendimento das práticas cidadãs passa pela subjetividade, nas quais as vivências e experiências desenvolvidas têm grande influência nas práticas cotidianas.

1.2 A espacialidade dos jovens em Goiânia e Região Metropolitana

Ao pensar os sujeitos da nossa sociedade têm destaque os jovens que, de acordo com

dados do IBGE, constituem a maioria em nosso país. Para este estudo, optou-se por definir os jovens pela faixa etária, considerando os apontamentos já realizados pelo IBGE. No estudo denominado População Jovem no Brasil, publicado em 1999, o Instituto justifica que esse recorte etário, dos 15 aos 24 anos de idade, requer especial atenção por parte dos responsáveis diretos pelo planejamento nacional e até mesmo pela sua administração. Cita-se que estes jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho. Por outro lado, são estes mesmos jovens que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas. Além disso, é a fecundidade das mulheres nesta faixa etária que mais tem contribuído para o nível geral prevalecente no Brasil.

Os dados revelam que existe uma estabilização no número de jovens, enquanto aumenta consideravelmente o percentual de pessoas na faixa dos 30 aos 59 anos. Os jovens representam o segundo maior grupo, constituem um contingente expressivo que depende de políticas públicas e assistência para garantir o alcance da idade adulta com bons níveis de saúde, escolaridade e qualificação profissional.

**Tabela 1: Projeção da população total, absoluta e relativa, segundo grupos de idade
Brasil – 2005/2015.**

grupos de idade (em anos)	projeção da população total					
	2005		2010		2015	
	absoluta	relativa (em %)	absoluta	relativa (em %)	absoluta	relativa (em %)
0 a 4	16.650.022	9,2	16.700.783	8,7	16.325.374	8,1
5 a 9	16.142.063	8,9	16.585.356	8,6	16.637.779	8,3
10 a 14	16.126.633	8,9	16.111.208	8,4	16.553.940	8,2
15 a 29	50.476.461	27,8	49.726.414	25,9	48.522.413	24,1
30 a 59	66.719.267	36,8	74.692.992	38,9	81.481.412	40,4
60 a 69	9.168.667	5,1	10.934.140	5,7	13.485.974	6,7
70 ou mais	6.058.386	3,3	7.290.103	3,8	8.510.578	4,2
total	181.341.499	100,0	192.040.996	100,0	201.517.470	100,0

Fonte: IBGE, 2005.

O sentido de juventude pode ser entendido para além das questões da aparência ou idade cronológica. No século XXI, essa fase da vida pode ser considerada uma característica, um modo de agir ou o desejo de se manter atual por muito tempo. No Brasil, as pesquisas apontam que estamos em uma fase de transição caracterizada pelo aumento dos índices de adultos e idosos. Essa expectativa reflete os números de países economicamente

desenvolvidos, cuja melhoria na qualidade de serviços de saúde, educação e lazer aumentam a expectativa de vida.

Esse aumento de expectativa de vida faz com que haja um prolongamento da juventude e das características inerentes a ela. Exemplo disso é que os filhos deixam cada vez mais tarde a casa dos pais, começam a trabalhar com mais idade e se casam mais tardiamente em comparação a décadas anteriores. Para Castro e Aquino (2008), esse prolongamento da juventude ocorre também por motivos de inserção profissional e destaca as instabilidades na economia e a não agregação pelo mercado dos jovens saídos da escola.

Neste cenário de restrição das oportunidades de emprego – que afeta inclusive os trabalhadores já inseridos, desacreditando a estabilidade como marca fundamental da vida adulta –, duas grandes tendências se configuram entre os jovens. Aqueles de origem social privilegiada adiam a procura por uma colocação profissional e seguem dependendo financeiramente de suas famílias; com isso, ampliam a moratória social que lhes foi concedida, podendo, entre outras coisas, estender sua formação educacional, na perspectiva de conseguir uma inserção econômica mais favorável no futuro (CASTRO e AQUINO, 2008, p.10).

Para Abramovay (2004) a transição para o mundo adulto atualmente é bem mais “prolongada”. Os fatores que contribuem para isso são os meios de comunicação, a tecnologia de fim de século. E acrescenta que o processo de maturação das crianças começa mais cedo, ao menos no que se refere às informações e ao entendimento de muitos problemas e fenômenos básicos. Por outro lado o ingresso na maturidade, cultural e socialmente definida, no mundo do trabalho e na autonomia financeira pede idades mais avançadas e competências cada vez mais complexas.

Pode-se constatar que ser jovem no século XXI tem suas especificidades e características. Deve-se lembrar que essa categoria perpassa uma pluralidade de concepções e atitudes. Há vários grupos, organizações e atitudes dos jovens que podem ser analisadas através do olhar geográfico, como a predileção por certos lugares da cidade, as atitudes de contestação ou reprodução da cultura dominante, a organização em grupos, gangues e até mesmo as atividades e territorialidades desenvolvidas na cidade e particularmente na escola.

Embora consolidadas em contextos ideológicos já distantes, as concepções da juventude como etapa problemática ou como fase preparatória da vida ainda hoje se fazem presentes na tematização sobre o jovem (Castro e Aquino, 2008). O contraste entre juventude e ordem social permanece quando se abordam as experiências de contestação ou a rebeldia juvenil. Essas características fazem parte da divergência em relação à ordem dominante; há

uma tentativa de mudar as regras estabelecidas, moldando uma realidade de acordo com os desejos e concepções do que “parece” mais 'correto'.

Os jovens trabalhadores que estudam na EJA, além dessas características, possuem em sua trajetória um fato marcante: a exclusão. Por motivos diversos deixaram de frequentar a escola; entre eles pode-se citar a repetência de série, a necessidade de auxiliar a família seja com trabalho ou com a presença em casa, a violência, as drogas, a migração etc. Esses jovens são a expressão da realidade de que, apesar da gratuidade do ensino, ainda existe uma dificuldade de acesso e permanência na escola seja por questões de localização geográfica, por dificuldade de conciliar o estudo com as demais atividades ou por quaisquer dos fatores acima transcritos.

No que se refere aos jovens da EJA, essa exclusão afeta até mesmo a autoestima, pois a educação é um instrumento de acesso social. Outra forma de exclusão é a distorção idade/série que causa constrangimento ao indivíduo; embora haja mecanismos legais para minimizá-la, ainda constata-se que há muitos casos sem atendimento. A consciência dessa problemática aponta a necessidade de desenvolver mecanismos para que os jovens e adultos que estão na EJA não voltem a abandonar a escola e perpetuem o ciclo da exclusão.

Com base nessa problemática inicial, esta pesquisa optou por analisar um segmento específico de juventude, que se enquadra dos 15 aos 24 anos e estuda em escola pública na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa escolha vai ao encontro da definição do IBGE para juventude que é estabelecida de acordo com a idade. Optou-se por adotar essa definição pelos amplos estudos e dados que o Instituto tem sobre esse segmento. Além disso, as instituições governamentais também seguem os critérios do IBGE para o planejamento de ações destinadas ao público jovem. A escolha da escola pública foi feita por constatar-se que o maior número de estudantes que procuram essa modalidade está na escola pública.

Visa-se saber qual a contribuição do ensino de Geografia para esses sujeitos que estão inseridos no mercado de trabalho ou em busca do primeiro emprego. Entende-se que a educação deve atender aos objetivos do educando, da sociedade e preparar o cidadão para os desafios do cotidiano. O problema em relação aos jovens é: quem são esses sujeitos? Quais suas expectativas e anseios? Que políticas e projetos são desenvolvidos para atender à juventude?

Na pesquisa bibliográfica realizada constata-se que essa questão é tratada simultaneamente sob duas visões: diz-se que os jovens são caracterizados pela impulsividade, irresponsabilidade, não respeito às tradições, mais propensos a praticar e sofrer atitudes violentas e, sob outra perspectiva, representam o futuro, a disposição e a possibilidade de um

futuro melhor. É importante destacar quando se fala de juventude que se trata de pluralidade; por isso, autores como Libâneo (2004), Martins (2007) e Cavalcanti (2009) em suas definições atribuem características positivas e negativas, destacando que se trata de um universo extremamente plural.

Considerando esse segmento como um problema social, encontram-se termos como drogas, violência, sexo, consumo e consumismo, moda, indústria cultural, alienação, festas, lazer, rock, curtidão; por outro, numa referência positiva a esse segmento, evoca-se expressões como, vanguarda política e social, agente de transformação social, irreverência, rebeldia, transgressão, música, prática de esporte (CAVALCANTI, 2008, p.115).

Para compreender quem é esse sujeito, é necessário considerar todas as possibilidades e vê-lo como indivíduo em construção que está experienciando a liberdade e as restrições. Há nessa etapa uma tentativa de controle dos pais, uma cobrança por definições e atitudes responsáveis e uma construção de valores. Na formação do sujeito jovem têm papel preponderante os valores sociais (seja na aceitação ou contestação desses) e familiares, a mídia, o grupo com o qual se identifica, os lugares que frequenta e as experiências vivenciadas. Nesse universo, a escola representa umas das primeiras instituições que mostra o conhecimento e as regras da sociedade.

Em relação aos jovens estudantes da EJA, essa rebeldia ou a falta de apoio familiar podem contribuir para o abandono da escola. É um desafio recuperar sua autoestima e auxiliar para que prevaleçam as atitudes que os levem a alcançar uma vida melhor. Na construção da trajetória do indivíduo é um desafio tomar as atitudes corretas e saber escolher o que é melhor. Quanto ao jovem trabalhador, o desafio é ainda maior, pois o tempo torna-se limitado e há de se considerar, ainda, o tempo destinado ao lazer, à família, aos estudos e conciliá-lo com as atividades profissionais.

De acordo com Cavalcanti (1998), a materialização das relações sociais constitui-se em relações de espacialidade, nas quais os seres humanos constroem suas condições de vida em sociedade. Essas relações envolvem relacionamentos de perdas, ganhos, relações entre membros de uma família, escola, trabalho, países etc. e, portanto, envolve e requer o exercício do fazer-se cidadão. As ações da juventude no espaço ocorrem de acordo com as potencialidades de cada segmento social.

A exclusão dos jovens estudantes da EJA, geralmente de baixa renda, refere-se também às questões econômicas. Há diferença entre as práticas desenvolvidas por jovens de maior ou de menor poder aquisitivo. Essa ideia é desenvolvida por Martins (2007), que se

manifesta quanto à circulação e apropriação dos lugares da metrópole pelos jovens. Constatando que os sujeitos de classes economicamente alta e baixa se relacionam com os espaços públicos da cidade, mas cada qual no seu bairro ou em certas regiões da cidade, fica claro que o apartamento social está mantido ou estabelecido. A essa afirmação acrescenta-se que, para além das questões econômicas, há outros fatores de segregação como a cor, a etnia, o grau de escolaridade, a escola onde estuda, o tipo de moradia da família, a prática de esportes, o meio de transporte que utiliza.

A vergonhosa desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira é a chave fundamental para a compreensão da maior parte das manifestações de violência nas grandes cidades, vinculadas ao estreitamento do tempo e espaço dos seus moradores, como considera Silva (2006). Alguns fatores colaboram para a construção de um círculo vicioso que une pobreza e riqueza no mesmo espaço, como a associação entre uma política pública não distributiva de renda e, de outra parte, a adoção de ações voltadas para a ampliação da temporalidade e espacialidades sociais. O autor considera que existe uma redução da vida cotidiana ao particular e ao imediato, gerando uma limitação nas possibilidades de humanização.

Aliado a isso se tem o aumento da sensação de insegurança para além da dificuldade de incorporar uma ética coletiva aos espaços públicos (Silva, 2006). As posturas individualistas e de segregação tornam-se fatores de violência na cidade. A pobreza pode ser considerada uma forma de violência que limita as possibilidades de acesso a bens, aos deslocamentos e traz consigo a segregação espacial e social. A essas constatações acrescenta-se que quanto maior a pobreza maior o índice de exclusão social.

Os dados indicam que grande parte da população de Goiás vive com uma média de 1 a 2 salários mínimos por mês (Tabela 2). A questão da distribuição de renda é um grave problema brasileiro que faz com os jovens comecem a trabalhar precocemente, o que atrapalha os estudos. Apesar da ampliação do consumo proporcionado pela estabilidade do país e crescimento econômico, não houve um substancial aumento do salário mínimo que fosse capaz de garantir o suprimento das necessidades básicas do indivíduo. Os índices salariais de Goiás e do Centro-Oeste são compatíveis com a média brasileira e revelam a situação de baixos salários a que a população nacional está submetida

Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo as classes de rendimento de todos os trabalhos. Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil, 2009.

Especificação	Goiás	(%)	Centro-Oeste	(%)	Brasil	(%)
Total	3.043	100,00	7.040	100,00	92.689	100,00
Até 1/2 Salário Mínimo	223	7,33	453	6,43	8.982	9,69
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	711	23,35	1.382	19,63	18.256	19,70
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.039	34,14	2.425	34,45	29.500	31,83
Mais de 2 a 3 salários mínimos	344	11,30	796	11,31	9.892	10,67
Mais de 3 a 5 salários mínimos	252	8,30	658	9,35	8.507	9,18
Mais de 5 a 10 salários mínimos	149	4,89	456	6,48	4.904	5,29
Mais de 10 a 20 salários mínimos	51	1,69	216	3,06	1.928	2,08
Mais de 20 salários mínimos	21	0,68	90	1,28	624	0,67
Sem rendimento (1)	209	6,86	460	6,53	8.156	8,80
Sem declaração	44	1,45	104	1,47	1.940	2,09

Fonte: IBGE. Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

Além dos dilemas de emprego e renda os jovens também enfrentam um problema no qual são os atores principais. Segundo Waiselfisz (2010, p.65) os jovens são aqueles que mais matam e mais morrem nos dias atuais. A constatação foi tida no estudo intitulado Mapa da Violência – anatomia dos homicídios no Brasil e demonstra que:

Segundo estimativas, contávamos, no ano de 2007, com um contingente de 35 milhões de jovens, o que representa 18,6% do total de 189,3 milhões de habitantes que o país contava nesse ano. Ainda assim, a participação dessa faixa na violência homicida excede, em muito, seu peso na população. Nesse ano de 2007, as vítimas na faixa de 15 a 24 anos de idade representaram 36,6% do total de homicídios no país. Além disso, e mais preocupante ainda, é uma participação que vem se incrementando ao longo do tempo, apesar das quedas desses últimos anos.

Também o grupo de idade entre 15 e 24 anos compõe o maior contingente de pessoas presas (Abramovay, 2004). Entretanto, quando se trata de jovens há várias perspectivas, pois são deles as ideias e as práticas mais significativas para superação desses problemas. Segundo a autora, qualquer povo que pretenda se manter e sobreviver deve dedicar cuidados especiais às gerações jovens. Para esse fim, deve-se estabelecer instituições encarregadas de prover o sustento, a educação e a proteção aos membros mais novos.

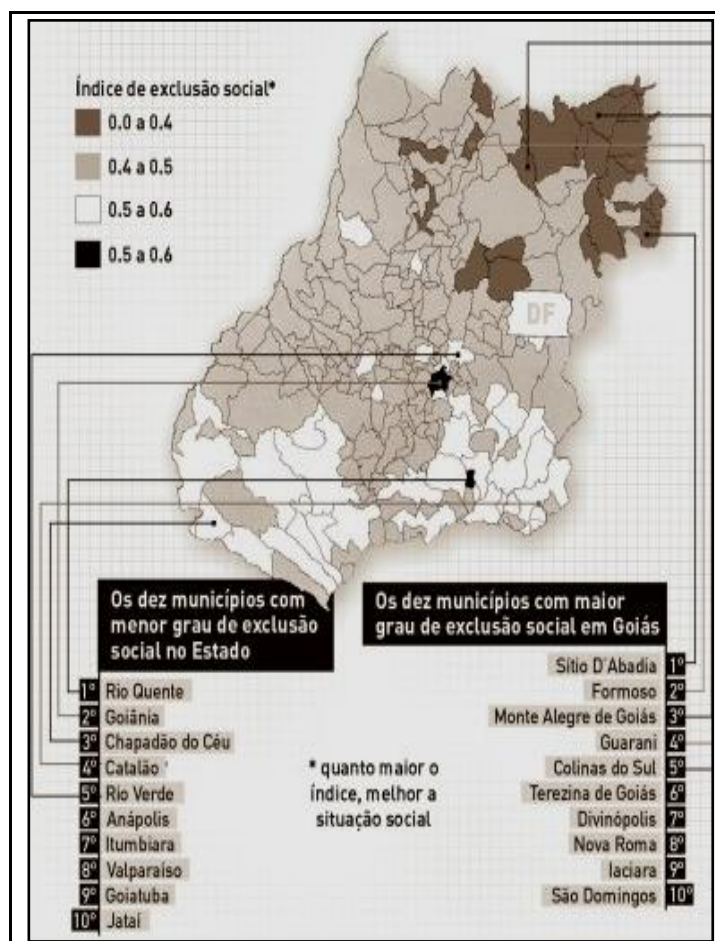
Nas cidades está a maioria das instituições destinadas à promoção da melhoria das condições de vida da juventude, embora o ambiente urbano tenha a lógica da exclusão e da segregação espacial. Ao pensar onde vivem os jovens sujeitos dessa pesquisa, afirma-se que na trajetória de criação da cidade de Goiânia as desigualdades estão presentes desde sua construção:

A função atribuída à classe trabalhadora na capital foi, na década de 1930, a de construir a cidade e todos que para Goiânia vieram o fizeram em busca de trabalho como forma de melhorar as condições de vida. Ao chegarem à nova capital enfrentaram muitas dificuldades com trabalhos precários e mal remunerados e

moradias inadequadas. É importante realçar que os filhos desses trabalhadores não tiveram destinos diferentes ao de seus pais, pois desde cedo começaram a enfrentar as formas precárias de trabalho para ajudar na manutenção de suas famílias, o que os fez ficarem longe da escola (Trindade, 2009, p. 15).

O mapa sobre os índices de exclusão em Goiás foi elaborado a partir do Atlas da Exclusão Social no Brasil, organizado pelos professores Alexandre Guerra, Márcio Pochmann e Ricardo Amorim das universidades de Campinas (Unicamp) e de São Paulo (USP). Ele é resultado de um estudo abrangente que tem como base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A pesquisa mediu o índice de pobreza, de juventude, de alfabetização, de escolaridade, de emprego formal, de violência, de desigualdade e de exclusão social. Os professores notaram que 13,9% das cidades apresentam um número muito alto de homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Ao contrário do analfabetismo, a localização dessas cidades não coincide com a das cidades onde a exclusão é mais evidente. "Provavelmente, a violência possui uma lógica social e territorial diferenciada", analisaram os autores.

Figura 3: Os melhores e os piores municípios de Goiás, segundo índice de Exclusão Social, 2003.



Fonte: Jornal Diário da Manhã. (www.dm.com.br)

Na construção da identidade e da cidadania existe a influência do lugar, da escola, dos amigos e dos tipos de relações que esse sujeito desenvolve. Há uma diferenciação quando se relaciona as vivências e expectativas dos jovens da área urbana em oposição aos que vivem na zona rural.

Carlos (2005) salienta que a cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É a materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias, ressaltando que existe uma influência dos espaços na formação do cidadão e nas relações que esse estabelece. Essas interações podem ser de produção de novas ideias e projetos ou reprodução da ordem existente.

Considera-se que o lugar no qual o jovem desenvolve suas práticas espaciais influencia na construção de sua personalidade, pois há uma identificação e sentimento de pertencimento ao lugar. Baseado nas possibilidades de consumo há uma menor ou maior interação com a metrópole e com o que é nela produzido, pois cada segmento de diversão, lazer e educação são destinados a um público específico.

O agravamento das condições econômicas das classes trabalhadoras coincide com um quadro social de apelo ao consumo intensivo de mercadorias culturais, num ambiente de comunicação aparentemente mais democrático. A denominada condição pós-moderna apresenta novas ordens de significação para a experiência cotidiana dos indivíduos e dos grupos sociais nas cidades. Por um lado, processos culturais tradicionais e instituições dominantes perdem legitimidade e muitas vezes assumem a dimensão de irrelevância social. Por outro, mercadorias culturais assumem o papel de verdadeiras autoridades educacionais, ao lado de outras esferas de socialização: família, relações de trabalho, escola, redes de amizade etc. (CARRANO, 2001, p. 20).

Por meio de um olhar geográfico sobre os jovens e seu comportamento em sociedade é possível perceber que os de classe mais abastada se diferem por apresentar maior segurança quanto às atitudes nos espaços; parece haver uma sensação de pertencimento e de conhecimento do lugar e das suas possibilidades, além do sentido de fazer parte da “classe dominante”. Pondera-se que a cidade, analisada como lugar, desempenha um papel único na vida das pessoas que a habitam, pois ali elas têm laços, principalmente culturais, no que diz respeito ao modo de vida (PERACINI, 2009, p.36).

É notável que na cidade exista uma infinidade de tribos, grupos ou associações de jovens que se unem para fazer desse ambiente o seu lugar. Caracteriza-se um modo de fazer as coisas, de se relacionar com a natureza e com o espaço vivido, próprio da juventude; se não houver relação de pertencimento ao lugar esse não terá significado para o indivíduo

(PERACINI, *Ibidem*, p.37).

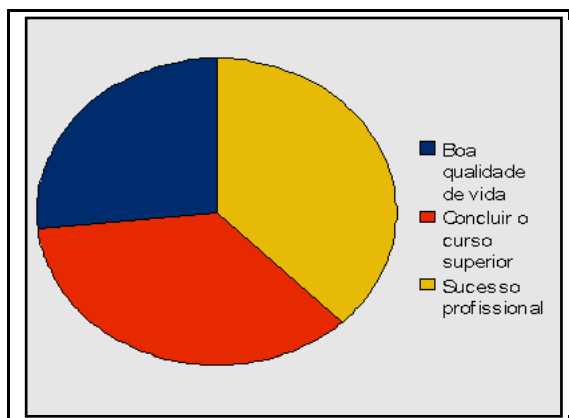
Além de experimentar possibilidade de mobilidade reduzida, os jovens de menor poder aquisitivo também vivenciam a sensação de estranhamento na metrópole, pois seus trajetos cotidianos geralmente são menores. Há um sentimento de exclusão social e desconhecimento quanto às práticas e ao ritmo dos lugares e das pessoas. Isso pode ser visualizado nas ruas, pois dependendo do tipo de roupa, cabelos, cor ou etnia o jovem tem maior ou menor aceitação, que se manifesta em olhares de reprovação e abordagens da polícia.

Constata-se que esses sujeitos passam por aproximações e distanciamentos; entretanto, são a mesma geração que compõe o público jovem da EJA, embora se saiba que para os jovens pobres, como a maioria que cursa a EJA em escola pública, um mesmo objeto tem significados diferentes. Um tênis, por exemplo, para um jovem de melhor poder aquisitivo pode ser um objeto banal; contudo, pode representar o maior desejo de consumo do jovem pobre que sonha em ter um tênis de marca conhecida, vendido em *shopping center*. O acesso ao computador e à internet, recurso presente na casa de quem pode consumir, não está presente da mesma forma na vida do jovem de baixa renda. Os que não possuem dinheiro para adquirir esse bem procuram os espaços de acesso coletivo à *internet*, como as *lan houses*.

Em pesquisa realizada com jovens que ingressaram no curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás³, foi possível obter uma amostra do que esse grupo deseja, planeja e também as características que atribuem à cidade de Goiânia. Dentre os resultados pode-se destacar que um dos maiores anseios da juventude é a realização profissional. Nesse tópico foi possível perceber que existe um medo e uma expectativa quanto ao futuro profissional.

³ A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2010, na Disciplina Geografia Sociedade, envolvendo a aplicação de questionário, tabulação dos dados e discussão dos mesmos com a turma.

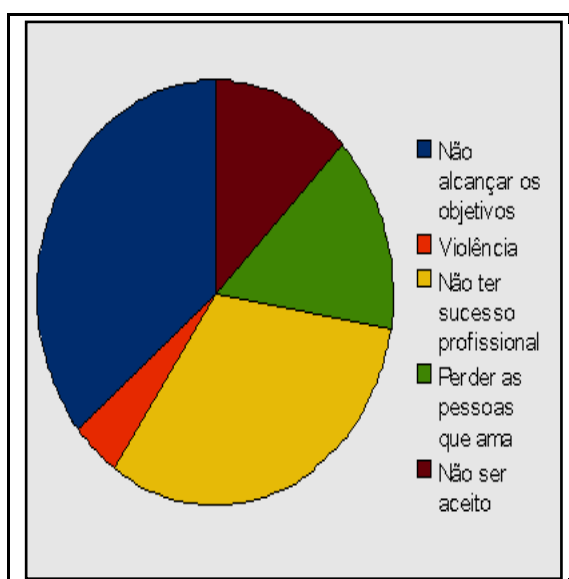
Gráfico 3 - Maiores desejos dos Jovens Universitários, Curso de Geografia – UFG, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

É notável a importância do trabalho como forma de realização pessoal não só do indivíduo, mas também de toda a família, visto que a maioria espera dar uma condição melhor de vida para os pais e para a família que pretende formar. O dado a seguir reforça a importância do trabalho aliado à educação, pois quando questionado sobre qual é o maior receio, a resposta predominante é o medo de não obter sucesso profissional.

Gráfico 4 - Maior receio dos Jovens Universitários, Curso de Geografia – UFG, 2010.

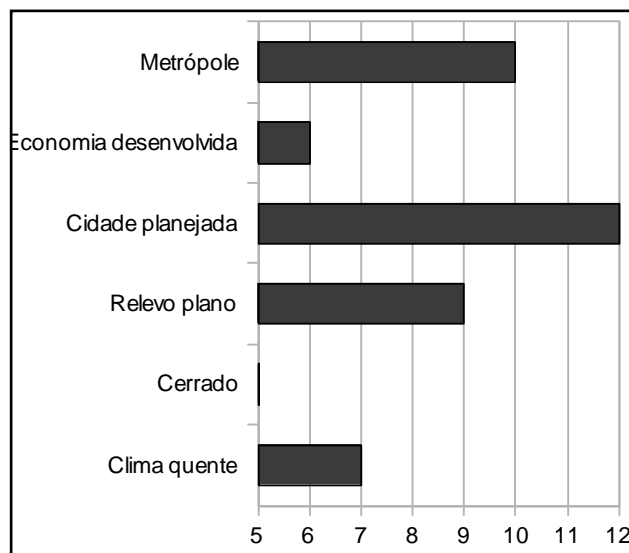


Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Visto que a maioria desses universitários estuda e mora em Goiânia ou na Região Metropolitana, buscou-se entender que visão eles possuem da cidade. As respostas fornecidas

estão de acordo principalmente com o que é vinculado na mídia. Nota-se a tentativa de caracterizar a cidade partindo principalmente de seus aspectos físicos.

Gráfico 5 - Principais características de Goiânia segundo Jovens Universitários, Curso de Geografia – UFG, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Ao observar os gráficos nota-se que os jovens conhecem a metrópole Goiana. Esse saber é proveniente de estudos escolares e das mídias. Sabe-se que as informações recebidas por meio de jornais, revistas, televisão e *internet* são caracterizadas por uma determinada visão de mundo, nem sempre 'correta'. Vivemos na sociedade da informação, rápida e ideológica, e as notícias e desafios desse mundo veloz, desigual e individualista trazem anseios e incertezas para os jovens.

Em pesquisa de mestrado, Oliveira (2008) expõe que a cidade, e em especial Goiânia, é notada como espaço de hierarquia, de expansão, de periferia e segregação urbana. As considerações de Peracini (2009) reforçam essas afirmações ao tratar do estudo da cidade, iniciando pelos problemas urbanos e do espaço físico. A cidade como metrópole, a organização dos bairros e das vias de transporte são citados para definir Goiânia.

1.3 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mercado de trabalho

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2007, observou-se que do total de 141.513 mil pessoas de 15 anos ou mais de idade, 10.891 mil (7,7%) frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de Educação de Jovens e Adultos na

ocasião do levantamento. Isso pode ser explicado pelas políticas de combate ao analfabetismo e tentativas de ampliar a escolaridade dos brasileiros.

De acordo Rumert (2007), as políticas destinadas à formação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil são marcadas por duas questões: a primeira está ligada à negação do direito pleno à educação e a segunda diz respeito à tentativa de modernização do país e melhoria das condições sociais, tornando-o mais competitivo na América Latina. Essa modalidade de ensino é considerada pela autora como uma educação de classe, pois se configura como uma possibilidade de elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito à educação na fase da vida historicamente considerada adequada.

A Educação de Jovens e Adultos está presente no Brasil desde os tempos da colonização, com diferentes perspectivas. Ao longo da história do país reconhece-se o analfabetismo como um dos males a serem erradicados. Durante o período colonial os religiosos buscavam não educar, mas doutrinar indígenas e brancos que habitavam a colônia. Considera-se que com a chegada dos jesuítas em 1549 teve início a educação de adultos (Ferro, 2003). A intenção era adaptar os nativos para o trabalho em favor dos brancos para o exercício das atividades extrativistas e de agricultura.

Nos primeiros dois séculos depois da ocupação portuguesa a educação foi considerada tarefa da igreja e não do Estado. Essa realidade começou a sofrer mudanças com o Marquês de Pombal, quando o Estado assume pela primeira vez a responsabilidade pela educação. Em 1854, com a Reforma Couto Ferraz, previu-se a organização de classes para adultos, mas ainda com certo descompromisso e sem indicar condições efetivas para a execução desse projeto. Nesse período, além de uma maioria analfabeta existia outra situação a ser resolvida, a dos negros recém-libertos que passaram a ter direito à escolarização. Em 1878 foi feita nova reforma que previa a criação de cursos noturnos livres de instrução primária para adultos (*ibidem*).

Somente na Constituição de 1934 foi reconhecido que os jovens e adultos tinham direito legítimo à educação. Em decorrência, determinou-se a destinação de recursos para essa modalidade de ensino. Até a década de 1950 não houve integrações e políticas eficazes de combate ao analfabetismo, embora considerado um entrave à plena democracia e ao desenvolvimento do país. O desenvolvimento brasileiro aparece atrelado à oferta de escolarização, pois nesse período começa a abertura para o capital estrangeiro e para a chegada de indústria. Os novos empregos exigiam um mínimo de qualificação profissional, leitura e escrita, fazendo com que tivesse início o processo de amplas campanhas de alfabetização.

O desenvolvimento do país estava atrelado à cidadania e ao acesso a novos postos de trabalho mediante escolarização. Até esse período o ensino, inclusive o de Geografia, era considerado tradicional assim como toda a ciência geográfica que nessa época ocupava-se mais com números e quantificações do que com o planejamento de ações para melhoria da realidade brasileira. Os estudos geográficos dessa época são bastante criticados por centrarem-se na produção de dados para representar a realidade e sabe-se que não é possível conhecer um país apenas por números. Antes da década de 1970, havia uma fragmentação de políticas destinadas à educação de adultos e uma Geografia que pouco contribuía para o entendimento das demandas locais e globais.

Ainda de acordo com Ferro (2003), após a década de 1950 houve uma gradativa superação da visão preconceituosa que se tinha do analfabeto. A educação do adulto passou a ser entendida como libertadora funcional e espaço para a disseminação de ideias. Nos anos 60 houve a mobilização da sociedade e principalmente de pesquisadores e educadores, como Paulo Freire, para superação da condição de analfabetismo e busca de equidade social. Houve um período de disseminação de práticas de educação popular com vistas a essa superação, mas com o período ditatorial a democratização da educação foi interrompida. A partir de 1980 a sociedade civil retomou projetos de alfabetização de jovens e adultos como etapa da aprendizagem.

Reais mudanças ocorreram com a Constituição de 1988, possibilitando que os analfabetos tivessem direito ao voto além de estabelecer a educação básica de forma gratuita. Apesar desses avanços, no início dos anos 2000 as taxas de analfabetismo ainda eram altas e o Governo Federal criou mecanismos de assistência financeira aos municípios e estados com altas taxas de analfabetismo. Atualmente, ressalta-se que houve uma melhora nos índices educacionais, embora falem escolas destinadas exclusivamente à EJA, material didático específico, políticas de inclusão no mercado de trabalho e formação de educadores para atuarem nessas classes. Há muito ainda por fazer, mas deve-se reconhecer os sucessivos avanços e as constantes tentativas de democratizar o saber.

Extrapolando o âmbito nacional, no contexto dessa preocupação merece destaque um dos mais importantes eventos que discute a Educação de Jovens e Adultos, a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada pela primeira vez na América Latina em 2009, na cidade de Belém-PA. Antes da realização do evento foram feitas conferências preparatórias nos cinco continentes e os resultados foram publicados no documento intitulado *Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes*.

Na América latina e Caribe as indicações e apontamentos pautaram-se nos seguintes

princípios:

- Reconhecer a Educação de Pessoas Jovens e Adultas – EPJA como um direito humano e cidadão que implica maior compromisso e vontade política dos governos nacionais e locais, na criação e fortalecimento de ofertas de aprendizagens de qualidade ao longo da vida;
- Promover políticas e legislação que integrem a EPJA nos sistemas de educação pública e garantir sua aplicação, estimulando mudanças nas estruturas que as tornem mais flexíveis, promovam a adequação das normas com as metas e desafios, com a criação de observatórios cidadãos de acompanhamento das políticas e uso dos recursos;
- Construir mecanismos de coordenação em nível nacional que ajudem a estabelecer uma política integral para a promoção de um trabalho interssetorial e interinstitucional;
- Elaborar políticas de formação inicial e continuada de educadores de pessoas jovens e adultas com a participação das universidades, dos sistemas de ensino e dos movimentos sociais a fim de elevar a qualidade dos processos educativos;
- Desenhar e programar políticas educativas que favoreçam a inclusão, com equidade de gênero e qualidade que contemplem, com enfoque intercultural, as diferentes especificidades de todos os grupos populacionais dos países da região;
- Recomendar percentuais mais significativos para os orçamentos nacionais de educação: pelo menos 6% do PIB e assegurar recursos específicos para a EPJA; pelo menos 3% do orçamento educativo que permitam ser executados com transparência, eficácia e eficiência;
- Propor que a UNESCO assuma papel relevante e central para a garantia do direito à educação e, em particular, coordenar as metas estabelecidas nas conferências internacionais e monitorar seus resultados.

Sobre a situação dos diferentes segmentos de idades, o documento expõe que a estratégia de integrar pessoas jovens e adultas tem que considerar a especificidade e os desafios de cada grupo etário, afirmando que os jovens formam o grupo majoritário. Entretanto, a oferta educativa para certos segmentos por idade vem sendo priorizada, de maneira geral, até os 35 ou 40 anos, deixando de fora a população de mais idade, o que contraria a intenção da aprendizagem ao longo da vida. Ao reconhecer o grande número de estudantes na EJA é necessário questionar por que tantos jovens abandonam a escola em idade

considerada própria e que problemas fazem com que esses se afastem do convívio escolar. Mais que procurar de quem é a culpa – se dos pais, do Estado ou da sociedade – há de se reconhecer as necessidades econômicas por que passam muitos brasileiros, entre eles os que abandonam a escola.

Nas recomendações desse documento fica especificado que a EJA carece de recursos e investimentos e que se busca estabelecer parceria com as universidades e com o ensino técnico. Nessas indicações, expressa-se algo importantíssimo que é pensar a EJA para além do Ensino Médio. A educação é um processo contínuo de apropriação ao longo da vida e torna-se necessário que as universidades igualmente pensem nas formas de inclusão para alunos provenientes dessa modalidade. O estudante da EJA possui uma trajetória de vida diferenciada e precisa de estímulos para que não ocorra novamente o abandono escolar.

No mundo globalizado e competitivo em que vivemos, somente com o Ensino Médio as possibilidades de inserção no mundo do trabalho são mais difíceis e os rendimentos menores em relação a profissionais com curso superior, embora se reconheça que níveis mais avançados de escolarização não são garantia de inserção no mundo do trabalho, mas ampliam as possibilidades de que ela aconteça.

Nas diversas áreas e nas instituições de planejamento e execução do ensino deve-se considerar o aluno da EJA não como especial, mas como um sujeito com demandas específicas e que ao longo de sua trajetória não teve ou não tem as mesmas oportunidades que os demais. Na tarefa de proporcionar a inclusão desse sujeito, confere-se à escola básica uma função além da sua capacidade, vez que deve preparar e ter a responsabilidade quanto à inserção do educando no Ensino Superior e no mercado de trabalho, além de preparação para a vida cidadã.

Os órgãos educacionais e de planejamento possuem cotas e programas específicos para outros segmentos desprivilegiados ao longo dos anos, como os negros, pardos e indígenas. Por outro lado, não há programas específicos de inclusão para os que não tiveram acesso à educação em idade própria ou deixaram de ser atendidos pelo Estado em tempo considerado adequado. Nas diversas áreas do conhecimento, pode-se fazer um esforço para motivar e ajudar o estudante para que continue seu crescimento profissional e pessoal.

Afirma-se que ir a escola é mais que buscar saberes, faz parte de uma amplitude de amizades, diálogos, incentivos e toda uma interação social que ajuda o sujeito a ter mais projeção. Nesse processo, todas as áreas do conhecimento têm importância e auxiliam o sujeito no entendimento da realidade. Sobre a Geografia na Educação de Jovens e Adultos, constata-se que

A diferenciação no estudo da Geografia da EJA não está apenas no conteúdo, mas na clareza dos objetivos e importância de seu estudo. A diferença está na dialogicidade que deve existir nas aulas, visto que os educandos possuem uma bagagem cultural valiosíssima e que enriquece muito as aulas, proporcionando construção e não repasse de conhecimento (Silva, 2004, p.60).

Para que ocorra a democracia e a cidadania é necessário que todos estejam capacitados a participar das decisões. Compreendendo isso, as classes proletárias buscaram a educação, iniciando aí a ligação entre trabalho e educação. Entretanto, como destaca Ribeiro (2001), a educação para todos não se apresentou de forma igualitária entre os detentores do capital e para os que dependem dele. Desde o surgimento das instituições escolares, ficou evidente a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A autora assinala que sempre houve uma escola diferenciada para os trabalhadores, existindo uma formação destinada à intelectualidade e outra para as atividades manuais e técnicas. Essa diferenciação rompe a própria estrutura educacional.

É o tipo de trabalho a ser exercido que (in)forma, ou prepara, o cidadão para a sociedade. Nesse sentido, existe um vínculo entre educação, cidadania e trabalho. No entanto, os grupos dominantes procuram sempre dissociar o conceito de trabalho e de cidadania e vincular o conceito de trabalho ao de profissionalização (RIBEIRO, 2001).

Ponstuschka (2002) diz que o retorno à educação formal, para permitir ao jovem e ao adulto o acesso às novas linguagens que a tecnologia e a cultura humana vêm criando, é urgente. Sem essa acessibilidade, dificilmente o trabalhador desenvolverá sua cidadania, pois para realizar a leitura do mundo em várias dimensões há a necessidade de dominar a complexa cultura criada historicamente.

O jovem da EJA é aquele que do ponto de vista do trabalho começa a inserir-se ou está em suas primeiras experiências profissionais. A entrada no mercado de trabalho traz significativas mudanças à sua realidade, visto que nessa etapa muitos precisam conciliar escola e trabalho. A inserção do trabalho na rotina traz mudanças quanto, p.e., às atividades de lazer e horário de estudo, que passa a ser estabelecido não mais de acordo com a sua preferência, mas em consonância com o tempo disponível antes ou após o trabalho. Até mesmo a expectativa de exercer atividade remunerada faz com que esse jovem programe de outra forma sua vida escolar, a exemplo dos estudantes que mesmo antes de conseguirem emprego trocam o horário das aulas para que estejam disponíveis em caso de surgir alguma possibilidade laborativa.

Conciliar atividade profissional e estudo traz preocupações aos jovens, pois trata-se de uma dupla jornada que exige esforço durante dia e noite para atender às expectativas do trabalho e da escola. Aliado a isso, há os outros anseios, conforme já destacado, como ter tempo para o lazer, para o namoro, para os amigos e para a família. Na busca ou manutenção da atividade remunerada, a educação tem grande relevância, pois, frisa-se, há uma exigência de escolarização por parte das empresas, que buscam um sujeito preparado para o mundo globalizado e para o atendimento de clientes cada vez mais exigentes.

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que é grande o número de pessoas entre 15 e 24 anos com vínculo empregatício, notando que existe uma disparidade entre as funções ocupadas por homens e mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 3: Absorção da População Economicamente Ativa (PEA) conforme idade e sexo, Brasil, 2008.

Posição na Ocupação	15 a 24		25 a 54		55 e mais		15 e mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Desemprego	11,9	20,5	3,5	7,4	1,9	2,4	5,2	9,6
Emprego Formal	37,0	32,6	47,8	38,7	21,5	18,1	42,1	35,2
Domest. c/cart.	0,1	1,2	0,4	4,6	0,3	2,9	0,3	3,7
Emprego s/cart.	30,9	20,8	15,6	10,8	13,0	6,1	18,7	12,4
Domest. s/cart.	0,4	9,6	0,4	11,0	0,9	9,6	0,4	10,6
Empregador	0,9	0,4	6,3	3,1	9,2	3,9	5,4	2,7
Conta Própria	8,3	6,3	23,6	14,9	42,0	27,4	22,5	14,4
Não Remunerado	8,1	5,7	1,0	5,2	1,3	9,0	2,6	5,7
Autoconsumo	2,2	2,9	1,3	4,3	9,5	20,5	2,6	5,7
Autoconstrução	0,2	0,0	0,1	0,0	0,4	0,1	0,2	0,0
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-PNAD, 2008.

A inserção ou mesmo a possibilidade de entrada no mercado de trabalho modifica substancialmente o cotidiano do sujeito, que começa a fazer maiores trajetórias e utilizar meios de informações como jornais, *internet*, cadastro de estágio e empregos. Os deslocamentos proporcionados por atividades de estudo e trabalho fazem com que o jovem vivencie a cidade, sua rotina; conheça as ruas, os habitantes de outros espaços e os diferentes lugares que formam uma cidade. Tudo nessa relação é aprendido, viver a cidade é uma forma de reconhecer as paisagens, observar os elementos culturais, sociais e ambientais, ou seja, pode dar ao indivíduo uma visão ampliada da sua realidade.

Essa vivência pode e deve ser explorada no ensino, de forma a pensar sobre as rugosidades (constrangimentos no espaço e/ou na paisagem), a questão do transporte, a violência e as formas de segregação. Ao se olhar por esse viés, o estudante que estabelece

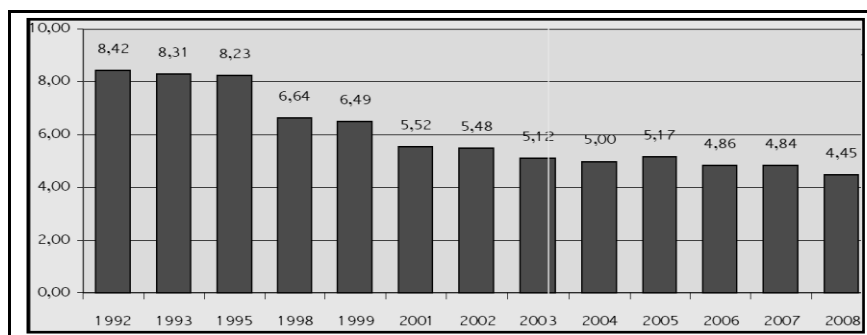
deslocamentos na cidade tem mais comentários e comparações a fazer entre o que estuda, entre os espaços que são apresentados e os que vivenciam, esse é um dos diferenciais dos estudantes da EJA.

Por outro lado, o jovem trabalhador tem menos tempo para ler textos, fazer trabalhos escolares, frequentar plantões de dúvida ou participar de grupos de estudos, o que pode acarretar menor rendimento escolar. Na faixa etária que se estende dos 15 aos 24 anos, é prioridade a formação intelectual e a aquisição de informações a fim de tomar as decisões que lhe são apropriadas, visto que com 18 anos o indivíduo é considerado plenamente responsável por seus atos. A relação trabalho e estudo, assim, não é tida como plenamente harmônica, pois nem sempre é uma questão de escolha; ao contrário, na maioria dos casos é falta de opção.

Quando não há condições de trabalho adequadas ou incentivo dos pais para que o jovem frequente a escola, essa relação torna-se ainda mais crítica. Outro problema que dificulta a aprendizagem é o trabalho infantil, que prejudica a saúde e o desenvolvimento da criança. Mesmo contra a lei, o trabalho infantil é presente no Brasil em números consideráveis, apesar da fiscalização existente. Esse é um problema que atinge a escola e a sociedade, pois a criança trabalhadora terá menos chance em competição por mercado de trabalho, em idade apropriada, com os tiveram acesso à educação.

A questão maior é, no entanto, a inserção social, aos bens sociais, a participação social da criança que precisa ou é obrigada a trabalhar. Ao iniciar precocemente uma atividade remunerada (e em certas situações em condição de exploração), a criança deixa de praticar atividades que lhe são próprias da idade, como brincar, passear, conviver com demais pessoas de sua idade e com seus familiares, atividades importantes para a formação da personalidade e reconhecimento do mundo.

Gráfico 6: Número de Crianças e Adolescentes de 05 a 17 anos trabalhadores, Brasil, 2009.



Fonte: Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.

Existem programas governamentais que auxiliam para que a criança não seja forçada a trabalhar, a exemplo do Bolsa-Família⁴. Essa medida ajuda a erradicar o trabalho infantil, pois a família que recebe o benefício é obrigada a manter os filhos na escola. Trata-se de um programa polêmico, havendo opiniões de que o recurso mantém o *status* de pobreza e não colabora para uma transformação social eficiente, embora seja notável que esse auxílio proveja o sustento de várias famílias brasileiras e ajuda a manter as crianças na escola.

Esses dados revelam as desigualdades presentes no Brasil que, apesar dos avanços econômicos, ainda possui muitas questões a serem resolvidas. O mais contrastante em relação ao trabalho infantil é que não há garantias trabalhistas ou equipamentos de segurança no trabalho. Essa realidade não é muito diferente da vivenciada pelos jovens, pois muitos deles trabalham sem carteira assinada, o que significa também falta de garantias trabalhistas.

Sobre as contradições no mundo do trabalho, Ponstuschka (2002) coloca que as rápidas modificações em processo no mercado trabalhista (automatização, terceirização e trabalho temporário) colocam aos trabalhadores o temor de, a qualquer momento, se tornarem desempregados. Precisa-se ir à procura de novos empregos, os quais certamente irão exigir maior escolaridade e qualificação profissional. Na tabela abaixo, visualiza-se que a América Latina terá 94% das pessoas alfabetizadas até o ano de 2015. Vivencia-se na atualidade um processo de evolução dos índices educacionais, o que inclui também o Brasil.

⁴ O Programa Bolsa-família foi criado durante o Governo do Presidente Lula (2003-2010) e visa auxiliar na erradicação da pobreza.

**Tabela 4: Taxas estimadas de alfabetização de adultos (a partir de 15 anos de idade)
1985 – 2015.**

	1985 – 1994	2000 – 2006	Projeções para 2015
América Latina e Caribe	87%	91%	93%
América Latina	87%	91%	94%
Caribe	66%	66%	78%

Fonte: Relatório de Monitoramento Global da EPT, UNESCO, 2009.

Apesar dos altos índices de alfabetização atuais, repita-se, não há garantia que só o conhecimento proporcionará a inserção no mercado de trabalho. Na América Latina há um grande número de migrantes, especialmente entre os jovens e adultos, em busca de melhor oportunidade de emprego e renda. Não há vagas o suficiente e nem sempre os rendimentos são adequados à função, de modo que o sujeito consiga atingir um bom padrão de qualidade de vida. Daí a grande migração, embora se esteja em vias de superação da condição de país do analfabetismo, ao tempo que, curiosamente, somos um de país exportador de mão de obra especializada e internamente sem especialização.

Desta feita, e em conclusão, a Educação de Jovens e Adultos deve pensar a inclusão e a participação social, pois o emprego, como já dito, é uma das formas de inserção. A escola deve preocupar-se com os valores que são construídos, de que forma os educandos convivem com a sociedade e as possibilidades de uma participação social e política efetiva. Há que se pensar como a EJA e o ensino de Geografia colaboram para o entendimento e inclusão no mundo informatizado, globalizado e de complexa urbanização e em qualquer atividade considerar a realidade do estudante, seus anseios e desejos.

Essas questões estão presentes no segundo capítulo que trata das políticas para a Educação de Jovens e Adultos e em que medida elas têm contribuído para a formação dos jovens. Quanto à Geografia, discute-se qual a sua função na EJA e como os conhecimentos geográficos colaboram para a cidadania. Expõem-se dados referentes ao perfil dos jovens estudantes na Modalidade EJA em Goiânia e Região Metropolitana e busca-se conhecer a realidade e identificar os seus anseios.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA PARA O JOVEM TRABALHADOR

Ao longo do primeiro capítulo tratou-se de temas inerentes à cidade, entendida como espaço das interações sociais. A cidade vai além de um arranjo de objetos, construções, asfalto e trânsito; é uma edificação humana planejada para incluir e também para excluir. Aliada à cidade tem-se a cidadania, construída no dia a dia. Para exercer esse direito é necessário conhecimento, salientando que não são só o saber, o consumo ou o voto que fazem o cidadão. O exercício de direitos e deveres é uma prática que deve partir do sujeito.

O conhecimento faz parte da vida social e é com ele que se formam indivíduos preparados para a vida, aptos a entender os diferentes modos de vida. A educação, conforme tratada no primeiro capítulo, é o que liga o jovem à sociedade, ao trabalho, e é o saber que possibilita que se entenda a realidade. A partir disso é possível fazer questionamentos e interações na busca por uma sociedade coletivamente mais justa.

No segundo capítulo serão expostos documentos sobre as políticas públicas formuladas pela União e Estado de Goiás. A análise de documentos em conjunto com os dados dos jovens permite entender as demandas da Educação de Jovens e Adultos em Goiás. As referências baseiam-se nas teses sobre o ensino de Geografia na EJA, além dos dados obtidos mediante questionários aplicados em duas escolas em Goiânia e na Região Metropolitana. Na primeira parte será exposta a Educação de Jovens e Adultos como política pública, considerada uma dívida a ser reparada. Em especial serão feitas considerações sobre a organização dessa modalidade de ensino em Goiás e exposto o mapa da distribuição espacial das escolas.

Ao longo do texto busca-se fazer um perfil dos jovens estudantes da EJA em Goiânia e Região Metropolitana. A tabulação de dados expõe que se trata de um grupo com semelhanças e distanciamentos. Percebe-se que esse grupo assume muitas responsabilidades em relação à família e ao seu sustento. Grande parte declara trabalhar e estudar; nota-se que o trabalho para eles tem grande valor e é visto como uma forma de inserção social.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos como política pública

A Educação de Jovens e Adultos liga-se a um contexto de equidade social e reparação, pois parte-se do princípio que existe uma idade considerada adequada ao ensino-aprendizagem na educação formal instituída no país. Quem está fora da faixa etária ou em

atraso com o previsto pode recorrer à modalidade de Educação de Jovens e Adultos prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (lei federal nº 9.394/96). Esse entendimento de compensação está descrito na citada lei, seção V:

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996).

Percebe-se também a questão da necessidade desse ensino, tendo em vista a obrigatoriedade da sua oferta. Essa busca por escolaridade tem raízes históricas de pouca oferta de escolaridade às classes menos favorecidas. O ensino como prática elitizada perdurou no Brasil por muito tempo, mais precisamente até o início da década de 1970, fase de instalação da indústria no país. A partir da necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho nas fábricas, teve início o processo de reversão do quadro de analfabetismo, considerado um dos principais entraves ao crescimento da economia.

Para o poder público é necessário que os jovens e adultos que deixaram de estudar voltem à escola, mas sem abandonar o trabalho. No inciso II do artigo 37 da LDB cita-se que é dever do poder público viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas e complementares entre si.

No Brasil, o processo de aquisição de conhecimento científico perpassou principalmente por duas etapas em que as camadas mais populares foram excluídas. Inicialmente com o ensino voltado para a dominação dos povos indígenas e meio de imposição cultural, em que poucos tinham acesso aos bens culturais e possibilidade de fazer suas próprias investigações. Nesse período, não havia a intenção de incluir ou buscar o conhecimento, mas de reproduzir práticas culturais. Em uma segunda etapa com o ensino voltado para as elites e em pequena extensão ao 'povo'. Essa fase deixou profundas marcas na atual sociedade que tem hoje os idosos e adultos desse período. O reconhecimento dos males do analfabetismo se deu a partir da década de 1930 com a expansão econômica e a exigência de um trabalhador melhor preparado para a indústria. Considera-se que

A EJA se caracteriza por iniciativas nem sempre restritas às instituições oficiais de

ensino. Na tentativa de ultrapassar os limites impostos pelas políticas oficiais e atender a demanda reprimida pelo acesso à alfabetização e ao conhecimento sistematizado, várias têm sido as experiências que se desenvolvem em instâncias não escolares. Essa é a marca da educação de adultos ao longo da história da educação brasileira, inclusive nos dias atuais, quando vemos ações mais efetivas por parte do Estado. Além disso, outros espaços de produção de saber, que perseguem outros objetivos, se constituem, complexificando, assim, o universo de situações que envolvem o processo de ensino / aprendizagem de jovens e adultos trabalhadores (ENIO SANTOS, 2008, p. 62).

A busca por maiores índices de alfabetização torna contraditória a política educacional vigente, que objetiva garantir conhecimento integral ministrado via instituição de ensino. Essa dualidade pode ser verificada na LDB, que autoriza a realização de exames como forma de obtenção de certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Médio e delega ao MEC a realização dos Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.

Segundo informações contidas no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o ENCCEJA tem como principal objetivo a avaliação das habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso à escolaridade regular na idade considerada apropriada. Dessa forma, o participante se submete a uma prova e, alcançando a média mínima exigida, obtém a certificação de conclusão daquela etapa educacional. Para a realização desse exame, a idade mínima para o nível fundamental é de quinze anos e de dezoito anos para o Ensino Médio.

Esses exames possibilitam que o sujeito conclua a Educação Básica sem frequentar uma escola. Contra essa política argumenta-se a relevância do convívio escolar, pois além do acesso ao conhecimento científico, a instituição escolar é lugar de convivência com outros sujeitos, culturas, hábitos e também uma forma de inserção na cultura local. Ela representa a saída da casa, do conforto, do âmbito familiar para “entrar no mundo”. Além disso, o ensino sistemático na forma presencial e com a ajuda pedagógica do professor, com sua mediação, proporciona melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento intelectual efetivos.

Por outro lado é preciso reconhecer o papel histórico e relevante desse tipo de exame. A política de certificação teve início com tentativa de resolver os problemas educacionais brasileiros e foi inserida no país a partir da Reforma Benjamin Constant (1890), quando se institui o Exame de Madureza, tendo como princípio básico a moralização do Ensino Secundário (Ferro, 2003). A intenção era que o estudante prestasse o exame de ingresso para uma determinada série e depois desse continuidade nos estudos de forma regular. No contexto de sua institucionalização, buscava-se uma maior responsabilidade do Estado para com a

educação e uma das formas de exercer essa pressão foi a proibição do voto aos analfabetos.

Segundo o Parecer CNE nº 11, de 10 de maio de 2000, a Educação de Jovens e Adultos possui três funções: reparadora, equalizadora, qualificadora. A função reparadora refere-se à entrada dos jovens e adultos no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado – o direito a uma escola de qualidade; também é o reconhecimento da igualdade de todo e qualquer ser humano quanto ao acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.

A função equalizadora relaciona-se à igualdade de oportunidades que possibilitarão aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A função qualificadora é permanente; trata-se do sentido da educação de jovens e adultos. Refere-se à educação permanente cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Em tese de doutorado, Enio Santos (2008) trata da educação geográfica de jovens e adultos trabalhadores e destaca que as propostas elaboradas em âmbito federal são importantes instrumentos para compreender a organização, a estrutura e o modelo de Educação de Jovens e Adultos vigentes no país. Dentre as principais diretrizes, materiais e propostas destacam-se:

- Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do Ensino Fundamental, 5ª à 8ª série;
- Material didático elaborado para o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA);
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM);
- Coleção Cadernos de EJA lançada em 2007 com a intenção de servir como apoio didático aos professores da EJA de toda a nação.

Além disso, os estados têm autonomia para a construção e inclusão de temas no currículo e a escola e os professores, por sua vez, também têm a opção de adotar o material e as atividades que considerar mais adequadas ao ensino. Ao analisar as propostas e referências curriculares para o PROJOVEM e o ENCEJA, conclui-se que

(...) o PROJOVEM é mais uma iniciativa que não passa da dimensão de preparação para o trabalho, pois não há mecanismos que garantam a transição para o trabalho, fato que apenas ratifica a ilusão da empregabilidade e inviabiliza, de certa forma, a concretização do Projeto de Orientação Profissional (POP) a ser elaborado pelos

estudantes. Em última instância, tal caracterização, aliada ao pouco tempo destinado às diversas atividades planejadas, acaba por aproximar essas ações à velha formação de uma mão-de-obra cujo papel na divisão social do trabalho e no desenvolvimento econômico do país já sabe de antemão (ENIO SANTOS, 2008, p. 164).

Sobre os Cadernos de EJA:

Constatamos ser essa uma proposta inovadora em termos de organização do conhecimento escolar em materiais didáticos, progressista em seus princípios e incentivadora do trabalho coletivo, reflexivo e autônomo dos professores. No entanto, como forma de verificar a aplicação desses princípios no desenvolvimento dos conteúdos escolares, nos resta o exame mais detido das atividades indicadas para as disciplinas, o que é feito tomando-se como foco aquelas que são vinculadas ao ensino de Geografia (ENIO SANTOS, 2008, p. 234).

Da leitura dos documentos e propostas, percebe-se a estreita preocupação com o trabalho, mas o que os autores questionam é a limitação quanto ao tipo de trabalho. As competências básicas para qualificação profissional aparecem como a leitura e a escrita, além do certificado de conclusão do Ensino Fundamental. Questiona-se para que funções pretende-se qualificar? A resposta mais coerente é que essa formação não visa profundas mudanças na estrutura produtiva, mas apenas intervenções pontuais ou melhoria dos números ao produzir profissionais que vão exercer as mesmas funções de antes, só que com um diploma na mão.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem um amplo histórico de lutas, conquistas e retrocessos. No estado de Goiás houve várias fases da Educação de Jovens e Adultos. No estado, a EJA esteve presente em todas as campanhas de alfabetização da década 1960 e inserida nas campanhas de alfabetização do Movimento de Educação de Base (MEB), que funcionou em conjunto com o Sistema Radiofônico de Goiás (Setergo); na época, chegou a possuir várias salas de aula em Goiânia e outras localidades.

Na década de 1970, a Secretaria da Educação e Cultura de Goiás criou o Departamento de Ensino Supletivo (DESU). Nesse período o Plano Estadual de Educação constatou a existência de 1.831.021 adolescentes e adultos em Goiás que não tiveram oportunidade de ensino em idade apropriada (Machado, 2001, p.59). Um dos grandes entraves à educação popular era a repetência e a evasão, que fazia aumentar o número de semialfabetizados, visto que educação não é só saber ler e escrever. Na época estabeleceram-se: Curso Exames Supletivos na função suplência e Projeto Lúmen que objetivava habilitar em nível de segundo grau educadores leigos com atuação nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

Em busca de certificar a mão de obra, o DESU implantou programas de profissionalização com cursos técnicos nas áreas de saúde, administração, construção civil,

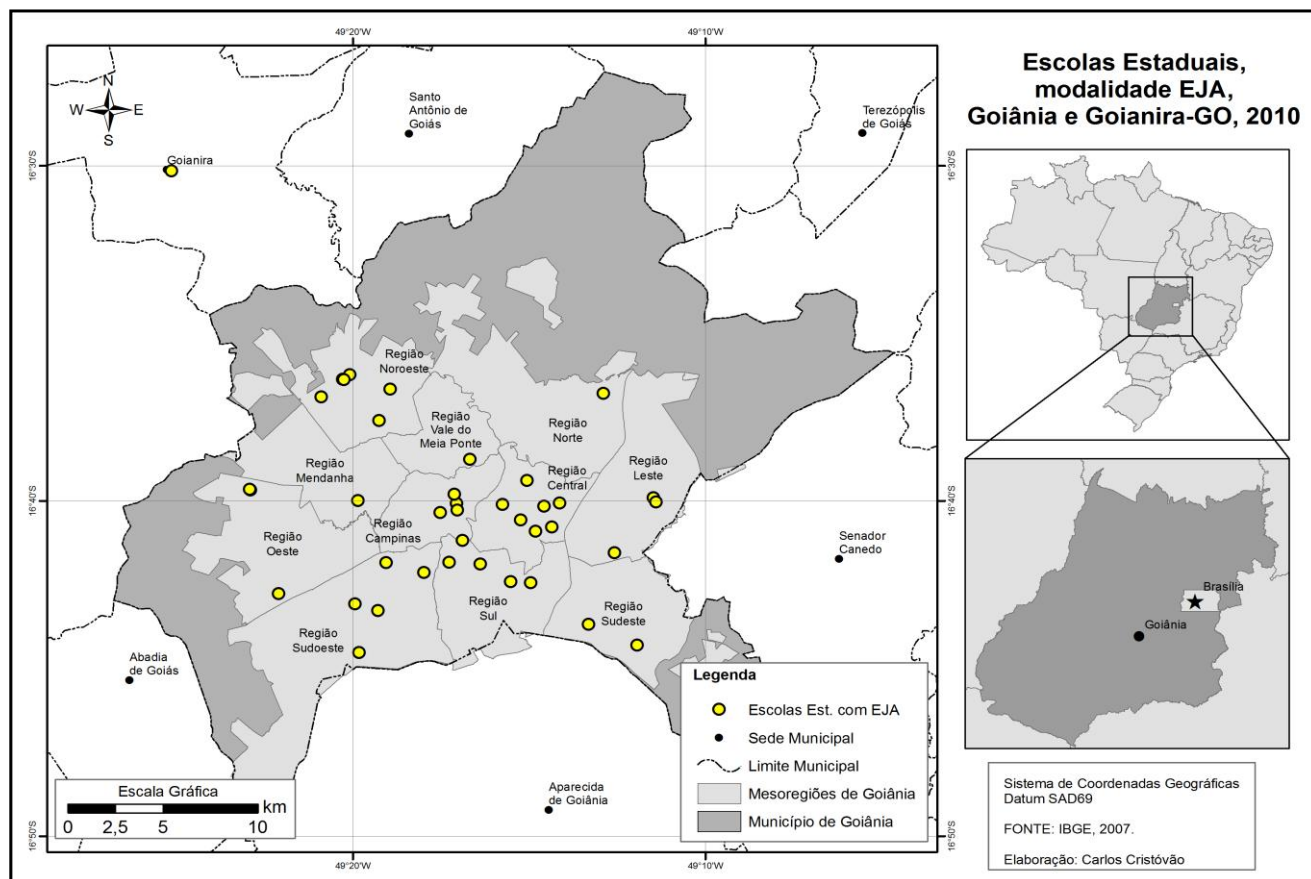
educação, transportes e agropecuária. Foi uma tentativa de aumentar a qualificação profissional, além de certificar profissionais que já estavam no mercado. Dentre os projetos que sucederam destacam-se o Projeto Lúmen de qualificação e certificação de educadores e o Projeto Saturno, que consistia em curso de suplência do 1º Grau e Programa de Educação Básica.

Na década de 1990 houve a volta da luta pela Educação de Jovens e Adultos e o retorno dos programas, como o Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania (PEAC), Projeto Progoiás e Projeto de Educação à Distância – Teleducação. Houve outras iniciativas como a alfabetização dos Kalungas (descendentes de quilombolas localizados na região de Teresina de Goiás/GO) e em canteiros de obras tendo como alvo os trabalhadores da construção civil. Em 1995, implantou-se o curso de Educação de Jovens e Adultos, com sistema de avaliação contínua e cumulativa.

Como forma de conhecer a realidade das escolas e da Educação de Jovens e Adultos no estado de Goiás, além de uma pesquisa bibliográfica foi feita uma consulta aos documentos da Secretaria Estadual de Educação de Goiás sobre as orientações e estruturação da EJA no estado. Conforme dados obtidos, foi possível elaborar o mapa das escolas que possuem essa modalidade de ensino nas cidades observadas pela pesquisa, a saber, Goiânia e Goianira⁵. Conforme se pode observar no mapa, há um aglomerado dessas escolas nas regiões centrais de Goiânia. Uma das explicações para esse fato deve-se à concentração da oferta de trabalho nessa localidade e o aluno opta por estudar mais próximo ao trabalho. Em Goianira, Região Metropolitana de Goiânia, existe apenas uma escola com essa modalidade de ensino, o que se considera pouco para atender à demanda por escolarização naquela localidade.

⁵ Foi escolhida a cidade Goianira de forma a contemplar a Região Metropolitana de Goiânia. Entende-se que Goiânia só pode ser compreendida considerando os municípios a ela integrados.

Figura 4: Distribuição espacial das escolas estaduais, Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Goiânia e Goianira-GO.



Nas escolas estaduais de Goiás, o ensino está organizado por semestres, nos quais as diferentes áreas do conhecimento têm carga horária semanal diferenciada, conforme a tabela.

Tabela 5: Carga horária por Áreas do Conhecimento, Secretaria Estadual da Educação de Goiás, 2010.

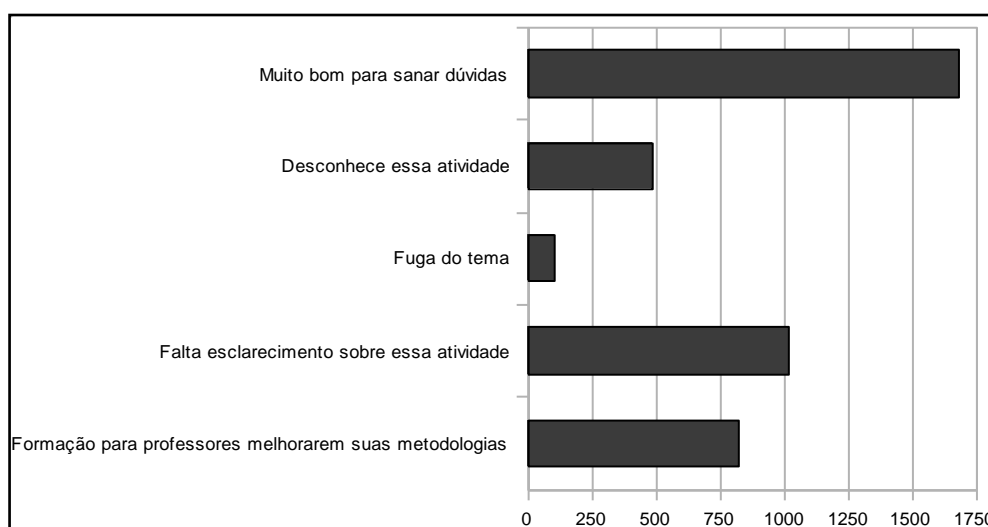
MATRIZ CURRICULAR – EJA 2010

ÁREAS DE CONHECIMENTO	Disciplinas	1º Semestre		2º Semestre		3º Semestre		4º Semestre		Total Carga Horária
		Nº HA/S	CHT	Nº HA/S	CHT	Nº HA/S	CHT	Nº HA/S	CHT	
I – Linguagem Código e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	60	3	60	3	60	3	60	240
	Arte	1	20	-	-	1	20	-	-	40
	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	2	40	2	40	2	40	2	40	160
	Educação Física	1	20	-	-	-	-	1	20	40
II- Matemática e suas Tecnologias	Matemática	3	60	3	60	3	60	3	60	240
III – Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física	2	40	2	40	2	40	2	40	160
	Química	2	40	2	40	2	40	2	40	160
	Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	160
IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	40	2	40	1	20	2	40	140
	Geografia	1	20	2	40	2	40	2	40	140
	Filosofia	1	20	1	20	-	-	-	-	40
	Sociologia	-	-	-	-	1	20	1	20	40
	Ensino Religioso	-	-	1	20	1	20	-	-	40
Tema Transversal	*História e Cultura Afro- Brasileira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral		20	400	20	400	20	400	20	400	1.600
Plantão de Dúvidas e Recuperação Paralela		4	80	4	80	4	80	4	80	320

Nota-se que a Geografia conta com apenas uma hora-aula semanal em detrimento de outras matérias como a de língua portuguesa, que se utiliza de três horas-aulas semanais. Talvez esse fato se justifique pelos exames que visam medir a qualidade da educação brasileira considerar os índices obtidos em avaliações de português e matemática. Uma especificidade positiva da EJA são os plantões de dúvida: além da carga horária semanal é acrescida 01 (uma) aula por disciplina para atender às dúvidas, exceto nas disciplinas de Arte, Educação Física, Ensino Religioso, Sociologia e Filosofia. Com isso entende-se que serão oferecidos 05 (cinco) dias letivos semanais de atividades escolares presenciais diárias, os plantões de dúvidas são obrigatórios e cada escola tem autonomia para organizar e distribuir as aulas no horário mais conveniente.

De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás, a maioria dos estudantes considera que a atividade extra é muito boa para resolver as dúvidas. Nos dias de plantões, os professores dedicam-se a auxiliar os educandos na resolução de exercícios e orientá-los sobre conteúdos não compreendidos suficientemente durante as aulas diárias. Diagnosticaram-se duas questões que devem ser pensadas para melhoria da EJA: a falta de esclarecimento sobre os plantões e a qualificação para professores. Observa-se, no entanto, que grande parte considera o plantão de dúvidas uma boa alternativa para aprender e ter contato com os professores. É um espaço que possibilita o atendimento individual ao aluno e permite ao professor conhecer as demandas de cada um e estreitar os laços entre discente e docente.

Gráfico 7: Sugestões para melhoria dos plantões de dúvidas ou recuperação paralela na sua unidade escolar, SEDUC-GO, 2010.



De fundamental relevância para as diretrizes educacionais da EJA em Goiás é a Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 260, de 18 de novembro de 2005, na qual se estabelecem as regras e parâmetros para o oferecimento e desenvolvimento de Educação de Jovens e Adultos:

A educação de jovens e adultos destina-se tão-somente àqueles que não tiveram acesso à escola, na idade própria, legalmente prevista, ou que nela não puderam permanecer, tendo como objetivo precípua proporcionar-lhes oportunidade para fazê-lo, respeitando-se as suas condições sociais e econômicas, o seu perfil cultural e os seus conhecimentos já adquiridos, visando ao seu pleno desenvolvimento, o seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho (GOIÁS. Conselho Estadual de Educação do estado de Goiás, 2005).

O ingresso na EJA é permitido apenas aos que ainda não tiveram acesso à escola ou que dela encontrem-se, comprovadamente, afastados há mais de 6 meses. Exige-se a idade mínima de 15 (quinze) anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 18 (dezoito) anos para o Ensino Médio. A carga horária mínima é de, pelo menos, 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas presenciais para o Ensino Fundamental em todas as suas etapas e 1.600 (mil e seiscentas) horas para aquela etapa que abrange do 6º ao 9º ano desse nível de ensino; para o Ensino Médio, a carga é de 1.200 (mil e duzentas) horas, também presenciais. Estabelece-se que a frequência mínima obrigatória seja correspondente a setenta e cinco por cento das atividades escolares presenciais desenvolvidas durante o semestre letivo. Ainda visando o esforço de escolarização, estabelece o artigo 6º da mesma Resolução do CEE que a efetivação da matrícula pode ocorrer a qualquer dia do ano letivo e que a avaliação deve ser contínua e acumulativa da aprendizagem.

As escolas de EJA seguem tanto as orientações locais quanto as estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, que (em sua página na *internet*) divulga orientações e propostas para um melhor entendimento dos objetivos da Educação de Jovens e Adultos. Como exemplo, nos cadernos de EJA não há uma rígida separação entre as disciplinas, e sim uma divisão por áreas. Devido à autonomia dos professores não há um material único a ser trabalhado, mas existem as orientações curriculares elaboradas na escola e pelo Estado de acordo com as metas estabelecidas. Todas as referências analisadas apontam para a responsabilidade do Estado na baixa escolaridade, uma busca por um melhor entendimento de como ensinar adultos trabalhadores na sala de aula e como reparar uma dívida do Estado para com a população que não foi alfabetizada.

Há uma grande discussão sobre o currículo, as práticas, técnicas ou bases legais que orientem educadores no planejamento das atividades. O Estado tem feito um grande empenho para pensar as práticas e deficiências da EJA. No ano de 2006 o Conselho Estadual de Educação de Goiás–CEE/GO publicou o Parecer Pedagógico Subsidiário – EJA no qual se reconhecia que a realidade vivenciada na Educação de Jovens e Adultos estava a exigir uma reflexão aprofundada sobre a questão e a elaboração de uma nova Resolução para esta modalidade. Para atender a esta exigência, foram realizadas duas audiências públicas, em que os seguintes problemas foram ressaltados:

- A grande evasão escolar causada não só pelo cansaço físico, mas também pela dificuldade de conciliar horário de trabalho e estudo;
- Denúncia de cursos de até 15 (quinze) dias de duração; denúncia de “viagens para realização de provas”, utilizando-se dos institutos da classificação e da reclassificação;
- Inexistência de formação específica para professores da EJA;
- Transferência no 2º semestre letivo de alunos do Ensino Fundamental seriado para a modalidade Educação de Jovens e Adultos com o intuito de apressar a conclusão dos estudos;
- A contradição existente na definição de limites das idades para exames e cursos;
- A certificação em detrimento da formação – cultura da pressa;
- O reordenamento de salas de aula, ou seja, a aglutinação dos alunos devido às evasões, chegando a unir alunos de escolas diferentes. Estes, ao serem encaminhados a uma escola vizinha, sentem-se novamente excluídos porque o clima de diálogo e aprendizagem ficou destruído.

Nota-se que a evasão de estudantes afeta bastante o planejamento escolar. É comum no início do ano letivo haver turmas com até quarenta e cinco estudantes, mas ao longo do ano esse número cai quase pela metade. Sabendo disso, é comum a formação de turmas lotadas, pois se conta com a grande evasão escolar, o que não acontece no ensino regular. Esse abandono constitui-se um grande problema para o planejamento da escola e andamento das atividades, além de afetar a motivação dos alunos.

Constata-se que a EJA tem grande abandono escolar e as suas causas são diversas, principalmente a dificuldade de conciliar trabalho e estudo ou a falta de perspectiva de futuro nos estudos. Como solução para essa evasão escolar o Conselho Estadual de Educação – CEE/GO, no Parecer Pedagógico Subsidiário – EJA de 2006, aponta como alternativas:

- A descoberta de como encantar, conquistar e mobilizar os alunos;
- A escola oferecer alimentação antes do início das aulas, para que o aluno retorne do trabalho diretamente para a escola;
- Proposta pedagógica da escola privilegiando o aluno e respeitando seu contexto social;
- Implantação de diferentes horários de atendimento ao aluno, de acordo com as necessidades locais;
- Dilatação do prazo de tolerância para atrasos e faltas;
- Formação de turmas com 25 (vinte e cinco) alunos no máximo, independentemente das “futuras evasões”.

Há um grande esforço para a escolarização de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino, mas entre as soluções pensadas não se menciona a continuidade desses estudos ou a preparação para o ingresso no ensino superior ou qualificação para funções mais especializadas. Afirma-se que essa é uma educação de classe, pois visa a adequação ao mundo globalizado, mas sem o estímulo para o prosseguimento da carreira e dos estudos em nível superior, que continua restrito e sem políticas destinadas ao ingresso de jovens e adultos trabalhadores.

A razão de não se ter essa mesma política de tolerância no Ensino Superior é a elitização desse nível de ensino. Em nome da qualidade temos um sistema que mais exclui do que inclui, visto que as vagas nas universidades públicas não conseguem atender a todos. As instituições particulares de ensino superior cobram altos valores, inacessíveis à grande parte da população; assim, torna-se difícil o acesso superior, seja ele público ou privado. Qual a perspectiva de um trabalho melhor ou de uma formação plena podem ter os jovens e adultos trabalhadores? Nota-se que a EJA constitui-se uma educação reparadora e de classe que fornece condições de acesso ao saber científico, mas com certos limites.

Por outro lado reconhecem-se os avanços promovidos pelo Governo Federal para diminuir a elitização do Ensino Superior, mediante políticas de reparação social. Dentre elas, destacam-se os avanços do Programa Universidade para Todos (ProUni). Criado em 2004, o programa tem como característica a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

2.2 A função da escola na formação para a cidadania e trabalho

Sabe-se que existem diferentes concepções de educação e que o ensino de Geografia no Brasil passou por diferentes períodos. Todas as fases de evolução do pensamento geográfico são marcadas pelo entendimento de como se dá o processo de produção e reprodução do espaço. O ensino de Geografia proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais revela que não basta só dominar os conceitos para que o professor desempenhe bem seu papel em sala de aula. Ao escolher os conceitos e categorias de análise geográfica a serem colocados como objeto de ensino e pesquisa nas diferentes séries de EJA, é preciso que o professor tenha clareza de como ensinar e para quem ensinar Geografia, respeitando as diferenças sociais, culturais e políticas.

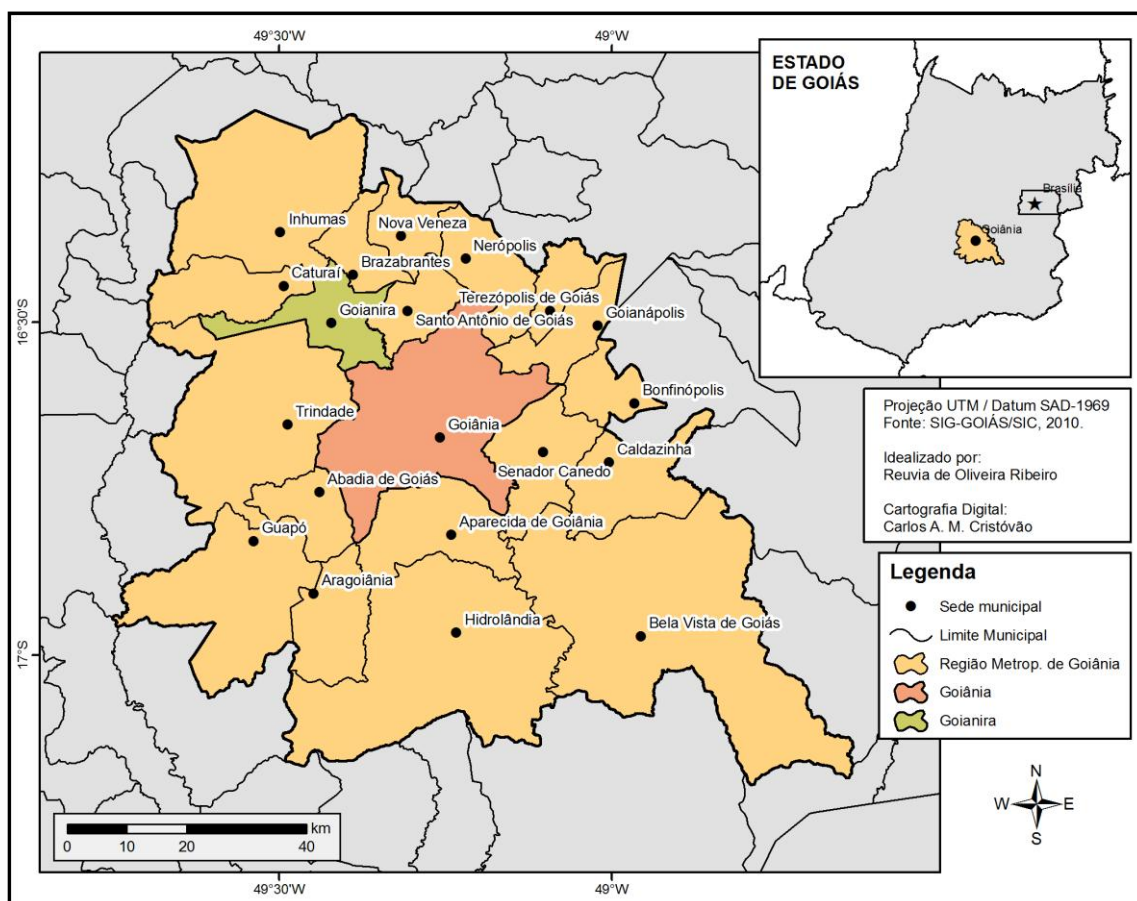
Os conhecimentos que os estudantes da EJA já possuem oferecerão possibilidade de ir além dos manuais escolares. Percebe-se a necessidade de novas sistematizações e ampliações, o que torna possível construir e reconstruir saberes. A Geografia possibilita a leitura e a reflexão sobre o lugar onde se vive, sobre o trabalho e as intervenções que se realizam no espaço. A busca por uma reflexão sobre o cotidiano e as formas de organização social suscita questionamentos que estão na base de uma transformação social, pois é com as perguntas e com a busca de respostas que se faz a ciência.

Na formação geográfica do aluno EJA, que na maioria das vezes trabalha, pode-se considerar como relevantes as diferentes formas de organização espacial na produção de bens e serviços. Para se alcançar esse objetivo, conteúdos como a terra, as matérias-primas, a qualificação e o trabalho humano são essenciais. Portanto, para que o aluno possa compreender a estrutura da sociedade e a prática do seu cotidiano, o professor não deve deixar de observar a forma de organização do trabalho, as técnicas utilizadas na produção dos bens de consumo e as relações que se estabelecem para produzir e distribuir esses bens a fim de ampliar a compreensão do aluno. Vale questionar: isso está sendo contemplado no ensino de Geografia?

Para entender a contribuição do ensino de Geografia para a formação dos jovens estudantes da EJA foi aplicado um questionário em diferentes turmas do 1º ao 4º ano dessa modalidade em duas escolas, uma na cidade de Goianira–GO e outra em Goiânia–GO. A escolha das cidades e escolas foi feita de forma a encontrar dados relevantes que possam vir a confrontar ou confirmar as informações teóricas que relacionam Geografia com a formação para a cidadania. A localização de uma escola em Goiânia e outra na Região Metropolitana parte da ideia de que não podemos compreender Goiânia separadamente, sem pensar na sua

área metropolitana. Em Goiânia o trabalho se deu no Centro de Estudos de Jovens e Adultos – CEJA. Em Goianira, o levantamento foi feito no Colégio Estadual São Geraldo, a única instituição pública de ensino a oferecer EJA na cidade.

Figura 5: Localização de Goianira entre os Municípios da Região Metropolitana de Goiânia, 2010.



Trata-se de um pequeno município com estreita ligação com a capital Goiânia por motivo de trabalho e acesso ao setor terciário. A escola observada possui boa estrutura tanto de material didático quanto de qualificação de corpo docente que constantemente participa de cursos e eventos. As aulas da EJA funcionam no período noturno e durante os turnos da manhã e tarde funciona o ensino regular.

Figura 6: Colégio Estadual São Geraldo, Goianira – Goiás, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Figura 7: Instalações do Colégio Estadual São Geraldo, Goianira – Goiás, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

As observações de aulas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2010 em turmas do 1º ao 4º semestres da Educação de Jovens e Adultos nas escolas escolhidas, que nesse estudo representam os estabelecimentos de ensino da rede pública de Goiânia e Região Metropolitana. No caso da cidade de Goianira, há uma relativa separação de Goiânia que desaparece com os novos loteamentos implantados. Ao observar a área, tem-se a impressão de que logo haverá mais uma conurbação, a exemplo do que acontece na cidade de Aparecida de Goiânia. No Colégio Estadual São Geraldo as observações de aulas foram feitas às sextas-feiras, no período noturno, em todas as turmas em que a professora ministra aula.

As aulas de Geografia observadas em Goianira foram ministradas sob a regência de uma professora que possui formação em História. As salas de aula são lotadas de alunos de diferentes idades. As aulas iniciam-se sempre com a verificação da presença dos estudantes (chamada); em seguida um breve diálogo sobre o conteúdo da aula anterior: procura-se identificar o assunto principal e as atividades que ficaram de ser resolvidas. No conjunto de aulas observadas verificou-se que a professora tem domínio do conteúdo e motiva os estudantes a pesquisas e comparações entre os diversos lugares com foco na realidade e nos acontecimentos locais e regionais.

Esse método baseia-se em Libâneo (2004), que na proposta de planejamento de aula sugere que o docente inicie as atividades relembrando os conteúdos já estudados. A intenção é ter uma continuação do pensamento e mostrar a conexão entre os temas, dando-lhes sequência. O tema da aula do 1º (primeiro) semestre é a concentração de terras e os conflitos no campo. O assunto foi abordado com a leitura de textos, exposição verbal da professora, seguido por debate entre os alunos e resolução de exercícios. Fez parte dos estudos nesse período: o Movimento do Sem Terra (MST), a concentração fundiária, o regime de trabalho e modernização da agricultura.

A avaliação da aprendizagem é realizada por meio de prova, exercícios e atividade de busca de informações em *sites* e livros. Embora se saiba que o público da EJA seja composto de alunos trabalhadores com pouco tempo para atividades extra classe, a maioria dos discentes faz as atividades e durante a sua correção comenta e compara as respostas. Todas as ações realizadas em sala de aula foram consideradas para a verificação da aprendizagem e atribuição de notas. Nos questionamentos propostos pela professora percebe-se a valorização da memorização. Segue exemplo de perguntas que foram utilizadas em provas e exercícios:

- Quais os tipos de propriedades existentes no Brasil?
- Quais os tipos de cultivo preponderantes?

- Qual a estratégia dos movimentos que reivindicam o uso social da terra para pressionar o governo a realizar a reforma agrária?
- Quais os tipos de regime de trabalho?
- Quais as técnicas de produção?

Alguns respondiam com as próprias palavras e a maioria tinha respostas elaboradas e copiadas do material didático. Em vários momentos durante a correção das atividades a professora escreve no quadro uma síntese e verificou-se que os estudantes a copiam mesmo após a professora mencionar que a resposta fornecida por eles está correta.

Esse costume vem de um sistema de educação no qual os alunos da EJA já fizeram parte, onde a memorização sobrepunha-se à criatividade e as palavras deveriam estar iguais às que professor falava ou escrevia. Nesse modelo tradicionalista de educação, as fórmulas, dados, nomes e datas deveriam ser decorados e repetidos em provas e testes. Era um sistema que não fornecia incentivos ao pensamento crítico e à formulação de ideias próprias. Tanto para educadores quanto para educandos que passaram por esse sistema é difícil a adaptação a novas formas de produção do conhecimento.

Nesse sentido a função do educador é primordial para cativar as comparações, associações e pensamento crítico. A professora em questão intercede para estabelecer relações com espaço de vivência e o cotidiano dos estudantes. Os exemplos citados nas aulas foram sobre o etanol e sua influência na política agrícola brasileira, as novas configurações territoriais do estado de Goiás e as plantações massivas de cana-de-açúcar. Na pergunta sobre latifúndio um estudante estabelece comparação com o que acontece na cidade, ao dizer que *“os grandes compram os pequenos e assim vão juntando lotes e fazendas”*. Essa foi uma das situações em que foi possível a compreensão de como os educandos estabelecem associações com o seu cotidiano. A esse exemplo, a professora respondeu que esse processo ocorre na cidade e insere-se num contexto de especulação imobiliária de compra para valorização de terrenos, o que contraria o Estatuto das Cidades que estabelece a construção compulsória nas cidades.

Ao longo de algumas aulas fez-se referência à questão dos alimentos e isso suscitou um debate sobre as vantagens e desvantagens da exportação. Notou-se que nem todos participam das aulas: alguns ficam no canto, sempre apáticos ou de cabeça baixa; outros demonstram sono, cansaço e às vezes cochilam. Na rotina da escola, para ausentar-se da sala é necessário que o professor forneça um cartão ao aluno, podendo sair somente um de cada vez. Esse sistema é original do Ensino Fundamental e Médio no qual é necessário um controle

maior das ausências por questões de briga ou fuga da escola. A extensão desse método à EJA foi questionada no princípio, mas os estudantes acabaram por acatar a decisão da instituição.

As manifestações dos estudantes durante as aulas observadas vão ao encontro ao que é publicado na mídia, sendo utilizadas principalmente informações de telejornais. Constatou-se que os alunos não possuem livro didático, por isso cada professor encarrega-se de selecionar material didático e decidir de que forma vai utilizá-lo. Além das leituras realizadas em sala a professora aproveita a fala dos estudantes para fazer observações e sínteses no quadro, auxiliando-os na formulação de perguntas e entendimento das respostas. Constatou-se que as aulas observadas fazem parte de um contexto de interação social e conhecimento em um ambiente escolar que estimula os discentes a procurarem conceitos próprios.

A partir das observações feitas no Colégio São Geraldo identificou-se que o professor busca estimular o aprendizado dos conceitos, temas e procedimentos da Geografia, sempre fornecendo exemplos do dia a dia para contextualizar o assunto. A relação do conteúdo com o trabalho liga-se nas questões ambientais, no esclarecimento sobre a produção do urbano e dos modos de produção e luta pela terra no Brasil. Na turma há estudantes que moram em zona rural e mencionam exemplo ou contestam informações dos colegas. Por tratar-se de uma turma de jovens e adultos verificou-se uma boa disciplina e cumprimento das atividades designadas pela professora.

Durante as observações das aulas nos meses de abril e maio de 2010, verificou-se que há sempre alunos que participam mais e interagem melhor com os colegas, enquanto outros não expressam a sua opinião nem quando solicitados. Na sala há uma maioria de pessoas adultas e essas geralmente emitem mais opiniões e participam mais que os jovens. Nessa instituição foi notada uma grande quantidade de idosos que cursam a modalidade de ensino EJA e que esses têm grande participação na rotina da escola (reuniões, atividades extra classe, festas). Os jovens compõem um grupo de menor expressão participativa, mas demonstram muita atenção quando os colegas emitem opiniões.

A essas afirmações acrescenta-se que, durante o primeiro semestre de 2009, ministrei aulas nessa instituição e constatei que há um grande número de alunos inscritos, embora seja grande evasão, mesmo frente às tentativas do colégio em mantê-los na instituição. Há uma expressiva porcentagem de alunos que não cursa a matéria Geografia, pois foram aprovados no ENCCEJA e frequentam a escola só para cursar as disciplinas as quais não alcançaram pontuação mínima para aprovação. Isso dificulta de certa forma o trabalho docente, pois o horário das aulas não é individual, ou seja, embora o aluno esteja dispensado da matéria ele

deve ficar em sala de aula esperando as próximas aulas e nem sempre mostram interesse em participar das atividades, porque “não precisa daquela matéria, já está aprovado”.

A mesma situação de estudantes que só cursam determinadas disciplinas acontece na outra escola observada, o Centro de Estudos de Jovens e Adultos–CEJA, localizado no Setor Universitário, em Goiânia. Essa instituição faz parte de um projeto amplo de ensino de EJA, visto que é dedicada inteiramente a essa modalidade. No primeiro semestre de 2010, foram feitas observações de aulas, aplicação de questionário e acompanhamento da rotina da escola.

Constatou-se que além da ótima estrutura, a escola leva a sério a inclusão, incentiva a busca por qualificação profissional e acesso à Educação Superior. Além desse centro, Goiânia conta com mais duas instituições desse modelo, pensadas para atender integralmente a quem queria continuar os estudos, oferecendo para isso, além das aulas do período noturno tradicionalmente dedicado à EJA, a opção de escolher entre os turnos matutino e o vespertino.

Figura 8: Placa de inauguração do Centro de Estudos de Jovens e Adultos, Goiânia, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Figura 9: Instalações do Centro de estudo de Jovens e Adultos, Setor Universitário, Goiânia-Goiás, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Figura 10: Biblioteca do Centro de Estudos de Jovens e Adultos, Goiânia-Goiás, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Figura 11: Lembranças de formaturas, Centro de Estudo de Jovens e Adultos, Goiânia, 2010.



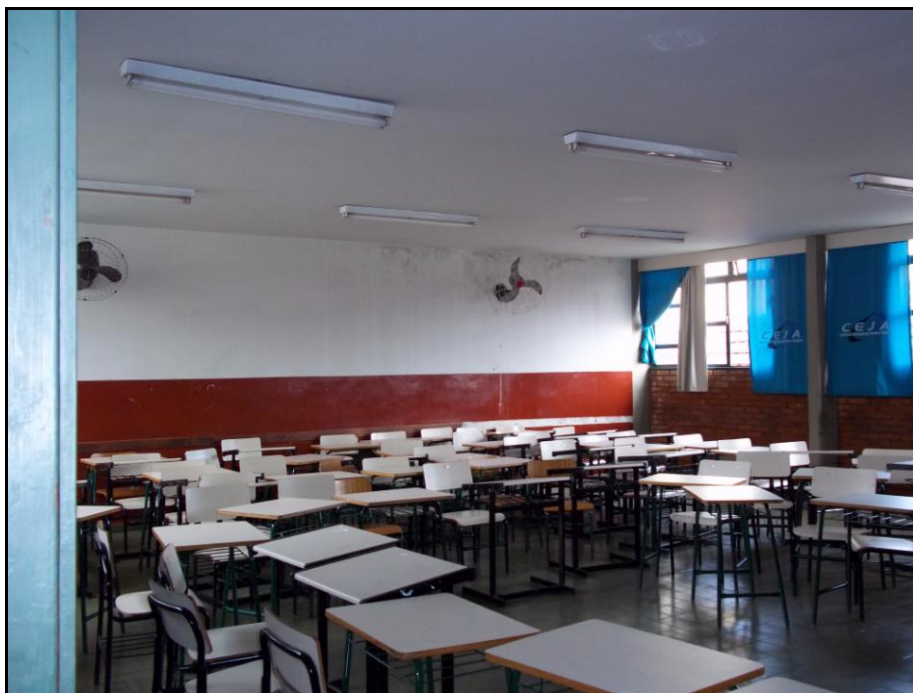
Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Figura 12: Auditório, Centro de Estudo de Jovens e Adultos, Goiânia, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Figura 13: Sala de aula, Centro de Estudo de Jovens e Adultos, Goiânia, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

As observações foram realizadas nos meses de abril e maio de 2010 em diferentes turmas da EJA, no turno matutino, com um professor graduado e mestre em Geografia. Nessa instituição o ambiente das salas de aula tem cortinas nas janelas além de melhor conservação das paredes, pátio, banheiros, carteiras, muro e dos demais ambientes. Há um grande número de alunos por sala, assim como no Colégio São Geraldo, mas diferem-se quanto à idade, no C.E.J.A. há um predomínio de jovens, especialmente no período matutino.

Ao iniciar as aulas o professor leva para a sala globo terrestre e mapa e começa as atividades lembrando o conteúdo da aula anterior e respondendo a questões passadas para resolução em casa. Prossegue-se com o anúncio do conteúdo do dia, que é escrito no quadro; trata-se da última divisão política do território brasileiro. Após uma breve explicação do conteúdo é transcrito um texto ou atividades no quadro e todos copiam.

Ao tratar os procedimentos didáticos o professor elucidou que nas turmas de EJA não há livro cedido pelo Governo Estadual, fazendo-se necessária, assim, a cópia de textos e formulação de apostila. O professor afirma que só com a aula discursiva muitos não conseguirão acompanhar o conteúdo por motivos de cansaço, dispersão em sala, entre outros. Torna-se necessário, frisa-se, copiar atividades a fim de ter um material de apoio e organizar o raciocínio sobre os conteúdos, além de ajudar quem se ausenta de alguma aula por meio de empréstimo do caderno de algum colega.

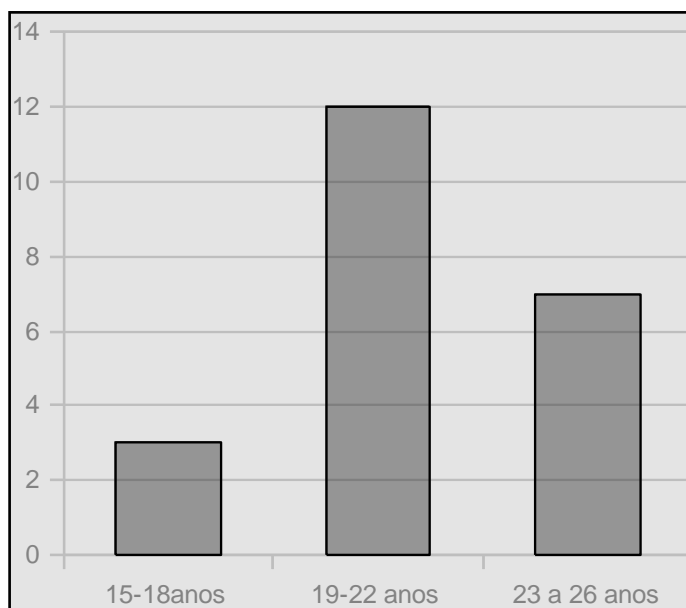
Em uma das aulas observadas na conferência dos presentes (chamada) uma aluna diz que precisará se ausentar por um mês. O professor responde que ela deve combinar com a direção e com algum colega para que esse lhe encaminhe as atividades. Por esse fato, é possível entender um pouco da escola que busca ser tolerante e considerar a realidade do estudante. Enquanto se comenta sobre a divisão territorial e as configurações territoriais, os estudantes esboçam preocupação com o território goiano que perdeu terras para vários outros estados da federação; nesse contexto, uma aluna indaga: *“se tirar mais terra de Goiás, como é que vai ficar?”* e completa ao dizer que Goiás deveria brigar para tomar as terras que foram incorporadas a outros estados.

Nas observações constatou-se a influência da mídia televisiva, vez que os exemplos citados foram tratados nos telejornais, nas novelas e nos programas de auditório. O professor busca sempre contextualizar o ensino relacionando seus conteúdos com a realidade, por meio de exemplos e perguntas sobre o cotidiano. Em relação ao trabalho percebe-se que uma grande parte exerce atividade remunerada e trata isso com orgulho, citando nas aulas exemplos do seu trabalho e dos companheiros de trabalho. Notou-se que os alunos trabalhadores participam mais das atividades e esboçam maior preocupação com a resolução das atividades.

A carência por material didático dificulta a rotina das atividades, visto que todos devem ter cópias do material de apoio. Nas cópias, a visualização de paisagens fica comprometida, assim como o tamanho pequeno das letras dificulta a leitura dos que têm idade mais avançada ou estuda no período noturno. As duas escolas seguem metodologias bastante semelhantes e contextualizadas com o sistema educacional vigente. Busca-se compreender o estudante e suas demandas preparando-os não só para o mercado de trabalho, mas para os desafios da sociedade contemporânea. As leituras, as conversas, os textos e os exercícios têm por objetivo fazer com que o estudante aproprie-se do conhecimento científico e possa compará-lo com os saberes que já detém para que a prática cotidiana possa ser pensada com criticidade e responsabilidade.

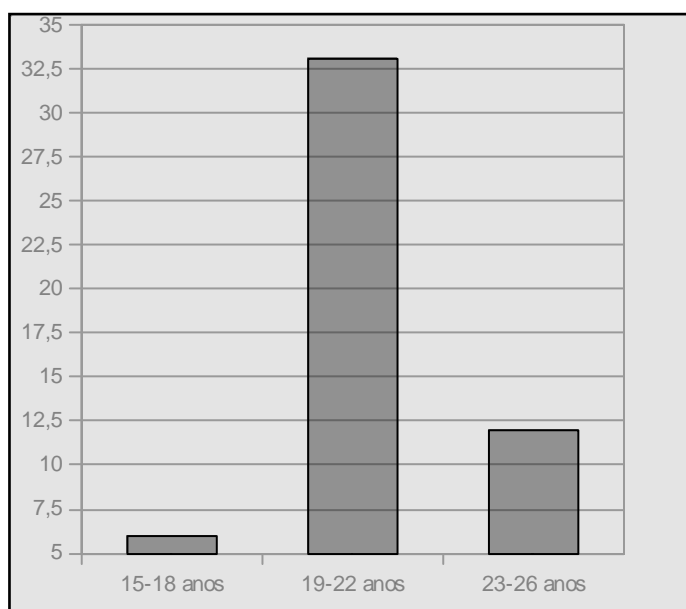
Algumas semelhanças e diferenças entre as escolas que representam os estabelecimentos públicos de EJA em Goiás se expressam com gráficos obtidos mediante questionário aplicado nas diversas turmas e períodos nas instituições.

Gráfico 8: Média de idade dos jovens estudantes de EJA no Colégio Estadual São Geraldo, Goianira–GO, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Gráfico 9: Média de idade dos jovens estudantes de EJA no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, Goiânia–GO, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

No Colégio São Geraldo (Goianira), as observações de aulas e questionários foram feitos no período noturno; no CEJA, de Goiânia, no período vespertino. Esse fato justifica em parte essa diferença de idade, visto que os cursos noturnos são tradicionalmente destinados

aos trabalhadores. A diferença de idade também reflete um perfil dos indivíduos: as pessoas com menor poder aquisitivo tendem a morar nas áreas mais periféricas, haja vista o valor do solo urbano. É o caso dos habitantes de Goianira: embora a maioria trabalhe em Goiânia, mora distante desta cidade. Conforme os dados da tabela 6, existem disparidades entre os rendimentos dos estudantes, o que reforça ainda mais a tese de carência econômica dos alunos da Região Metropolitana.

Tabela 6: Jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos de acordo com a cor/etnia e rendimento familiar, Goiânia–GO e Goianira–GO, 2010.

Colégio Estadual São Geraldo, Goianira–GO.					
Cor/Etnia	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
Quantidade	18%	72%	10%	0	0
Renda Familiar em salários	Até 2	Até 2	Até 2	0	0
Centro de Educação de Jovens e Adultos, Goiânia –GO.					
Cor/Etnia	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
Quantidade	22%	50%	13%	13%	1%
Renda Familiar em salários	De 2 a 3	De 2 a 3	De 2 a 3	De 2 a 3	De 2 a 3

Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

É notável que a maioria declara-se de cor parda, o que permite afirmar que além das diferenças sociais existem as de cor e etnia. Nota-se que os estudantes da EJA estão inseridos em famílias de baixa renda e existe o predomínio dos pardos, o que torna esse ensino, além de uma forma de reparação social, também uma questão de cor. De acordo com os estudos de Frigotto (2004), baseado no PNAD em 1999, aproximadamente 46% dos jovens brancos entre 15 e 24 anos não tinham completado o Ensino Fundamental, ante 66,5% de afrodescendentes. Os estudos indicam ainda que 84% dos jovens negros entre 18 e 23 anos não haviam concluído o Ensino Médio, enquanto a proporção de jovens brancos é de 63%. No que se refere às diferenças entre negros e brancos quanto ao acesso ao trabalho, o autor elucida que

A inserção precoce no mercado atinge mais as crianças negras. De acordo com a PNAD de 1999, do total de crianças trabalhando na faixa de 5 a 9 anos, 61,7% eram afro-descendentes. Esta porcentagem se mantém inalterada na faixa dos 10 aos 14 anos (61,3%). Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, quando se define a idade legal para estágios e ingresso no mercado formal de trabalho, a proporção cai para 53% de

negros. Dessa faixa em diante, nota-se uma inversão. A oportunidade de inserção fica favorável aos jovens e adultos brancos, reforçando a discriminação, agora de igualdade ao acesso ao trabalho na idade apropriada (FRIGOTTO, 2004, p. 190).

Isso leva a pensar que a dívida do ensino não é diretamente com aqueles que não tiveram acesso à escola em idade própria, mas com as classes sociais menos favorecidas economicamente, formadas por pardos e a maior a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. Os dados do Ministério da Saúde apontam que 34% das mulheres entre 15 a 24 anos, de várias regiões do país e com até três anos de escolaridade já são mães ou estão grávidas do primeiro filho. Com quatro anos de estudos, a fecundidade baixa para 25% e de cinco anos, para 18%.

Segundo indicações da VI CONFITEA, para resolver questões globais e desafios educacionais é necessária a aprendizagem ao longo da vida, “do berço ao túmulo”; é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação. Na convenção reafirmaram-se os valores que devem orientar o ensino: inclusão, emancipação, humanização e democracia. Como pilares da aprendizagem têm-se: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver com os outros.

O processo ensino-aprendizagem não deve considerar somente as premissas do mercado, pois conhecimento é formação humana. O trabalho é apenas um instrumento de modificação da natureza; o pensamento, a reflexão, a capacidade de interação e a tomada de decisões estão acima de qualquer ferramenta ou função, pois não se deve pensar apenas nas necessidades do nosso tempo, mas planejar uma sociedade em evolução constante em que seus membros devem refletir sobre os rumos que irão tomar e ser capazes de produzir além das mercadorias arte, filosofia, ciência e novos descobrimentos.

2.3 Perfil dos jovens trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos

Na juventude tem início a fase em que se começa a tomar as decisões mais importantes da vida. Nesses momentos recorre-se a todos os conhecimentos adquiridos na busca de um bom senso que ajude na adoção das atitudes e decisões certas. Para se fazer as escolhas devidas o conhecimento é indispensável como meio social e de apropriação cultural da realidade. Acrescenta-se que

A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Por consequência a educação é formação do homem pela sociedade, ou seja, o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre

o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos (PINTO, 2004, p. 29).

Em seus apontamentos, Pinto (2004) considera que o saber pode ser descrito de acordo com algumas considerações e todas refletem a continuidade do processo. Elabora-se da seguinte forma:

- Educação é um processo contínuo e envolve saber institucionalizado e cotidiano;
- É um fato existencial – é o processo pelo qual o ser humano adquire sua essência;
- Educação é um fato social – incorporação dos indivíduos aos fatos existentes e ao progresso;
- Educação é um fenômeno cultural – educação é a formação de valores culturais.

A Educação de Jovens e Adultos tem as suas especificidades, assim como os estudantes inseridos nessa modalidade de ensino-aprendizagem. Para conhecer o perfil dos jovens trabalhadores e estudantes da EJA foram feitas entrevistas sob a forma de questionário com 75 (setenta e cinco) alunos de duas escolas estaduais em Goiânia e Região Metropolitana. O questionário, assim como as observações de aulas, foi pensado para se entender um pouco mais sobre o cotidiano, as práticas de lazer, o tipo de trabalho desses alunos e qual a contribuição da Geografia em seu universo

O questionário foi respondido por todos os educandos das turmas observadas. Em seguida, separaram-se os jovens entre 15 e 24 anos, sujeitos desta pesquisa. Um dado relevante para este estudo é o de onde vivem esses jovens, ou seja, qual o seu local de residência e com quem residem. Ao tabular os dados das duas cidades (Goiânia e Goianira) percebeu-se que o tipo de moradia do jovem estudante muda bastante de uma escola para outra, principalmente quanto aos que moram sozinhos, em apartamento ou com as famílias.

Tabela 7: Perfil da moradia dos jovens estudantes da EJA nas cidades de Goianira–GO e Goiânia–GO, 2010.

Colégio Estadual São Geraldo – Goianira–GO					
Com que mora	Pais	Parentes	Amigos	Sozinho	Família
	60%	4%	4%	4%	28%
Tipo de domicílio	Casa	Apartamento	Barracão	Quitinete	República
	63%	0	37%	0	0
Situação	Própria quitada	Própria não quitada	Alugada	Cedida	Outros
	45%	14%	36%	5%	0
Centro de Educação de Jovens e Adultos, Goiânia–GO.					
Com quem mora	Pais	Parentes	Amigos	Sozinho	Família
	47%	4%	7%	9%	33%
Tipo de domicílio	Casa	Apartamento	Barracão	Quitinete	República
	60%	22%	10%	8%	0
Situação	Própria quitada	Própria não quitada	Alugada	Cedida	Outros
	48%	10%	37%	5%	0

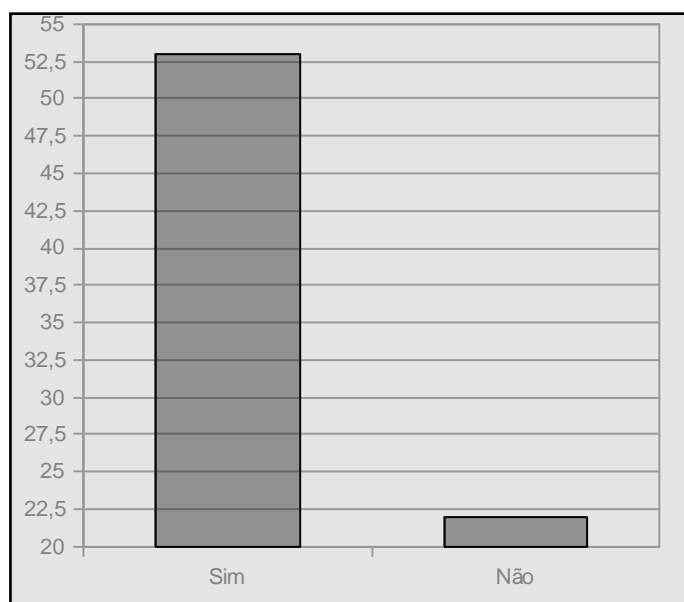
Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Nota-se que apesar de jovens, muitos possuem responsabilidade de sustentar uma família, principalmente em Goiânia, onde o número de jovens com essa responsabilidade é grande. É bastante significativa a quantidade de aluguéis, o que demonstra que parte dos que vivem com família está nessa condição. O tipo de moradia é uma preocupação nas cidades, onde o preço do solo urbano nas áreas com infraestrutura torna-se cada vez mais caro. É relevante em Goiânia a quantidade de jovens que moram sozinhos, o que leva a refletir sobre as condições de trabalho e estudo dessas pessoas, que precisam prover o próprio sustento, além de manter ou contribuir para as despesas da casa.

Sabe-se que a relação trabalho e estudo não é harmônica e que às vezes é preciso optar por um em detrimento do outro, em especial quando há mais pessoas que dependam do indivíduo ou esse não tem com quem contar; nesses casos, é razoável pensar que as exigências do trabalho estejam em primeiro lugar. Na Educação de Jovens e Adultos diz-se

que a educação e o trabalho andam juntos, mas de acordo com o trabalho ou a carga horária estabelecida a escola tem pouco a fazer para que esse jovem tenha o mesmo desempenho que os demais. Dos que responderam ao questionário grande parte declarou que trabalha, colocando essa atividade como razão para a escolha da modalidade de ensino EJA e do horário das aulas.

Gráfico 10: Quantitativo de jovens estudantes da EJA quando perguntados se trabalham, Goiânia e Goianira–GO, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Deve-se ressaltar que essa pesquisa foi realizada nos períodos matutino e noturno e da porcentagem dos que declararam não trabalhar a maioria estuda no turno matutino em Goiânia. Para esse estudo considerou-se trabalho qualquer atividade exercida mediante remuneração e empenhada com regularidade. Os estudantes que realizam atividades esporádicas, como vender cosméticos, ajudar nas tarefas domésticas, cuidar de crianças, entre outros, não foram considerados jovens trabalhadores.

Essa pesquisa tem como foco o jovem que sai de casa todos os dias para o trabalho, que precisa conciliar essa atividade com a escola e que vivencia o cotidiano da cidade. Esse é o jovem trabalhador, que se difere dos outros por ter mais experiência, conviver com pessoas além do ciclo familiar e realizar maiores percursos e vivências da cidade. É relevante ter esse perfil, pois os conteúdos devem ser significativos aos sujeitos e ter estreita ligação com o seu universo.

O professor, de sua feita, deve preocupar-se com quem está falando e com o universo

dos educandos, considerando o que pensam sobre o processo de ensino-aprendizagem e os seus objetivos na escola. Visto que se trata de uma turma com idades, conhecimentos e vivências que os diferem do ensino regular, isso exige do professor um preparo também diferenciado, pois os estudantes já têm ideia ou sabem o que quer e muitas vezes questionam as formas institucionalizadas de saber.

Ao se fazer uma análise do perfil desses jovens, pensa-se de que forma a Geografia pode contribuir para a sua formação e de que maneira os conteúdos propostos interferem na formação intelectual, na educação e nas perspectivas do sujeito. A observação de aulas e da rotina da escola, aliadas à aplicação de questionário, tornou possível entender que a Geografia trata de conteúdos que buscam elevar ao conhecimento científico as situações do mundo cotidiano. O solo, as cidades, o clima não têm sentido se não pela presença humana e por seus usos desses recursos. Sem a presença do saber sistematizado temos cada vez mais credices, fetichismo e ideias sem coerência.

Tem-se como exemplo o clima; é preciso entender que existem algumas regiões em que chovem mais, outras menos e que isso depende da posição geográfica, das massas de ar, do relevo etc. A falta de chuva, a seca e suas consequências não são meramente castigos divinos, mas fenômenos atmosféricos que têm origem e ocorrem na Terra. Durante as observações de aulas, ao se comentar, por exemplo, sobre a formação de estados federados e a política territorial surgem comentários e percebe-se que os alunos não tinham conhecimento de que já houve outra divisão territorial. Esse é um assunto que influencia diretamente no cotidiano, pois sabe-se que não há fronteiras fixas; vive-se em um mundo mutável de fronteiras voláteis que dependem de interesses principalmente políticos.

Sabe-se que a Geografia é uma ciência de saber sistematizado, que no Ensino Fundamental conta com três aulas semanais e que no Ensino Médio essa carga horária é reduzida para duas aulas semanais. Contudo, nas ciências humanas seu papel é preponderante nas investigações que envolvem os seres humanos e o ambiente. Na Educação de Jovens e Adultos foi notado que os professores aproximam a ciência dos alunos aproveitando os exemplos por eles citados e buscando elucidar os fenômenos naturais e humanos. Sabe-se que há um saber que une ambiente físico e transformações humanas e, nesse contexto, o ensino visa que o aluno seja capaz de fazer associações, desenvolver planejamentos e comparações entre os lugares e as culturas.

Nesse sentido, a escola de EJA tem cumprido os objetivos, pois, mesmo frente à diversidade de estudantes tem conseguido incluir, valorizando os diversos saberes sem reduzir a mera descrição e memorização. Em relação ao trabalho, a escola tem colaborado para que o

educando aproprie-se das ferramentas necessárias para entender o mundo que o cerca, entendendo, simultaneamente, as contradições de um Brasil que já surgiu em condições desiguais para seu povo, mas tomando posse da educação como ferramenta cultural de poder. Afinal, *a Geografia serve para fazer a guerra?* A guerra é travada no dia a dia da cidade, do campo, das estradas onde se busca melhores condições de trabalho, de sobrevivência e de existência.

É importante ressaltar que com a Geografia os alunos compreendem a espacialidade dos problemas que afetam os seres humanos e o ambiente. Ela possibilita, ainda, a clareza de que os acontecimentos do seu cotidiano não se dissociam do que ocorre em outros lugares do mundo. A pobreza, os impactos ambientais não afetam um lugar isoladamente; a sociedade e o ambiente que temos é fruto de interações históricas de alteração das paisagens e constituição de territórios.

Ao conhecer o estudante da EJA faz-se necessário ouvir a sua opinião sobre a contribuição do ensino de Geografia para sua formação pessoal e profissional. Em levantamento sobre a profissão desses estudantes, constatou-se que há uma grande proporção de autônomos e desempregados, a demonstrar que o estudo pode ser uma forma de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 8: Profissão/ocupação dos estudantes Modalidade EJA, Estado de Goiás, 2010.

Análise dos que responderam à pergunta		
Segurança pública ou privada	146	3%
Do lar	699	13%
Serviços gerais	581	11%
Doméstica	457	8%
Vendedor (a)	290	5%
Auxiliar administrativo	268	5%
Estudante	442	8%
Produtor/Trabalhador rural	178	3%
Autônomo/desempregado	750	14%
Funcionário público	169	3%
Pedreiro/Pintor	216	4%
Auxiliar de produção	122	2%
Operador de máquina/motorista	253	5%
Outras profissões	814	15%

Dos educandos que compareceram no dia		
Responderam	5385	86%
Em branco	868	14%

Fonte: SEDUC-GO, 2010.

A ampliação e democratização da oferta de ensino fazem surgir novas expectativas nesses sujeitos que regressam à escola em busca do “tempo perdido”. Para que não haja evasão escolar faz-se necessário um diagnóstico do porquê de haver deixado a escola e um planejamento para mantê-los motivados. Um dos problemas de pode ser responsável pelo abandono escolar é a reprovação e a não adaptação às normas do ambiente escolar. A avaliação pode constituir-se um problema para o aluno trabalhador quando é realizada em um só dia pré-determinado em que se exija que ele seja capaz de demonstrar o que aprendeu ao longo do bimestre, semestre etc.

Esse método de avaliar, aliado à cultura de que quem não atinge os padrões deve ser reprovado, é responsável por muitas das situações de abandono. Durante as observações de aulas houve momentos em que os educandos expressaram que se não obtivessem a aprovação desistiriam de estudar, pois não queriam *ver tudo de novo*. Para Neubauer (2001), a reprovação é uma forma de violência que ataca traiçoeiramente e destrói o futuro do país. Para a pesquisadora esse processo tem raízes profundas e concebe que os estudantes não passam de um receptáculo de informações e que são os únicos responsáveis por sua aprovação ou não. Nesse modelo a escola e professor estariam isentos da culpa pelo dito fracasso do aluno.

Por outro lado a aprovação automática também seria ruim, pois não promove o conhecimento. O importante é o saber e, às vezes, repetir uma mesma série pode auxiliar o estudante na compreensão dos conteúdos. Se ele for para outra série sem a base adequada poderá ser prejudicado em seu desenvolvimento, visto que os conhecimentos ficam mais complexos a cada etapa da aprendizagem. É necessário pensar no que é melhor para o educando, considerando sua realidade, necessidades, expectativas e promover a sua recuperação ao longo do ano letivo.

Os altos índices de analfabetismo forçaram o Brasil a adotar novos sistemas de aprendizagem e retenção de estudantes na escola. Atualmente considera-se a evasão escolar como responsabilidade principalmente do sistema educacional. Quanto à avaliação passou-se a recomendá-la de forma contínua considerando todas as habilidades e competências dos educandos. O educador deve mediar e facilitar o processo de aprendizagem, além de

contribuir para a aprovação. Para Neubauer (2001), essas mudanças na forma de avaliar baseiam-se em algumas premissas, entre elas:

- O ser humano apresenta ritmo e estilos de vida diferentes e isso deve ser considerado na aprendizagem;
- Todo ensino deve ser feito de forma continuada e não pode ser interrompido ou sofrer retrocessos, pois isso implica prejuízos à autoimagem e à motivação do aprendiz;
- Quando exposto às situações motivadoras o sujeito é capaz de aprender e avançar em relação a seus padrões anteriores;
- Aprendizagens cognitivas exigidas pela escola podem ocorrer com maior ou menor rapidez em função das características e estimulação de ambientes sociais de onde as pessoas provêm.

Ao considerar o perfil dos estudantes da EJA, deve-se mencionar que ao voltarem para a escola pública e ingressarem nessa modalidade encontram uma realidade diferente. O tempo é reduzido em relação ao Ensino Médio e há uma diversidade grande de idade, de estilos de vida e expectativas. Ser auxiliar no processo de aquisição de conhecimento desses alunos é respeitar diversos ritmos de aprendizagem, pois não há uma turma uniforme. O estudo da avaliação em Geografia foi realizado por Rabelo (2009); nele constatou-se que no ensino os educadores consideram o cotidiano e a realidade do aluno, mas isso muda quando o assunto é avaliação. Essa ainda continua sendo feita de forma tradicional e utilizada como instrumento de punição. Indica-se que

O aluno deverá estar sempre realizando atividades e exercícios (teóricos e práticos), o professor de Geografia deverá, sempre, estar preocupado com o processo e não somente com os resultados, pois é no processo que o aluno consegue realizar a decodificação e a interpretação de signos e, dessa forma, realizar a sua aprendizagem. Para que a mesma seja realmente eficaz, o professor deve estar atento, ainda, à adequação do conhecimento com suas práticas e experiências cotidianas (RABELO, 2009, p.07).

Ressalta-se ainda:

Quando entendemos que a cotidianidade de alunos e professores deve ser considerada durante o processo de ensino-aprendizagem, incluímos aí o momento da avaliação, que é tida aqui como parte desse processo. Pois, com base na teoria socioconstrutivista, a aquisição de conceitos não se dá pela memorização dos mesmos, pela acumulação quantitativa dos conteúdos trabalhados em sala de aula de forma pronta e acabada (RABELO, 2009, p.05).

Ao identificar as demandas dos estudantes da EJA é possível traçar metas e pensar que tipo de ensino, conteúdo, ações e possibilidades a equipe escolar pode planejar para garantir o sucesso e aprovação desses estudantes nas diversas avaliações. Seja na sociedade ou no vestibular é necessário que eles sejam capazes de suprir a demanda por conhecimento, cultura e cidadania. Se o educando retornou à escola é porque ele tem a intenção de estudar e cabe a toda a equipe e à sociedade manter essa chama do desejo de conhecimento acesa a fim de que perdure por toda vida.

O terceiro capítulo expõe o que pensam os estudantes, quais as razões para trabalharem e estudarem e em que medida isso é possível. Responde-se à questão de como a Geografia colabora para o entendimento da cidade e de que forma colabora para a formação da cidadania. As entrevistas realizadas são a base desse capítulo, que também trata da relação teoria e prática e contém indicações para o ensino de Geografia na EJA. Elucida-se que o sujeito aluno em sua diversidade é a parte mais importante do estudo e que para a sua formação é necessária uma junção de saberes.

3 A GEOGRAFIA NO COTIDIANO: O QUE DIZEM OS JOVENS TRABALHADORES DA EJA

Nas próximas páginas apresenta-se a visão do jovem trabalhador e estudante da Educação de Jovens e Adultos. Expõem-se as entrevistas realizadas em duas escolas com alunos de turmas e turnos diferentes. Os estudantes fizeram indicações de como conciliam trabalho e estudo, qual a relação entre a escola e a sua vida, além de apontamentos sobre como dividem seu tempo entre a família, o lazer e os amigos. Essas respostas foram importantes para conhecer quem é o sujeito jovem que retorna para a escola, quais as suas demandas e dificuldades.

Com a realização das entrevistas aliadas às informações expressas nos capítulos anteriores, foi possível estabelecer uma relação entre como a Geografia auxilia os estudantes a entenderem o mundo, as relações de trabalho e a valorização do tempo capitalista. Percebeu-se que de acordo com a profissão que o jovem exerce, os conteúdos geográficos têm maior significado, embora todos tenham estabelecido relações daqueles com a sua vida.

Os sujeitos da pesquisa são moradores de áreas urbanas; procurou-se compreender, assim, de que forma os conteúdos geográficos auxiliam na compreensão da cidade. As respostas e análises feitas indicam que os temas urbanização, transporte e migração foram essenciais ao entendimento das cidades e dos diferentes espaços globais. Ao tratar de ensino de Geografia tem-se como foco a formação para cidadania. Na EJA essa relação está presente e alia-se à promoção da cultura de paz, conservação ambiental e cumprimento de deveres.

Destaca-se a valorização do ensino na promoção da autoestima dos jovens que atribuem à escola a possibilidade de uma vida melhor. Afirma-se a necessidade de uma política de inclusão para esses alunos nas universidades e no mercado de trabalho. Ressalta-se a importância dos conteúdos geográficos e da escola para melhoria das condições sociais desses jovens.

3.1 Os conteúdos geográficos e a formação para a cidadania e o trabalho

Em sala de aula o professor dispõe de várias estratégias, métodos e teorias para em conjunto com o estudante realizar a mediação da aprendizagem. Mas qual a importância dos conteúdos para cada estudante? No caso da Geografia, cabe perguntar: será que ao estudar clima, solo, cidade, campo, paisagem os estudantes conseguem perceber que esses estão ligados ao seu cotidiano? Qual a importância de se estudar determinado tema? O que se

aprende na escola será utilizado ao longo da vida?

Com o objetivo de perceber as reações, os comentários e a ligação que os estudantes fazem entre os conteúdos e a sua vida, foram realizadas observações de aulas de Geografia em diferentes turmas da Educação de Jovens e Adultos. Conforme descrito anteriormente, foram selecionadas duas escolas, uma em Goiânia e outra na sua Região Metropolitana que trabalham com a modalidade EJA. Durante o primeiro semestre de 2010 as observações de aulas nessas instituições possibilitaram notar as diferenças e semelhanças entre os estudantes das séries de EJA e suas reações ao conteúdo e às atitudes dos professores.

As semelhanças entre as escolas estão na forma como os professores desenvolvem os conteúdos. Eles buscam estabelecer um diálogo com os estudantes e realizar a aproximação das teorias científicas do mundo cotidiano. As intervenções dos professores abarcam a experiência vivenciada, as contradições, as diferentes paisagens, o que estimula a formulação de ideias próprias. Nas turmas há sujeitos de diferentes idades entre jovens, adultos e idosos com diferentes histórias de vida e de abandono escolar.

A diferença entre as escolas, por sua vez, centra-se basicamente na idade dos educandos que em Goianira é mais elevada. Desde a chamada 'modernização da agricultura', o estado de Goiás a cada ano recebe grande quantidade de migrantes vindos de cidades do interior ou de outros estados; essas pessoas vêm em busca de oportunidade de trabalho e ao migrarem abandonam a escola. Esse público comporá a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se que esses indivíduos voltam à escola em busca de oportunidade educacional e profissional, pois alguns postos de trabalho exigem determinada escolaridade.

A questão migração e escolaridade podem ser notadas em sala, nas experiências e nos relatos das razões do abandono escolar, e pelas cidades de nascimento dos alunos. Na cidade de Goianira percebe-se uma maior concentração de migrantes por ser nessa região o preço da terra e do aluguel mais baratos em relação à Goiânia. O aluno migrante torna-se diferente dos demais por sua experiência espacial e vivências: andar, viajar e migrar ajudam o sujeito a ter uma compreensão do ambiente, o que possibilita uma relação teoria-prática.

De acordo com publicação da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, em seu *site*, a Educação de Jovens e Adultos mantida pelo Poder Público Estadual tem como objetivos:

- 1 – Assegurar a continuidade de estudos para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade apropriada;
- 2 – Garantir sistematização e apropriação do conhecimento nas diversas áreas incorporando novos saberes e competências próprias da faixa etária do educando jovem e adulto;
- 3 – Privilegiar as interações de experiências do educando jovem e adulto, visando fortalecer a

autoestima e identidade cultural;

4 – Elaborar, implementar, fortalecer e consolidar projetos educacionais de qualificação social e profissional aos jovens e adultos com o intuito de fortalecer e ampliar o seu acesso e permanência no sistema formal de ensino na educação: nas prisões, profissional, no campo, quilombola e indígena.

Entende-se que a educação é para todos, não importa a idade, localidade geográfica ou antecedentes. Essa educação deve respeitar as especificidades de cada lugar, como no caso da educação no campo a que muitos dizem apenas reproduzir os modelos do saber urbano e não considerar as demandas do campo. Para conhecer a Educação de Jovens e Adultos essa pesquisa perpassou por várias etapas para saber um pouco dos sujeitos que constroem esse ensino.

Uma das etapas dessa pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas com estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Por meio dessas entrevistas objetivou-se elucidar os seguintes questionamentos: qual é o papel da Geografia escolar na formação do jovem trabalhador? Que perspectiva ou entendimento o jovem tem de sua cidade? Como o ensino de Geografia colabora para a cidadania? Que associações os estudantes fazem do ensino com o trabalho que realizam? Que conceitos e temas da Geografia colaboram com o aluno trabalhador no seu cotidiano? Essas perguntas foram pensadas na construção do projeto e aperfeiçoadas ao longo desse estudo.

As entrevistas foram realizadas durante os plantões de dúvidas no mês de setembro de 2010. Foram entrevistados jovens de diferentes etapas da EJA. Para compreensão do perfil dos estudantes de Goiânia, optou-se por identificá-los com a sigla EG (Estudante de Goiânia) e os de Goianira com a sigla ERMG (Estudante da Região Metropolitana – Goianira). Notou-se que esses dois grupos possuem aproximações e distanciamentos, mas têm um foco comum ao buscar a EJA: a superação da condição social e a integração com a sociedade globalizada. Grande parte dos estudantes mencionou gostar da escola e mesmo frente às dificuldades sentem-se felizes por ter oportunidade de trabalhar e estudar.

As perguntas da entrevista foram divididas em três blocos. Na primeira parte tratou-se do trabalho e de suas implicações na vida do estudante. No segundo bloco buscou-se questionar quais conteúdos possuem ligação com o cotidiano do jovem, com o trabalho que realiza. O terceiro e último bloco investigou como a Geografia auxilia no processo de compreensão da cidade e formação cidadã. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas para melhor entendimento das respostas.

Quando perguntados sobre a experiência de trabalhar e estudar a maioria respondeu que é positiva, embora bastante cansativa. Em todas as falas não houve reclamações por trabalhar e estudar; notou-se, ao contrário, que há uma valorização desse fato, conforme relata EG1 quando perguntado sobre a experiência de trabalhar e estudar: *É difícil, mas eu acho que é mais valorizado pela necessidade, porque a gente acaba valorizando mais a escola.* EG2 reforça que: *Eu trabalho à noite e estudo de manhã, ou seja, eu saio do meu trabalho e venho pra cá; pra mim é ótimo, muito gratificante.*

Em algumas entrevistas ficou explícita a dificuldade que o jovem trabalhador tem em conciliar as atividades, visto que as duas responsabilidades exigem bastante tempo. Veja-se:

EG3: O trabalho consome o tempo da gente; o meu trabalho é, 'tipo assim': eu faço feira, mas eu faço à noite; então tem trabalho pra „mim' fazer, têm as tarefas, eu vendo roupa, eu tenho que costurar... e assim fica complicado eu achar tempo para a escola, pros meus exercícios. Então primeiramente a gente coloca o trabalho, eu coloco, depois eu vou recorrer aos meus estudos; se eu vou pra feira eu levo minha apostila e tô lá estudando, levo meu caderninho e tô lá fazendo minhas as tarefas, se eu tô dentro do ônibus eu tô estudando, então eu consigo aproveitar todos os minutos da minha vida, É claro, abri mão de televisão, de passeio, abri mão de tudo porque são duas coisas importantes que eu tenho que fazer: trabalhar e estudar. Porque não vive só do estudo, tem que trabalhar pra manter. (sic)

Esse depoimento expressa a realidade do aluno da EJA que reconhece as dificuldades existentes, mas fica contente por poder estudar. Esse aluno tem que ser consciente do tempo, que passa rápido, e, como diz EG3, *aproveitar todos os minutos*. Situações semelhantes foram citadas em vários depoimentos e notou-se que, mesmo diante das dificuldades, eles sentem que estão fazendo algo bom pra si próprios. Outra questão é que em uma metrópole o cotidiano é cheio de atividades e torna-se normal, e às vezes necessária, a prática de muitas atividades. Para EG4: *trabalhar e estudar é um pouco corrido... só que, assim, eu já tô tão acostumada com essa correria do dia a dia que pra mim já é normal.*

Quando perguntado sobre como o ensino de Geografia colabora para o entendimento da vida cotidiana e para a realização do trabalho, houve indicações variadas. Todos, entretanto, mencionaram que os conteúdos compreendidos em Geografia colaboram e possuem ligação com o trabalho que realizam. Exemplificaram que voltar à escola significa uma possibilidade de ascensão pessoal e profissional.

Nas entrevistas, ficou expresso que os educandos conseguem entender que a

Geografia faz parte do seu cotidiano e que se liga ao mundo do trabalho e da cidadania. Os conteúdos mais citados foram os referentes à política, ao meio ambiente e à globalização. Houve poucas referências aos conteúdos da Geografia física, o que pode levar à conclusão de que esses foram trabalhados em menor proporção em relação aos demais ao longo das etapas da EJA. O conteúdo ligado à parte física e estrutural da terra tem certa dificuldade em sua compreensão, pois exige-se a capacidade de abstração, memorização de estruturas e associação de fenômenos. Ressalta-se que nem sempre os professores conseguem fazer a ligação desses com a prática.

Outra possibilidade na predileção pela Geografia humana é a recorrência dos assuntos voltados para a política, urbanização e globalização na mídia impressa e televisiva a que o cidadão tem acesso. As escolas pesquisadas não adotam livro didático e os professores buscam diversas fontes de informações para tratar dos conteúdos, tornando mais difícil estabelecer uma sequência lógica e trabalhar com a visualização de paisagens, tabelas e leitura de textos.

Para melhor entendimento das questões referentes à ligação entre Geografia e cotidiano do aluno trabalhador, a sistematização dos dados indica que os estudantes recordam-se de estudos anteriores e os ligam ao trabalho que realizam. Foi comum citarem que Geografia está em tudo e que, principalmente, quando estão andando pelos espaços, visualizando paisagens, recordam-se das aulas de Geografia.

Tabela 9: Os conteúdos geográficos na vida cotidiana para o aluno trabalhador da EJA, Goiânia e Goianira–GO, 2010.

Goiânia		
Entrevistados	Conteúdo	Profissão
EG1	Política e globalização	Atendente comercial
EG2	Crescimento populacional	Vigia de hospital
EG3	Meio ambiente	Feirante
EG4	Senso populacional	Atendente em ONG
EG5	Economia brasileira	Vendedora
EG6	Urbanização	Pedreiro
EG7	PIB e renda	<i>Barman</i>
EG8	Estado de Goiás	Feirante

EG9	Clima	Motorista de ônibus
EG10	Globalização	Comerciante
Goianira		
ERMG1	Capitalismo	Motorista de ônibus
ERMG2	Desenvolvimento da cidade	Auxiliar administrativo
ERMG3	Clima	Feirante
ERMG4	Bandeirantes em Goiás	Costureira
ERMG5	Leitura de mapas	Agente de transporte
ERMG6	Impactos ambientais	Pedreiro
ERMG7	Reciclagem	Auxiliar de costura
ERMG8	Desmatamento	Vendedor de móveis
ERMG9	Grilagem de terras	Agricultor
ERMG10	Desigualdades sociais	Auxiliar de limpeza

Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Na tabela acima nota-se que o tipo trabalho realizado está relacionado aos conteúdos lembrados. Os entrevistados mencionaram em primeiro lugar o que mais se liga à sua atividade empregatícia. Pode-se compreender suas falas pelo tempo que se dedicam ao trabalho e o esforço empregado, maior em relação às demais atividades. Alguns mencionaram mais de um conteúdo, na mesma linha temática. Aponta-se novamente a centralidade do trabalho e da escola na formação do indivíduo.

Observa-se, então, que Geografia relaciona-se diretamente com o cotidiano do aluno e o auxilia a pensar sua realidade, planejar suas ações e buscar melhoria na condição de vida. Há uma relação de influência mútua entre o trabalho e a escola, duas atividades importantes na vida do jovem. O estudo da Geografia possibilita novos entendimentos, conforme conta *ERMG6* que trabalha como pedreiro: *Sempre que a gente vai construir casa tem que desmatar, tem que destruir. Então isso machuca a gente, porque tá estudando, tá aprendendo e sabe que destruiu, acabou, né?*

Em Goianira, as entrevistas foram realizadas com estudantes do turno noturno. Esses expressaram que a relação trabalho e escola é complicada, pois muitas vezes o trabalho é desenvolvido em outra cidade e isso dificulta a conciliação das duas atividades. Quando perguntados sobre qual a relação entre o trabalho e a escola e como dividem o tempo as respostas foram:

ERMG5: É complicado, às vezes chega atrasado e nem sempre os professores entendem.

ERMG2: Eu levanto 6h da manhã vou pro serviço; saio às 18h da tarde do meu serviço, passo em casa, pego a mochila e venho pra escola. A semana inteira assim; final de semana eu fico mais em casa com a família e procuro descansar.

ERMG8: Durante a semana, trabalho e escola e no final de semana é com a família. Porque não tem como trabalhar, estudar e dedicar à família. Então, tem que escolher.

Essa dificuldade não foi mencionada pelos estudantes de Goiânia e isso se explica por esses trabalharem na mesma cidade onde estudam e residem. Nas grandes cidades e regiões metropolitanas o problema com transporte, contudo, é frequente, especialmente para quem reside em bairros ou municípios afastados dos grandes centros. Para os moradores de Goiânia, os ônibus lotados e os longos momentos de espera fazem parte do cotidiano; a média de uso desse tipo de transporte é de duas horas por dia. Isso torna a rotina mais cansativa e ocasiona mais atrasos no trabalho e na escola.

Durante as observações de aulas em Goianira, constatou-se que alguns alunos estavam dispersos e nas entrevistas foi possível saber o motivo, segundo eles: cansaço físico e mental. Essa foi a principal reclamação dos alunos, que reconhecem não estar dispostos todos os dias, especialmente à medida que se aproxima o final de semana, quando o cansaço se acumula. Outra reclamação durante as entrevistas foi o calor; as salas de aulas são pequenas, com muitos alunos e apenas um ventilador. Existem salas em que o ventilador não funciona; assim, muitos vão embora porque não suportam o calor e o cansaço.

Na rotina do estudante trabalhador o lazer é deixado em segundo plano e, na tentativa de equilibrar todas as atividades, na maioria das vezes o trabalho fica em primeiro lugar e o estudo cinge-se às horas que esse passa na escola. Foi expresso que:

EG9: Quando tem um teste em vista ou uma prova eu estudo mais. No mais, estudo no meu horário normal ou quando tem um tempinho. Isso acho que é o que todo mundo faz, sempre corre quanto tem um teste ou uma prova.

EG10: Eu divido as horas; eu aproveito mais o dia da folga que é só uma vez na semana; aí, esse dia eu procuro tirar mais só com a família.

Alguns afirmam que é possível conciliar as atividades e que há tempo suficiente para

os diversos compromissos:

EG5: Dá tempo pra tudo, se você acorda cedo, cuida das suas funções e deixa sempre o caderninho por perto. Dá tempo pra tudo. E você vai levando aquela coisa e tem sempre uns minutinhos vagos; toda pessoa tem um tempo vago e aí você olha um ponto, olha outro e de ponto em ponto se faz uma história.

ERMG8: Divido o tempo entre escola de manhã e trabalho à tarde, só tenho a hora de levantar e a noite com a família.

Não só os estudantes da EJA passam por essa rotina de renunciar às atividades de lazer, de não ter tempo para a família ou não poder dedicar o tempo necessário aos estudos. O tempo é uma medida exata que submete todos a uma mesma lógica. Independentemente das atividades familiares ou de trabalho do aluno, o horário da escola é o mesmo. Os que precisam fazer hora extra – a exemplo das costureiras que trabalham por demanda e em algumas épocas do ano necessitam trabalhar mais horas – igualmente não contam com horário diferenciado, pois o tempo de entrar e sair da escola é o mesmo para todos.

Exige-se um sujeito que se dedique ao trabalho e que faça desse uma extensão da sua vida. Com o advento da tecnologia, a demanda por adequação, adaptação e flexibilidade do trabalhador torna o mercado mais competitivo e possibilita a renovação do capitalismo. Sobre a relação educação e trabalho pondera-se que

A grande questão que se põe para a educação em geral e, em particular ao profissional, é justamente o fato de que os padrões produtivos e de consumo não se assentam mais na massificação, nem na demanda de um exército de trabalhadores com padrões de qualificação semelhantes, que cumpram funções semelhantes e razoavelmente simples nos processos produtivos. Os novos padrões produtivos e de consumo assentam numa nova composição orgânica do capital, de crescimento relativo do capital frente ao capital variável, do trabalho morto frente ao trabalho vivo (SOUZA JÚNIOR, 2008, p.355).

A redução do número de trabalhadores por função em fábricas e empresas cria uma demanda de excedentes, uma reserva de mercado pronta para entrar em serviço. Nesse sistema, a escola também se adapta para proporcionar formas de inserção frente à competição do mercado. O sistema educacional não está isolado da realidade; o sucesso do estudante perante o sistema capitalista reflete-se nos números de inserção social e crescimento e do país. Nesse contexto, todos os conhecimentos são necessários, pois possibilitam um crescimento

intelectual para a compreensão dos padrões sociais.

Constatou-se que a escola e os conhecimentos geográficos auxiliam os estudantes no processo de entendimento do mundo do trabalho, pois os mesmos estabelecem conexões entre o ensino de Geografia e suas atividades profissionais. Alguns depoimentos dizem que os conhecimentos geográficos mudam as práticas, como no caso do *ERMG6*, que trabalha como pedreiro e a partir do que aprendeu em Geografia, reflete sobre sua prática profissional, que inclui desmatar para construir, lembrando que uma vez degradada a área torna-se difícil sua recuperação. Talvez o que o professor exponha em sala não mude tudo e todos, mas constatou-se que faz com que os estudantes reflitam.

3.2 A relação conteúdo e prática: visão do jovem trabalhador

O foco da educação é o aluno. Ele é o sujeito que junto com o professor vai compreender os lugares, as paisagens e as relações territoriais. Kaercher (2003), ao tratar do ensino e da aprendizagem em Geografia, questiona ao docente: que alunos quero formar? O que eu quero deles? Que cidadania construo com meus alunos? Essas questões reforçam a importância do foco no estudante, atendendo aos objetivos e propostas para uma sociedade mais justa. Sabe-se que a educação é direito de todos e que o Estado deve proporcionar meios para sua realização.

Esse direito não depende de idade e no Brasil, em reconhecimento a isso, expandiu-se a oferta de escolarização aos jovens e adultos. No Estado de Goiás a Educação de Jovens e Adultos é oferecida: em nove C.E.J.A.s e em 324 unidades escolares estaduais de 141 municípios nas 38 regionais; em 174 unidades escolares municipais de 105 municípios de 33 regionais e também em algumas escolas da rede privada.

A tabela abaixo representa os dados da Secretaria Estadual de Educação referentes às turmas de EJA e percebe-se a expressividade dos números. Existe uma grande demanda por essa educação em Goiás, visto os grandes fluxos migratórios que recebe. A Educação de Jovens e Adultos está organizada da seguinte forma: a primeira etapa da EJA é de 4 (quatro) semestres e equivale ao período do 1º ao 5º ano. A segunda etapa de 6 (seis) semestres equivale ao período do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e a terceira etapa, ao Ensino Médio, com 4 (quatro) semestres.

Tabela 10: Síntese geral do cadastro das Escolas Estaduais de EJA em Goiás, 1º Semestre de 2010.

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	Total
Alunos matriculados	1.027	17.860	37.576	56.463
Turmas	75	740	1.170	1.985
Professores	65	1.877	3.049	4.991

Fonte: SEDUC-GO, 2010.

Percebe-se um histórico de conquistas, projetos e tentativas de alfabetização. Atualmente entende-se a EJA como política de educação continuada para além de saber ler e escrever. As disciplinas que tratam do conhecimento do mundo, do passado e da realidade também têm destaque, pois o estudante não pode receber uma educação diferenciada. O conhecimento construído na escola deve possibilitar o entendimento da vida, do ambiente e a inserção no mercado de trabalho.

Desse grande número de estudantes, os jovens estão em significativa quantidade, seja porque precisam da educação para inserção profissional ou para atender as expectativas pessoais, familiares e sociais. Em pesquisa a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás constatou uma grande quantidade de pessoas entre 15 e 24 anos na EJA. É o que demonstram os dados apontados na Tabela 11:

Tabela 11: Proporção de estudantes da EJA por etapa e por idade, Estado de Goiás, 2010.

Em qual etapa você estuda atualmente?	1ª Etapa do Ensino Fundamental	8,51%
	2ª Etapa do Ensino Fundamental	33,85%
	3ª Etapa do Ensino Fundamental	57,64%
Qual a sua idade?	25 a 35 anos	37,10%
	15 a 17 anos	5,18%
	18 a 24 anos	30,84%
	36 a 44 anos	17,94%
	45 a 59 anos	8,09%
	60 anos acima	0,86%

Para entender sobre esses jovens que estão em uma modalidade de ensino caracterizada pela pluralidade faz-se necessário responder a muitos questionamentos, entre os quais: qual é o papel da Geografia escolar na formação do jovem trabalhador, os motivos que levaram esse ao trabalho precocemente e os aspectos positivos e negativos de se trabalhar e estudar. As observações de aulas, questionários e entrevistas possibilitaram um diagnóstico desses jovens além do entendimento de como esses percebem a relação conteúdo e prática em Geografia. Primeiramente, constatou-se, repita-se, que os alunos conseguem fazer uma ligação entre a maioria dos conteúdos e o cotidiano e isso se expressa com os exemplos durante as aulas.

Na entrevista, quando perguntados sobre porque começaram a trabalhar, as respostas reafirmam as constatações de que o trabalho perpassa uma forma de obter dinheiro.

EG6: Olha, hoje em dia não tem como ficar sem trabalhar; então meu objetivo é trabalhar e estudar. Porque não tem como ficar sem trabalhar.

ERMG6: Quando era criança trabalhava para ajudar os pais, agora trabalho pra ajudar eu mesma. Hoje em dia precisa, é necessário ter um trabalho.

Esses depoimentos reafirmam a centralidade do trabalho na vida do sujeito e a questão da escolha ou falta de escolha em conciliar as duas atividades.

Em alguns casos, observa-se a valorização de se ter o próprio dinheiro, de sair da dependência dos pais e entrar no mundo adulto. O dinheiro e a realização que o trabalho proporciona dão ao sujeito mais segurança e até mesmo destaque social. Quem trabalha tem renda para custear as despesas, desloca-se constantemente e tem uma vida social mais ampla. É comum até mesmo definir-se de acordo com a função que exerce, dizer 'eu sou vendedor', 'sou mecânico' etc.

Os jovens trabalhadores conhecem os desafios de uma metrópole, as dificuldades do transporte coletivo e reconhecem o mundo globalizado pelos *outdoors* das avenidas e ruas, que mudam a paisagem comercial da cidade. Ao sair do lugar que é seu, de casa para entrar no mundo do trabalho, reconhece-se que há aspectos positivos e negativos. Se por um lado os deslocamentos ampliam os conhecimentos geográficos e possibilitam comparações e associações entre conteúdos e cotidiano, por outro a dupla jornada precocemente empreendida

compromete a formação educacional, gera estresse e sobrecarrega-os de responsabilidades em um momento de escolhas profissionais e pessoais.

Quando perguntados sobre os aspectos positivos e negativos de se trabalhar e estudar simultaneamente, novamente nota-se uma diferença nas respostas dos educandos de Goiânia e Goianira.

EG1: A negativa não tem, é necessário trabalhar, ocupar o tempo. A positiva é que quero fazer um curso superior para melhorar a vida.

EG2: Não, eu acredito que tudo é crescimento, porque no meu trabalho eu dependo do estudo pra crescer. Como pessoa a convivência na escola também me ensina valores diferentes, me ensina a respeitar as pessoas de uma forma geral, saber que cada um é um, com seus defeitos e com as suas qualidades, da mesma forma que eu também tenho defeito e tenho qualidade; então é um aprimoramento pra viver em comunidade. No trabalho é você viver esse diferencial, respeitar as pessoas, saber que você tem seus deveres, mas também tem direitos.

ERMG5: Negativo é que fica muito cansado e positivo é que tem esperança de ter um emprego melhor, procurar algum concurso e um serviço mais leve.

ERMG7: Positivo é o conhecimento, eu gosto de estudar, quero fazer uma faculdade. A parte negativa é que cansa, a gente cansa muito. Tem que vir pro colégio à noite cansado, causa estresse mental, cansaço físico também.

Nesses dois grupos nota-se uma diferenciação: para o grupo que mora em Goiânia é mais fácil conciliar as atividades, enquanto para os de Goianira essa tarefa parece ser mais cansativa. Pode ser a questão do lugar de trabalho e dos deslocamentos feitos para o exercício das atividades laborais até as áreas centrais de Goiânia, que concentram grande parte do setor de prestação de serviços. Entre os estudantes de Goianira entrevistados, a maioria trabalha em Goiânia. Diariamente são mais de duas horas utilizando o transporte coletivo, que tem problemas com superlotação, especialmente em algumas rotas em que o transporte passa somente de hora em hora. Há, por conseguinte, uma grande disputa para entrar no ônibus nos horários da manhã e no final de tarde, e disso depende a assiduidade quanto ao horário de chegada na escola ou no trabalho.

As questões de tempo e de esforço físico empregados em todas as atividades também

contam no desempenho do aluno. Os que trabalham com comércio foram os que revelaram sentir-se mais cansados, pois precisam ficar em pé quase o dia todo e atender ao público, o que segundo os entrevistados é muito estressante. Sabe-se que aquele que não tem muita qualificação profissional ou experiência não dispõe de muitas possibilidades de emprego e deve se submeter às funções que lhe são disponibilizadas sob o risco de não conseguir uma nova vaga no mercado altamente competitivo. Com o estudante da EJA reforça-se que a busca pelo emprego deve considerar outra variável: a da escola. Os horários devem ser compatíveis e precisa-se sair do trabalho em horário exato, no caso dos estudantes do turno noturno.

O que ocorre é que algumas empresas exigem uma dedicação além do horário habitual e o cumprimento de horas extras. Isso é motivo de muitas reclamações, pois os estudantes alegam que a escola não compreende que nem sempre eles conseguem sair no horário programado e que o atraso justifica-se pelo trabalho. Por um lado, a escola exige a adaptação do educando às suas normas e que esse seja capaz de cumprir uma rotina de trabalhos, exercícios e provas em datas e horários programados. Por outro, as empresas precisam de um trabalhador flexível, dedicado, que desenvolva suas funções e consiga buscar soluções e inovações. O estudante da EJA está entre esses “dois gigantes” e cotidianamente trava batalhas na metrópole e nas práticas espaciais que dela participa.

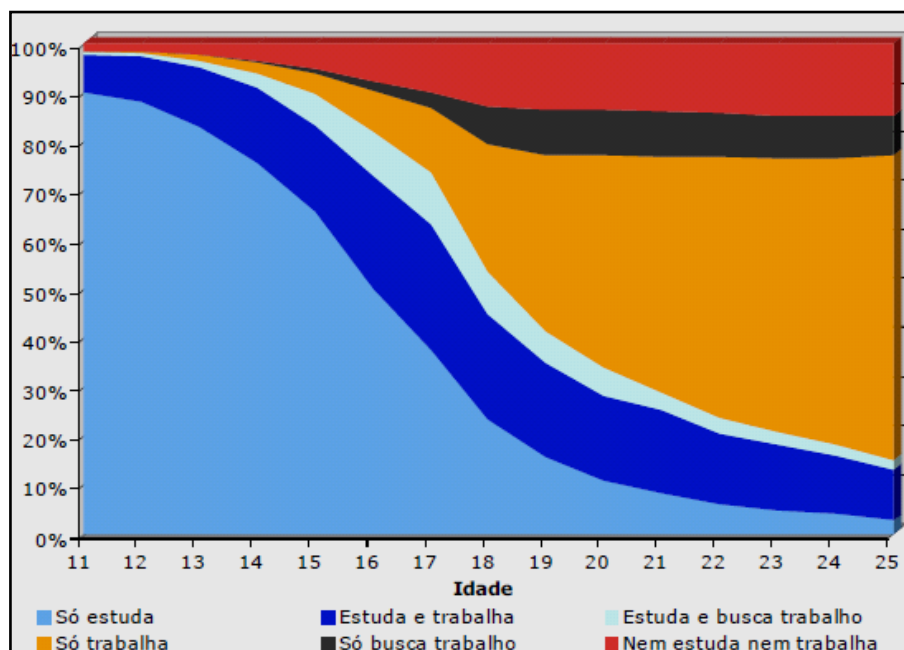
Thomaz Júnior (2009), analisando o mundo do trabalho na atualidade, escreve sobre o trabalho abstrato e o trabalho concreto e cita que há uma distinção entre os dois. O trabalho abstrato cria valor de troca e o trabalho concreto cria valor de uso. O valor das mercadorias depende de uma série de fatores, como: *status* social que proporciona, crescente valorização e demanda entre oferta e procura. Há as formas de trabalho que não geram mercadorias, apenas lucros, vantagens e bem estar. Nesse sentido:

A distinção entre as dimensões concreta e abstrata do trabalho é de extrema importância, visto que, na sociedade capitalista, o valor de uso perde espaço para a supervalorização do valor de troca, encimado no processo produtor de mercadorias e guiado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, já que o que vale agora não é o conteúdo do trabalho, mas sim a sua quantidade. Em outros termos, seria o mesmo que dizer que a sociedade contemporânea é movida predominantemente pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias e que o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.113).

Ressalta-se que esse processo caracteriza a mercadoria como razão de ser das ações humanas. Nota-se que o consumo de produtos no capitalismo é referência de cidadania e inclusão social. Ao tratar de desenvolvimento e qualidade de vida é comum associar esses ao crescimento da renda e do consumo de mercadorias como geladeira, televisão, celular.

Segundo dados do IBGE há uma expressiva população de jovens que só trabalha. Essa é uma referência ruim para o país, pois os espaços que esses tendem a ocupar no mercado são as funções com baixa remuneração e alta carga horária.

Gráfico 11: Estudo, trabalho e desocupação dos jovens no Brasil, 2005.



Fonte:IBGE/PNAD 2005.

O trabalho é elemento primordial e conforme se observa no gráfico às vezes se sobrepõe à escola. Na vida do jovem que desenvolve as duas atividades, as análises geográficas desenvolvidas em sala de aula têm significado à medida que possibilitam que esses sejam capazes de realizar a mediação entre conhecimentos cotidianos e científicos. A escolarização faz-se necessária para a compreensão do mundo tecnológico em que vivemos; essa compreensão e domínio das tecnologias é um diferencial na vida profissional. Por outro lado pode-se afirmar que:

Assim, de premissa objetiva para a libertação geral da humanidade do jugo das necessidades materiais, o avanço tecnológico converte-se, sob as relações sociais de produção capitalista, em instrumento de maximização da exploração da força de trabalho, ampliando a marginalização social através do crescente desemprego mantido sob controle (SAVIANNI, 2002, p.21).

O mesmo desenvolvimento que traz empregos compromete o tempo com atividades destinadas à geração de riquezas. O sujeito que trabalha vende mais que sua força: negocia seu tempo, criatividade e liberdade. O desemprego ou o medo é um fator para manter os

trabalhadores sob controle; as necessidades materiais e a busca por conforto impulsionam o indivíduo a vender sua liberdade em troca de um relativo conforto e aceitação social.

A relação entre Geografia e cotidiano, como abordado anteriormente, foi expressa, de forma que se nota a ligação que o aluno faz entre a escola e o mundo que o rodeia. Quando perguntado sobre de que forma o que se aprende em Geografia auxilia no cotidiano, as respostas mencionam que:

EG5: De uma certa maneira, a vida é um gráfico e você às vezes está em baixa; minha produtividade agora está em baixa, e é assim, às vezes está em alta. Geografia faz o seu cotidiano, pena que na primeira vez que estudei eu não percebi o quanto a geografia pode moldar até os nossos talentos. A partir do que você aprende, faz boas escolhas; por exemplo, eu quero fazer economia, mas nessa época, geograficamente falando, economia não é bom ... os índices pra estudar economia não são tão bons quanto tecnologia, certo? mas a Geografia está em tudo.

EG10: A matéria é o método do dia a dia, é a globalização, o modo de produção, é tudo que hoje em dia faz sentido, é o que estudamos agora em sala de aula.

EG7: A questão da Geografia na minha vida é muito importante, principalmente em termos de renda, salário. Esses estudos pra mim são muito importantes.

ERMG4: A parte geográfica de onde eu trabalho, nós necessitamos muito de geografia porque é transporte coletivo; então há uma necessidade da geografia do terreno das ruas.

ERMG5: Geografia a todo instante faz a gente ver o passado; muitas vezes a gente, andando, vê a natureza destruída e pensa como ela foi no passado, antes do homem transformar, então me ajuda muito no dia a dia.

ERMG8: Dos conhecimentos, Geografia fala muito do passado, do presente, hoje, do capitalismo. Tudo tá envolvido; eu trabalho com vendas.

Os diversos entrevistados mencionam os conteúdos utilizados em Geografia, que permitem a compreensão do cotidiano, e referem-se à lembrança das aulas, tomando-as como referência para as decisões. Foi dito também que se observa bastante o professor em sala, suas

atitudes e personalidade, que influenciam os estudantes. Durante as entrevistas presenciou-se uma conversa de uma estudante com o professor; ela dizia-se arrependida por ter trocado de turno. Descrevia que a nova professora de Geografia se preocupava muito com a aparência e por isso não utilizava giz na sala de aula. Segundo a estudante isso dificultava a aprendizagem porque 'ficar só ouvindo logo dava sono'.

Isso demonstra que não só os conteúdos são importantes, mas a maneira de apresentá-los, a forma de relacioná-los com a vida, a busca de entendimento coletivo e compreensão das necessidades dos educandos que, mais que importante, é algo necessário para conduzir os estudos e auxiliar o estudante na tarefa de descoberta do conhecimento.

Na relação entre Geografia e realidade, conforme descrito nas entrevistas, percebe-se a centralidade do trabalho e das mídias. Vários entrevistados mencionaram a utilidade do estudo para entender jornais, compreender melhor o trabalho, a cidade, para discutir com parentes e amigos temas como globalização, política e poluição e até mesmo para a autoestima.

EG2: Me ajuda todo dia no meu conhecimento, até mesmo pra tá conversando com meus parentes.

A busca de conhecimento ultrapassa as limitações do materialismo e da busca por emprego; a Geografia liga-se à vida do cidadão, está nos jornais, nas decisões políticas, nas novelas e na vida social. O saber falar sobre o mundo, estabelecer comparações entre os lugares, cidades e situações políticas levam o sujeito a uma nova dimensão da vida, a da intelectualidade. Transcendendo as conversas sobre a vida alheia, entra-se na dimensão do discurso, na reflexão sobre a humanidade, na formulação e exposição de ideias. Quando se aprende algo novo, anseia-se compartilhá-lo, demonstrar aos outros a descoberta; nisto está a base das mudanças de pensamento: na troca de ideias e na reformulação de valores.

Percebe-se que o espaço escolar vai além da visão utilitarista que às vezes tem excessivo destaque nos meios de comunicação.

Sobre a juventude e as relações que ela estabelece, Trindade (2009) considera que os reconhecidos espaços de socialização, como escola, família e trabalho, estão cada dia mais distantes da realidade da juventude. A demanda por educação cresce entre os jovens empobrecidos, mas a dificuldade de permanecer na escola é um dado real, sendo um desafio diante da necessidade de combinar trabalho e estudo, o que provoca muito cansaço, conforme já exposto. A escola não é apenas um espaço para aprender, adquirir um conhecimento e

diploma, é também um espaço de encontro e troca de experiências. É o lugar de constituir relações e também perceber o outro.

Nas entrevistas, as respostas mencionaram os conteúdos em pauta tanto quanto o que foi compreendido em anos anteriores. Os relatos possibilitaram a afirmação que a Geografia está presente na vida do jovem trabalhador e que o que se aprende na escola auxilia tanto na compreensão do mundo quanto nas atividades cotidianas, embora se deva considerar que o trabalho precoce não favorece a fase de preparação para o mundo adulto, pois não é algo previsto para os trabalhadores iniciantes. Desde cedo, eles começam a assumir pequenas atividades domésticas, como cuidar dos irmãos e da casa enquanto os pais trabalham para garantir a sobrevivência das famílias. A inserção precoce no mundo do trabalho informal leva-os a assumirem postos de trabalho similares aos de seus pais. O tempo de estudo se resume ao período em que estão em sala de aula, pois não dispõem de tempo para estudar, pois precisam trabalhar.

Em 2003 entrou em vigor a lei.10.748 que instituiu o Programa Nacional do Primeiro Emprego – PNPE. Trata-se de uma iniciativa para incentivar e melhorar o acesso dos jovens ao mercado. A lei determina que:

Art. 2º O PNPE atenderá jovens com idade de dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego involuntário, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - não tenham tido vínculo empregatício anterior;

II - sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo, incluídas nesta média eventuais subvenções econômicas de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no art. 11 desta Lei;

III - estejam matriculados e frequentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou que tenham concluído o ensino médio.

Essa lei incentiva empregadores a contratar jovens; trata-se de uma iniciativa válida, pois um dos obstáculos para se conseguir emprego são a experiência anterior e as referências. Novamente nota-se a importância da comunhão e tentativa de estabelecimento de uma relação de compatibilidade entre trabalho e estudo. A preocupação com a inserção dos jovens na sociedade vai além da educação; reconhece-se a centralidade do trabalho, as necessidades das famílias de baixa renda e dos jovens inseridos nesse contexto.

A Geografia ou a ciência geográfica ultrapassa a mera junção de conteúdos. Reconhece-se que ela trabalha com várias correntes de pensamento, abordagens investigativas, categorias e métodos para vislumbrar o espaço em transformação. No entanto, em relação à abordagem educacional escolar, o conteúdo é o ponto de conexão entre a ciência

e o educando. Entende-se que o conteúdo deve possibilitar que aquele perceba a natureza contraditória das relações humanas com o meio. O conteúdo não deve ser decorado ou memorizado, e sim possibilitar o conhecimento e explicação da realidade a fim de realizar uma ligação entre ciência e realidade local. A ciência faz-se com hipóteses e admite-se que não há verdade, mas uma teoria mais aceita.

Os conteúdos geográficos conforme estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais sustentam-se no estudo das interações entre os seres humanos entre si e com o ambiente. Em sala de aula, recomenda-se a diversificação da metodologia, uso de recursos tecnológicos e ponderação entre as maiorias e minorias, respeitando as dinâmicas do espaço regional, entre outros. Com o processo de informatização e melhoria das condições das escolas públicas essa possibilidade tem sido favorecida, embora ainda haja certa resistência dos docentes em aceitar as propostas de novas metodologias e formas de alternativas de avaliação. É o que registra Enio Santos (2008):

As políticas de currículo produzem uma série de artefatos que têm como intuito orientar a programação das escolas, o projeto político-pedagógico e o trabalho educativo em geral. Entre documentos que se auto-intitulam parâmetros, guias, propostas e mesmo livros e manuais didáticos, o currículo escolar oficial estabelece princípios, diretrizes, e, dependendo da intenção do artefato, indica os assuntos e temas que devem ser ensinados, prescrevendo ainda a distribuição, organização e hierarquização destes no tempo escolar. Os mais inovadores também propõem novas divisões dos tempos e dos espaços escolares, alteram a configuração e formação das turmas de estudantes, havendo casos, inclusive, de ruptura com a própria estrutura disciplinar, algo extremamente complexo para tradições fragmentárias do conhecimento escolar (Enio SANTOS, 2008, p. 54).

A relação ensino e cotidiano está, ainda, presente nas relações de trabalho. Sabe-se que são necessários conhecimentos básicos (leitura, escrita, capacidade de realizar cálculos) para se ter acesso às oportunidades de trabalho. No que respeita à Geografia, volta-se a questionar: qual a ligação entre educação geográfica e ambiente de trabalho? Nas etapas da pesquisa notou-se que ao questionar-se sobre essa relação, as respostas mencionam os temas ligados à cidade e aos centros urbanos. Dos questionamentos referentes ao trabalho foi perguntado: quais conteúdos geográficos mais se relacionam com o trabalho que você realiza? Visa-se entender a complexa relação entre as formas de trabalho e associação ou dissociação com a escola para saber em que medida a Geografia faz parte do mundo do trabalho dos alunos.

Quando entrevistados a maioria diz notar relação entre conteúdos da Geografia e as atividades profissionais e foram capazes de citar exemplos e fazer correlações:

EG7: O termo da renda, né... renda per capita; a questão da riqueza produzida aqui no nosso estado tem muito a ver com meu trabalho.

O significado das aulas pode assumir o papel da construção de ideias e formação de valores, indo além da aquisição de saberes sobre o mundo. Entre as entrevistas realizadas foi marcante a de *ERMG5*, que expressou como os debates em sala de aula são captados e lembrados ao longo da vida.

Pesquisadora: Quais conteúdos geográficos mais se relacionam com o trabalho que você realiza?

ERMG5: Sempre que a gente vai construir casa tem que desmatar, tem que destruir, então isso machuca a gente porque está estudando, aprendendo e sabe que destruiu, acabou, né!

Esse depoimento confirma que a aplicação dos conteúdos tanto pode colaborar para melhor entendimento do trabalho ou para inserção do indivíduo quanto para a sua reflexão sobre as atividades desenvolvidas. Embora o sujeito não seja “dono” de sua vontade, ao construir uma casa e ao desmatar ele consegue perceber os danos ambientais de sua ação, o que pode significar um primeiro passo para uma atitude cidadã de busca por melhoria na qualidade ambiental da comunidade. Sabe-se que é a partir de situações-problema que o indivíduo torna-se capaz de criar soluções e um conjunto de pessoas com intenções semelhantes fazem a diferença no processo produtivo e reprodutivo do conjunto social.

Houve muito destaque no campo das ideias a associação entre Geografia e um conjunto de pensamentos sobre o mundo. *ERMG8: Tudo que você faz tem geografia, relaciona com vendas, porque você vende ideias, em geral tudo fala sobre vendas.*

Durante as observações de aulas foi notado que os professores tem alguns conhecimentos sobre a trajetória do educando, especialmente em Goianira–GO, e procuram aproximar o conteúdo da realidade ou pedir que os alunos descrevam situações do cotidiano de sua vida e de seu trabalho e aproximam isso dos conteúdos.

No colégio pesquisado em Goiânia o professor também demonstrou conhecer a realidade dos estudantes, embora haja na instituição alunos de Goiânia e demais municípios da Região Metropolitana. Evidencia-se que os docentes têm uma relação de proximidade com os discentes, há uma afetividade nas relações e incentivos constantes ao desenvolvimento intelectual e humanístico dos educandos. Essas práticas são consideradas pertinentes e

necessárias à aquisição de saberes:

Para o professor concretizar seu ato de ensinar de forma satisfatória, o vínculo afetivo é uma dimensão indispensável, uma vez que as emoções, interesses pessoais, sonhos permeiam toda relação pedagógica. A afetividade do ato de ensinar implica um trabalho em equipe, pois o processo que se vive em grupo é valorizado e colocado ao alcance dos participantes [...] Os meios do ato de ensinar são o próprio professor, o processo de ensinar propriamente dito, que se dá em uma relação sócio-profissional manifesta-se quanto se trata de seres humanos. Nesse contexto, a relação afetiva é uma necessidade para o exercício profissional, contemplando a aprendizagem do aluno (VEIGA, 2009, p.24).

Essa relação apresenta-se na busca por motivar que o discente, por exemplo, participe politicamente das decisões tomadas no país. Na realização das entrevistas, esta pesquisadora conversou com uma aluna com deficiência visual que, quando questionada sobre qual a relação entre conteúdos geográficos e o seu trabalho, mencionou o seguinte:

EG4: Eu acho que o censo, né? sobre o censo, o professor falou pras pessoas com deficiência, tá, responder ao questionário e falar das dificuldades. Eu trabalho num local que a gente busca o direito da pessoa com deficiência numa associação. Essa informação eu contei aos demais para que o governo saiba que têm muitos deficientes visuais e atender as nossas necessidades.

As associações entre estudos geográficos também estão presentes nas experiências vividas, seja no trabalho ou na vida pessoal. A escola é um marco na vida do sujeito, que pode lembrar dos conteúdos aprendidos e referenciá-los à sua vida. O estudante de EJA, por ter vivido de forma descontinuada a relação escolar, deposita nos estudos uma esperança e um sentimento de compensação em relação ao tempo perdido. Isso pode ser verificado nas seguintes falas, quando ainda se questiona sobre conteúdo geográfico e trabalho:

EG10: Os conteúdos sobre o que está em desenvolvimento e é emergente, como o caso do Brasil; eu já vivi na Espanha e isso me ajudou bastante a compreender o país e as pessoas de lá.

EG2: Na matéria que fala sobre a média de natalidade e mortalidade; aquilo acho que bate muito com meu dia a dia porque trabalho em um hospital.

ERMG4: Nós estamos aprendendo sobre a natureza, o meio ambiente, a preservar as nossas florestas; isso ajuda na minha formação, mas no meu trabalho não posso preocupar muito com isso. Lá tem muita poluição e ninguém liga.

ERM6: A ligação das cidades; é que a gente vai entender porque tem uma cidade colada na outra, é o conteúdo conurbação, porque moro em Senador Canedo e agora sei que apesar de ser grudado em Goiânia não é a mesma cidade.

Sobre as representações dos estudantes em relação à Geografia, seus conteúdos e sua importância na formação daqueles, Kimura (2008, p.180) relata que o professor de Geografia que busca mediar o diálogo dos alunos com a realidade pode ajudá-los a compreender o significado dos movimentos sociais. Eles podem significar contestação por um lado e luta por o outro, se considerarem a sociedade organizada como um todo e os atores sociais desses movimentos. Com destaque para a importância dos conteúdos geográficos na vida dos educandos, Albuquerque (2006, p. 344) menciona que se a realidade social em que está inserido o adolescente não for levada em consideração, no processo ensino-aprendizagem ele não encontra identidade entre si próprio e o conteúdo oferecido pela escola.

Nessas condições, o conteúdo torna-se distante do aluno e, por isso, pouco interessante. Nesse processo, a avaliação da recepção torna-se imprescindível vez que caso negligenciada o estudante será nivelado e visto como aquele que só recebe informações, sem necessariamente questioná-las. De acordo com esses autores, o conteúdo, o método e a avaliação são imprescindíveis ao ensino de Geografia. Destaca-se nesse processo o sujeito aluno e o que ele pensa, sente e as experiências que carrega consigo. Conforme verificado nas observações de aulas e entrevistas, os estudantes mencionam gostar de Geografia e dos conteúdos, mas não têm acesso às matrizes curriculares ou não compreendem a sequência das informações.

Não são discutidos nessa modalidade o porquê de se estudar tal conteúdo e a importância desse conteúdo para o seu dia a dia; nem mesmo a opinião do aluno quanto ao que deve ser mais estudado é levada em conta. Notou-se, assim, que os educadores buscam aproximar os estudos da realidade, embora não haja debates sobre o que estudar e a sequência dos ensinamentos.

Reflexões sobre a organização dos conteúdos são apresentadas da seguinte forma:

E os conteúdos geográficos referem-se a quê? Aos saberes? Aos saberes e às práticas? Em princípio, são conteúdos que se estabeleceram e se estabelecem, como o contido em um campo de uma ciência que é a ciência geográfica e o seu ensino, num determinado contexto. Para alguns pesquisadores, esses conteúdos geográficos compreendem as práticas dos geógrafos, dos profissionais de Geografia, das instituições de uma sociedade, em um determinado momento histórico (Paganelli, 2006, p.149).

Em relação à escola, essa seleção de conteúdos é realizada pelo Ministério da Educação que formula os Parâmetros Curriculares Nacionais baseado em livros didáticos que, por sua vez, também seguem os PCNs. Em menor escala, há os currículos próprios elaborados pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Mas essa discussão não chega a quem está em sala de aula, o que se conclui das observações de aula em que os professores relataram a dificuldade dos discentes em compreender a sequência de conteúdos ou mesmo a dissociação e a ruptura de assuntos.

3.3 Reflexões sobre a educação geográfica na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Ao longo dos anos de estudo no mestrado esta pesquisadora conviveu ativamente com a Educação de Jovens e Adultos, seja na sala de aula como professora, em observações de aulas e entrevistas com estudantes dessa modalidade, seja em conversas informais com professores e demais membros da comunidade escolar. Por meio dessa convivência observou-se com especial atenção a proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio em 2010. Trata-se de uma ação do Ministério da Educação que tem por finalidade avaliar o Ensino Médio, além de ser utilizado como forma de seleção em universidades públicas e privadas.

Nesse ENEM, o trabalho está em evidência e com foco na cidadania; alia-se o trabalho às conquistas humanas e à garantia de direitos. A outra discussão sobre as relações trabalhistas é a sua precarização e a subjugação do ser humano pelo capital. É solicitado que ao terminar a Educação Básica o estudante seja capaz de refletir sobre as relações de trabalho, as demandas das questões trabalhistas na sociedade e formular questões próprias sobre o mercado de trabalho. Isso demonstra que ao discutir indústria, direitos humanos, Revolução Industrial e urbanização, a escola prepara não só para o mercado, mas também para que o sujeito seja capaz de discutir sobre a centralidade do trabalho e renda.

Figura 14: O trabalho, Exame Nacional do Ensino Médio, Brasil, 2010.


PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O Trabalho na Construção da Dignidade Humana**, apresentando experiência ou proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O que é trabalho escravo
Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1988, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

O futuro do Trabalho
Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher.



Fonte: ENEM, 2010.

Nessa proposta de redação, o estudante deve considerar o trabalho sob diferentes aspectos, desde os problemas da escravidão às futuras perspectivas para as atividades profissionais. Escrever sobre isso coloca o desafio da seleção de ideias, da articulação de conteúdos e da construção de ideias próprias, algo que em Geografia preza-se muito. Com os debates, questionamentos e contestações da Geografia escolar almeja-se que o estudante seja capaz de entender o espaço físico e social. Preza-se a formulação de ideias próprias que possam melhorar o ambiente.

Para entender o que pensam os jovens estudantes da EJA as entrevistas realizadas foram de grande relevância. No roteiro proposto, o terceiro bloco de perguntas procurou compreender a visão que os alunos têm sobre a cidade onde moram ou trabalham e de que forma o ensino de Geografia colabora com a cidadania. Com essas respostas, aliadas a todas as etapas da pesquisa, será possível fazer reflexões e indicações para o ensino de Geografia na EJA.

Sabe-se que Geografia auxilia na vida cotidiana e a compreender o mundo do trabalho. Mas, em que medida é possível auxiliar os jovens da EJA a entender os lugares, as cidades e a sua ligação com a complexa vida metropolitana? Será que o ensino é ferramenta

para se conhecer os espaços de segregação espacial? Os diálogos estabelecidos permitem questionamentos sobre as paisagens transformadas pela urbanização ou pela expansão urbana que nem sempre seguem a lógica do planejamento? Com essas preocupações foi perguntado de que forma os conteúdos geográficos auxiliam na compreensão da cidade onde você mora.

ERMG1: Eu passo todos os dias pela Avenida Anhanguera e lembro quando o professor falou de capitalismo; hoje tudo é capitalismo, a cidade, as casas, tudo.

ERMG3: Em relação ao clima de Goiás, quando ele tá seco tá no inverno; você vai aprendendo como se portar, aprende como o clima funciona.

Essas respostas fazem a ligação direta entre ensino de Geografia e vida urbana. Nota-se que tanto os ensinamentos da Geografia física como humana são compreendidos e relacionados aos fenômenos urbanos. Devido à crescente urbanização, sua centralidade é imposta em materiais didáticos que concebem a cidade como lugar de moradia, trabalho e lazer. O campo é relatado como um local de produção de alimentos e problemas ambientais. Assim, a cidade e o contingente humano nela abarcado são tratados de forma associada.

EG4: Sim, eu creio que sim porque... muitas pessoas às vezes não têm oportunidade lá (em outra cidade) e acaba procurando Goiânia e acaba ficando em Goiânia; por isso que eu acho, assim, Goiânia tá muito tumultuada... sei lá, tá muito movimento demais aqui, os ônibus lotado, então... eu creio que é porque muita gente procura Goiânia pra trabalhar, pra estudar.

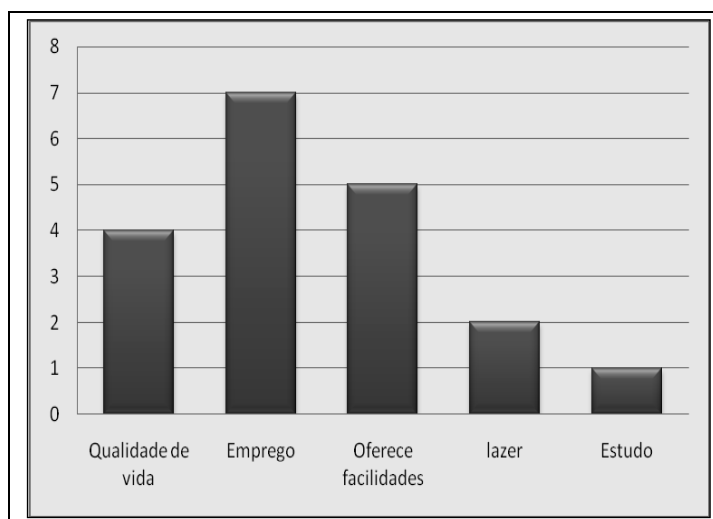
Esse relato traz a cidade relacionada à migração que em parte explica a formação de áreas periféricas, a superlotação do transporte coletivo e o desemprego. Do que foi ensinado em Geografia, EG4 foi capaz de associá-la a problemas urbanos, como a migração. Essa é a relação necessária a ser feita, não devendo se limitar somente à análise, mas pensar na formulação de soluções e planos para melhorar as condições de vida baseadas no saber cotidiano, na ciência e no desejo de evolução social. Ao tratar de urbanização, Milton Santos (2008) discute que a cidade em si relaciona-se com as formas materiais e imateriais da construção humana, torna-se espaço de criação da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das áreas periféricas pessoas excluídas.

E afirma que a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Essas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloqüente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas, sobretudo, buscar uma interpretação abrangente (Milton Santos, 2008, p.11).

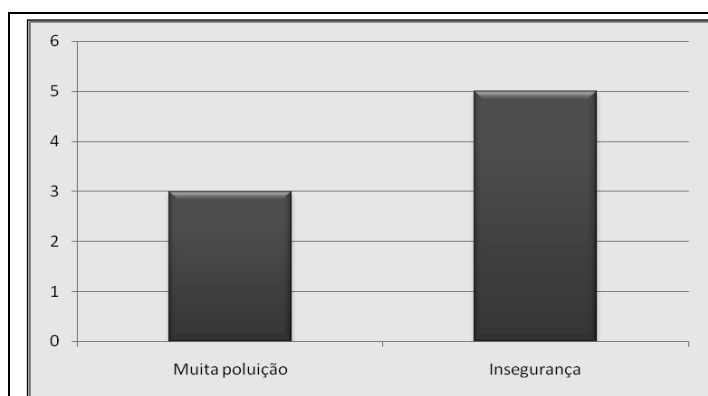
Nota-se que essas relações são compreendidas no ensino de Geografia e os estudantes atribuem tanto características positivas quanto negativas à cidade. Durante as etapas da pesquisa foi questionado aos alunos da EJA de Goiânia e Goianira se gostavam da cidade de Goiânia e por que. A partir das respostas foram sistematizados os seguintes gráficos:

Gráfico 12: Características positivas de Goiânia, segundo estudantes da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

Gráfico 13: Aspectos negativos de Goiânia, segundo estudantes da EJA de Goiânia e Goianira–GO, 2010.



Fonte: Reuvia de Oliveira Ribeiro, 2010.

A maioria disse gostar de Goiânia principalmente por ter boas possibilidades de conseguir um emprego, boas escolas e faculdades, muita opção de lazer, além de boa qualidade de vida. Foram poucas as características negativas atribuídas à cidade. A principal foi a crescente sensação de insegurança na Região Metropolitana. Nessas respostas, nota-se principalmente a influência das mídias que tratam a cidade como capital “verde”, da “qualidade de vida”. Para além do conhecimento, a sua aplicação também deve ser pensada, pois apenas conhecer não muda os fatos: é o planejamento e a ação que transformam as paisagens e os espaços.

A cidade, considerada idealmente como espaço de ação dos cidadãos, também está presente nas considerações dessa pesquisa e dos estudantes da EJA. Ao questioná-los sobre a importância de uma formação geográfica voltada para a cidadania os diálogos especificam que:

EG4: No momento eu tô aprendendo ainda, eu sei que não é só aqui na EJA mas, assim... eu tenho lutado muito por isso (cidadania), porque como cidadã eu tenho buscado, assim... recurso e assim o que aprendo aqui tá me auxiliando mais a buscar mais direitos. No mundo mesmo é o que a gente precisa; eu acho, assim, que sem estudar não vai a lugar nenhum; então, se você tá estudando tá adquirindo conhecimento pra que você possa tá buscando os recursos nos locais certos.

EG3: Pra mim foi através do conhecimento mesmo; o professor passa pra gente a matéria de forma que você põe em prática, o que antes você não colocaria; eu ponho em prática o que eu aprendi. Eu vejo hoje o país, o Brasil positivo; a conscientização pra mim foi a melhor coisa para eu poder ajudar o país, a minha cidade. Se eu vejo hoje um rio morrendo eu quero fazer alguma coisa, quero denunciar, eu quero isso, quero ajudar.

Nesses relatos tem-se a relevância do estudo, embora não citem em específico a Geografia, mas o raciocínio desenvolvido considera a cidade, os lugares e a busca por soluções que passam pela cidadania. Percebe-se que esse viés deve ser bastante explorado no ensino, valorizando-se as ideias e as informações de como buscar uma sociedade social, ambiental e territorialmente justa. O professor nesse caso é o responsável por apresentar outras realidades e junto com o educando formular soluções para as questões.

Nas entrevistas ouviram-se muito as expressões como *eu tento fazer, eu busco, hoje eu entendo mais...* mas nenhuma ação concreta que tenha sido tomada com o conhecimento.

Por um lado questiona-se sobre a ação que o sujeito adotará e a interferência real dos estudos em seu dia a dia, pois o que se ouviu foram apenas ideias. Não houve relatos de participação em passeatas, denúncias, propostas de mudanças enviadas aos governantes etc. Sob outro viés a escola é o lugar do conhecimento científico; assim, será que lhe caberia o papel de instigadora das transformações sociais e do indivíduo? Atribui-se grande responsabilidade à escola de promover uma sociedade mais justa, mas sem especificar por quais meios ela alcançará esse objetivo, ao tempo que se indaga: será que só a educação garante uma sociedade mais igualitária?

O debate sobre cidadania também está no entendimento dos estudantes de EJA da RMG e suas respostas seguem a mesma linha de raciocínio dos demais estudantes ao relatarem que:

ERMG6: Porque você estudando a escola te oferece conhecimento e com conhecimento você se torna um cidadão melhor.

ERMG4: Importante, sim, a cidadania; a gente tem que conhecer bastante, porque hoje o povo não está pensando no próximo, estão pensando só em si próprio e a humanidade não pode ser assim! tem que pensar em você e no seu vizinho.

As considerações sobre cidadania associam-se à presença de outros seres, ou seja, o que há de mais humano em nós, de mais cidadão manifesta-se no convívio social. Nesse sentido, o ensino de Geografia – que tantas proposições faz acerca do social, da transformação do espaço pela presença humana – tem nesses depoimentos que a escola é, sim, vista como espaço de formação da cidadania, compreendendo-se, por óbvio, a limitação desse espaço. Conforme *ERMG4*, que argumenta sobre o global, o ensino de Geografia possibilita reflexões sobre a sociedade mundial, ao se entender que os fatos e situações locais estão conectados a uma teia global social.

Com o ensino de Geografia há possibilidade de que o sujeito compreenda que o lugar onde ele vive faz parte do mundo, que o seu modo de vestir ou falar não podem ser explicados só pelo momento. Tudo está para o global, assim como o global tem conjunções que permitem decifrar os lugares.

Ao tratar dos lugares, Carlos (2007) afirma que o ritmo da cidade determina o ritmo da vida humana e acaba por contaminar as relações pessoais. Nos espaços urbanos a cidadania e 'os outros' ficam cada dia mais distantes; a metrópole se constitui eliminando os pontos de encontro, as antigas referências, destruindo a memória social e fragmentando o

espaço e as relações do indivíduo.

Nesse contexto, a ideia de progresso produz também a formação de um “novo ser humano” gerado no desenvolvimento de um novo modo de produção marcado pela mediação da máquina. Esse novo cidadão é fruto do desenvolvimento técnico que levou à mecanização do processo de trabalho, transformando o operário em um produto do mercado forjado para pensar em primeiro lugar no capital. Nos últimos anos, considera-se que houve uma evolução nas condições materiais do povo brasileiro, embora haja uma distância entre aquisição de mercadorias e melhoria efetiva das condições de vida.

O espaço que cada cidadão ocupa na sociedade é diferente, a mobilidade de cada indivíduo no espaço depende de um conjunto de fatores mediados pelo poder aquisitivo. Do ponto de vista do lazer, por exemplo, a população de baixo poder aquisitivo está confinada a pedaços da cidade, ao passo que para as camadas de alta renda tal problema não se coloca: seu leque de escolha espacial é infinitamente maior. O ensino de Geografia deve preparar-se para discutir todas essas questões, especialmente com os estudantes da EJA que possuem mais experiências espaciais, já trabalham e conseguem visualizar as formas de poder e dominação social.

A Geografia na EJA que discuta a cidadania deve considerar a cidadania urbana, que reivindica, que pensa em como resolver o problema da falta de moradia e da especulação imobiliária; que se manifesta contra a marginalização de áreas, que entende a intenção da construção de casas populares em bairros distantes dos centros urbanos e que percebe que a cidadania é social, mas o espaço está na base do poder, e que com conhecimento pode-se planejar e reivindicar o espaço para todos.

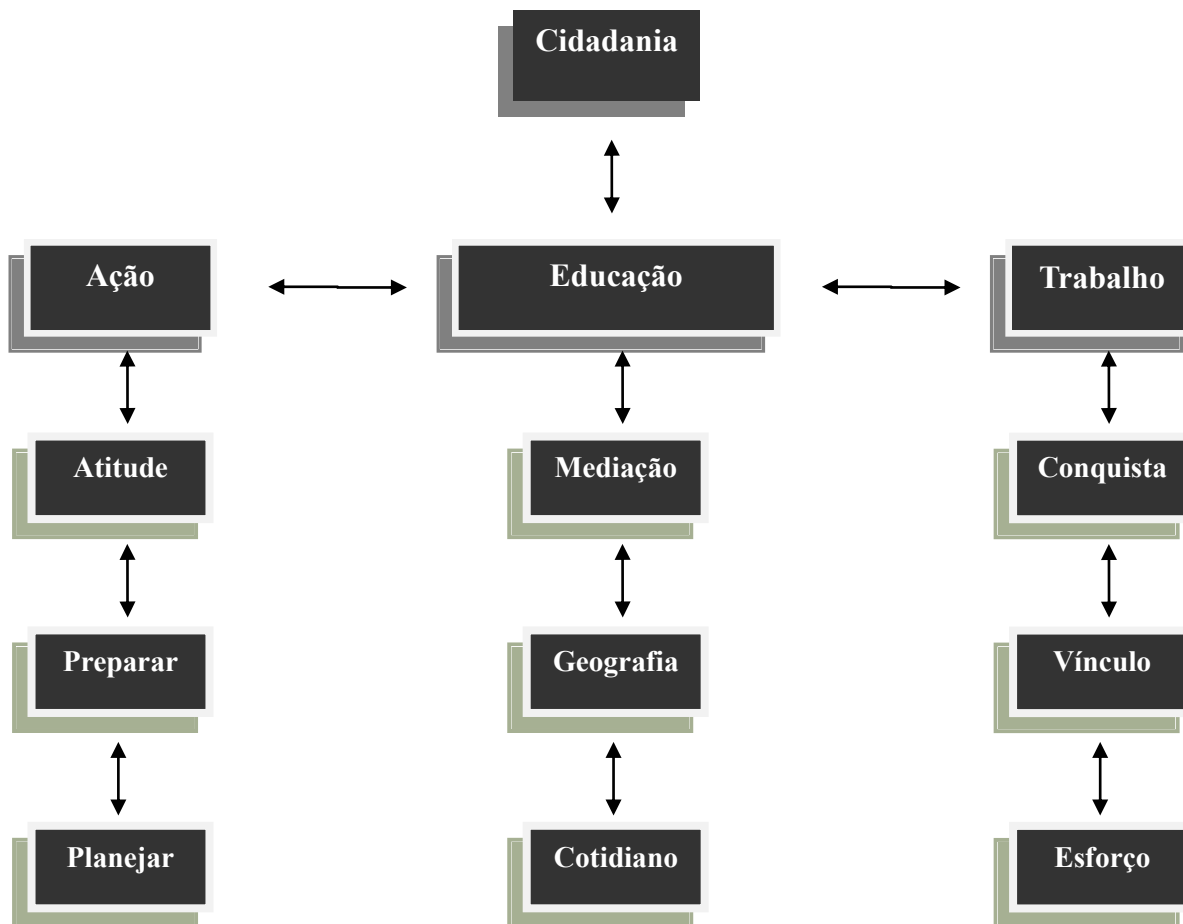
Para Oliva (2007), ter a educação como referência, como um valor, é não vulgarizar a cultura e os conhecimentos, é não se dobrar ao consumismo e às modas. Em sala de aula, em vez de estimular a competição deve-se apostar na colaboração, na construção da solidariedade para uma vida social mais digna.

Pensar a educação como um valor para a vida toda significa planejar um novo mundo que não seja hostil à união dos povos, fugindo da globalização desintegradora. É também colaborar e alertar para que as pessoas saiam da pobreza e do apego ao consumismo e inseridas no território, na vida democrática, nas relações de construção social. A educação entendida como um valor, por fim, nos faz acreditar que somos os sujeitos da história e que não podemos ser objetos de uma globalização.

A cidadania, a educação e o trabalho formam uma junção e não há como pensá-los de forma dissociada. Há uma interdependência de uma série de fatores que leva ao entendimento

da cidadania, de uma construção coletiva de um povo em determinado tempo e espaço.

Organograma: educação geográfica e construção da cidadania



A educação geográfica e o mundo do trabalho possuem estreita ligação, conforme relato dos entrevistados, que reconhecem a importância desses conhecimentos e também da educação como um todo. Só a educação, porém, não faz o cidadão; são necessárias ainda mudanças sociais e estruturais. A cidadania trata-se de atitudes, de ações e para a sua concretização é necessário um planejamento baseado no conhecimento fundamentado. O planejamento deve anteceder cada ação, principalmente as que atinjam a coletividade, como no caso das que visam à sociedade. Para a efetivação de manifestações e ações que tenham foco na vida social e nas transformações, só o conhecimento não basta; é preciso equivalente moção, baseada em planejamento e estratégias.

A educação geográfica não está dissociada das demais disciplinas escolares que exigem um conteúdo, formação científica e mediação docente para atingir o objetivo, a saber,

a aquisição e a formação de saberes sobre o mundo e a sociedade que nos envolve. Essa educação geográfica é um dos passos solicitados para a tomada das ações. Tal atitude pode dar-se pelo trabalho enquanto meio de aquisição de capital, transformação e requalificação da natureza. Na Educação de Jovens e Adultos essas relações são compreendidas e a busca pelo trabalho é mais evidente.

Os jovens da EJA percebem na convivência com os demais colegas de turma que o trabalho tem grande importância na vida. Esse faz com que o sujeito estabeleça relações de vínculo social e às vezes é preciso optar entre escola e trabalho. A entrada no mercado de trabalho dá-se com esforço e competição com os demais. Nessa concorrência a educação pode ser fator determinante para a conquista do emprego e da cidadania, visto que no mundo capitalista o consumo também pode ser entendido como cidadania.

Nos tempos atuais vivemos na plenitude do capitalismo que se expandiu no espaço e atinge uma velocidade de transformação ímpar em sua própria história. Hoje as diferenças geográficas são formadas, combinadas, destruídas e renovadas a cada momento, em redes de fixos e fluxos em variadas escalas. Essas relações estão presentes na Educação de Jovens e Adultos com a discussão dos lugares, da diferenciação de áreas, da relação seres humanos e ambientes. Assuntos que podem ser transversais, mas que em Geografia são tratados com maior propriedade e profundidade.

Afirma-se que na EJA o ensino, e em específico o de Geografia, tem colaborado para o entendimento da cidade e da cidadania. Essa constatação foi possibilitada pelos relatos dos educandos em entrevistas. Considerando que os alunos participantes da pesquisa moram e estudam na zona urbana, foi-lhe questionado: de que forma o que você aprende na sala auxilia na sua formação como cidadão?

ERMG1: Primeiramente minha autoestima aumentou e daí você vê as coisas todas de outra forma.

ERMG4: Aprendendo com os outros, você vai convivendo e aprendendo.

ERMG8: Porque muitas coisas eu não sabia; você passa a saber quando você vai conversar com a família em casa; tem muitas coisas que eles falam que está ao contrário do que você aprende, você aprende, você corrige o que tá errado em casa, acaba te ajudando na vida, no dia a dia.

EG9: Ah, eu acho que é em tudo, principalmente na educação porque a gente sem estudo é bruto, ignorante de tudo e no colégio querendo ou não ensina você a ser mais educado, mais gentil, mais compreensível um com outro.

EG5: Bastante; a escola te incentiva a ler, a escrever, a ficar atento, a brigar, a reclamar pelos seus direitos, a perguntar certo... a questionar, falar não... me dizem que eu me meto onde não é da minha conta e me meto mesmo.

Nas entrevistas muito se falou sobre autoestima, conforme afirmam os sujeitos citados. A atitude de voltar a estudar faz com que o sujeito se perceba com maior valor e entendimento do mundo que o cerca. Os relatos tratam do diálogo que o estudo possibilitou, a melhoria do diálogo sobre as questões da atualidade, sobre o sucesso de estabelecer conversas e trocar informações com a família. Nessas falas nota-se algo importantíssimo: a afirmação de que o que se aprende na escola é compartilhado em casa, fazendo com que o sujeito sintasse orgulhoso com o conhecimento e auxiliasse os demais compartilhando desse saber.

Isso prova que o ensino promove mudanças na rotina do cidadão e também atinge os demais ao seu redor. Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos citam que aprendem até mesmo na convivência com os demais colegas e com os professores. Muito foi mencionado sobre a importância de se voltar aos estudos e como a sociedade, a família e o mercado de trabalho valorizam o estudo. Houve muitas falas manifestando, ainda, a satisfação em estudar e o conhecimento como uma oportunidade de uma vida melhor, de uma consciência mais elevada.

Nesses depoimentos trata-se de cidadania como reivindicação, como luta, busca por direitos e também exercícios de direitos, respeito às leis. Especialmente na fala de *EG5* fica evidente a transformação que a escola promove na vida do sujeito, pois ele tem a clareza que a expansão do conhecimento e, por consequência, da consciência provoca mudanças perceptíveis aos demais. Ficou explícito que a escola e o conhecimento são fundamentais na promoção da equidade social e cidadania.

Esses depoimentos não traduzem todo o pensamento do indivíduo, pois é necessário considerar as limitações desse contato e demais questões que interferem no entendimento e até mesmo na disposição do sujeito em responder às perguntas. Foi perceptível nos educandos a satisfação em participar de um estudo, a curiosidade para saber qual a intenção das perguntas e qual a utilidade das respostas que forneceram. A sensação mais marcante nas entrevistas foi visualizar a satisfação dos sujeitos em estudar e a enorme conquista que o saber representa para eles, que já passaram por situações de necessidade do estudo, ainda que seja

do diploma apenas, embora se considere que somente os conceitos, as leis e o conhecimento não constroem, *per si*, a cidadania.

Apesar da melhora dos índices educacionais, o Brasil ainda é um país de profundas e intensas desigualdades sociais. Mesmo previstos na Constituição Federal vigente os direitos do cidadão e os direitos coletivos, esses muitas vezes afiguram-se ineficazes diante da dificuldade da população de acesso às suas garantias fundamentais, ainda que conhecedora de seus direitos.

A distância entre lei e realidade pode motivar o debate em sala, especialmente em Geografia que busca mostrar as restrições promovidas pelos seres humanos no espaço ao longo dos anos. Durante as observações de aula, a pesquisadora teve acesso a algumas avaliações de aprendizagem; entre elas, uma chamou atenção por fazer uso de *charge*. Trata-se de um recurso valioso para apresentar situações-problema de forma bem humorada, o que facilita o entendimento. A *charge* seguinte ilustra um pouco do pensamento existente sobre cidadania e foi utilizada por um dos professores em referência ao tema 'Brasil e as contradições sociais'.

Figura 15: Charge utilizada em avaliação de estudantes da EJA, Goiânia–GO, 2010.



A intenção do professor ao utilizar a *charge* na avaliação foi incentivar o pensamento crítico, mediado pela imagem e diálogos. Esse tipo de metodologia auxilia que os educandos pensem e aumentem os conhecimentos sobre a cidadania tida no Brasil e possam avaliar que

mudanças serão necessárias para a promoção da justiça social. Reafirma-se que apenas as leis não levam à mudança necessária, devendo-se cobrar sua integral aplicação.

Discutir cidadania em Geografia e na Educação de Jovens e Adultos significa auxiliar que esses pensem além do discurso, que reflitam sobre o espaço em que a cidadania é construída, visto que não há como pensar em educação, saúde, lazer se o direito à moradia, por exemplo, é negado. O mesmo se diz quanto ao trabalho, direito garantido por lei: como pode ser exercido se o cidadão não tem um lar, uma conta bancária, documentos ou qualquer referência que ateste sua capacidade para o trabalho? A geografia possibilita o entendimento de que espaço é poder e o poder forma o território, tanto o das gangues, que impedem que o cidadão caminhe por certa rua, como o do Estado, que deve fornecer a educação e possibilitar a descoberta de vários caminhos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve por objetivo buscar uma maior compreensão sobre as contribuições do ensino de Geografia para os jovens trabalhadores estudantes da EJA – Educação de Jovens e Adultos. Tentou-se produzir uma reflexão sobre que conteúdos mais auxiliam esses sujeitos em seu cotidiano, além de investigar como estes entendem a contribuição da Geografia para a compreensão da cidade e da cidadania. Procurou-se fazer uma ligação entre cidade, cidadania, trabalho e Educação de Jovens e Adultos.

Parte-se do pressuposto que o ensino de Geografia colabora para a cidadania e para a vida do jovem que está se inserindo ou em processo de entrada no mercado de trabalho. O principal desafio dessa relação é de que forma auxiliar esse jovem no complexo mundo globalizado. Expõe-se que cidadania é um processo contínuo de busca por exercício de direitos e respeito aos deveres, podendo ser individual ou coletiva. O cidadão perpassa as garantias constitucionais, pois deve saber conquistar seu espaço no mundo contemporâneo.

A cidade, assim como o espaço, pode auxiliar na formação do indivíduo ativo socialmente. Entende-se que o espaço urbano, além de um arranjo de construções, contém um estilo de vida próprio que tanto leva à exclusão social e espacial quanto à mudança social por meio da reivindicação popular e luta social organizada. No modo de vida urbano os jovens, segundo o IBGE sujeitos entre 14 e 24 anos de idade, vivem as limitações impostas pelo capital dos espaços exclusivos, da hierarquia social, da luta por emprego, saúde e educação.

A realização dessa dissertação é resultado de muitas reflexões e experiências como docente nos vários níveis e modalidades de ensino. Desde o início da graduação em Geografia, restou evidente meu interesse em conhecer mais sobre o ensino e sobre como a Geografia auxilia na compreensão dos fenômenos sociais e ambientais que nos rodeiam. Foi um longo caminho até o registro das considerações finais desta pesquisa, caminho bem retratado nos dizeres da música *My Way* (Elvis Presley) “*Eu encarei tudo e continuei de pé/ E fiz do meu jeito/ Tive minhas falhas, minha parte de derrotas/ E agora como as lágrimas descem/ Eu acho tudo tão divertido*”.

Entender quais as considerações dos jovens trabalhadores sobre o ensino, a cidadania, a cidade, além de conhecer quem é esse jovem, onde vive e principalmente por que começou a trabalhar foi uma grande motivação para uma professora em início de carreira. Saber sobre nossos alunos, chance nem sempre possível, e quais os seus anseios, dificuldades e expectativas é uma contribuição valiosa para pensar a prática docente. As observações de aulas e convivência com os professores possibilitaram estabelecer comparações entre a

metodologia, estrutura da escola e a constatar que os jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos valorizam a educação e reconhecem nela uma possibilidade de crescimento profissional e pessoal.

Observou-se ainda durante a pesquisa que o ensino de Geografia na EJA tem especificidades como menor número de aulas e estudantes de idades bastante variadas entre jovens, adultos e idosos. Essa situação constitui-se um desafio para o professor que tem que adaptar sua metodologia pensando nas diferentes gerações presentes. Nesse contexto, foi notado que os docentes esforçam-se para fazer a mediação entre conteúdos, temas e a realidade vivida, além de procurar motivar os estudantes a pesquisar, planejar e formular raciocínio sobre a situação do país, das pessoas, sobre a crise econômica mundial etc.

O foco desse estudo concentrou-se em Goiânia e Região Metropolitana. Entende-se a limitação geográfica desta pesquisa para pensar sobre o ensino de Geografia na EJA presente no país. Entretanto, constitui-se o trabalho uma importante análise de uma realidade em determinado momento que pode motivar discussões e reflexões sobre qual Geografia é ensinada na EJA. E mais: qual a visão dos jovens sobre os conteúdos dessa disciplina? Em que medida esses sujeitos fazem a ligação entre o que aprendem em Geografia e a sua realidade?

Há em Geografia muitos pesquisadores que trazem grandes contribuições para pensar o ensino, a exemplo das ideias de Cavalcanti (2008), Carlos (2005 e 2007), Damiani (1999), Thomaz Júnior (2009), Machado (2008) e Enio Santos (2008):

A geografia escolar lida com o conhecimento sobre o espaço visando ao raciocínio espacial, necessário ao exercício da cidadania, pois se acredita que a espacialidade é uma dimensão importante da realidade. Uma das formas de contribuir para o desenvolvimento do raciocínio espacial é a formação de conceitos. No entanto é preciso considerar que os conceitos não podem ser ensinados, eles não se formam nos alunos pela transferência direta de conteúdos e por sua reprodução, como está suposto em propostas tradicionais de ensino (Cavalcanti, 2008, p. 48).

Os ensinamentos desses autores em conjunto com os dados obtidos em pesquisa de campo tornaram possível demonstrar que há um grande número de jovens que estudam na modalidade EJA. Trata-se de jovens trabalhadores ou em busca de trabalho e há uma parte expressiva que já possui sua própria família ou é responsável pelo seu próprio sustento. Daquilo que aprendem em Geografia conseguem estabelecer relação com o que se passa em suas vidas; dentre os conteúdos mais lembrados estão os temas ligados ao ambiente e a natureza.

Os sujeitos entrevistados mencionam que estudar ou retornar à escola é uma conquista e valorizam o conhecimento e os professores. O professor é uma referência de conhecimento para eles. Com efeito, nas aulas os professores observados vão além do conteúdo, conversam com os estudantes e procuram auxiliá-los na resolução de seus problemas, mesmo os pessoais. Por ser EJA existe uma maior tolerância com horário, data de entrega de trabalhos e avaliações, fatores importantes para a permanência na escola, segundo os estudantes.

Contudo, esta pesquisa – frisa-se – possui limitações, pois representa o entendimento sobre um grupo ao longo de um determinado tempo. Há muitas questões que ainda estão por ser resolvidas e cabem ampliações às considerações aqui apresentadas. No desenvolvimento do estudo surgiram questões que poderão dar origem a outros trabalhos sob novas perspectivas e que possibilitarão a melhoria da EJA. Pode-se partir deste trabalho para um estudo mais aprofundado sobre quantos alcançaram as expectativas após a conclusão da EJA, quais as mudanças necessárias na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, qual a metodologia mais adequada a essa modalidade, que materiais didáticos utilizar, entre outros.

A construção deste texto foi uma experiência valiosa de aquisição de conhecimento como pesquisadora e em muito contribuiu para minha prática profissional na medida em que foi possível conhecer os sujeitos estudantes presentes na escola, observar a atuação de outros docentes e verificar até que ponto o que é discutido em sala é compreendido pelos alunos, bem como a relação que fazem entre os conteúdos e sua vida. Foi possível entender que a Geografia colabora para o entendimento da cidade, da vida cotidiana urbana e faz perceber as desigualdades sociais não como naturais e fatais, mas como consequências das escolhas que fazemos.

Podemos, assim, entender que é de fundamental importância o ensino de Geografia assim como de temas que levem ao pensamento e à formulação de conceitos e diretrizes próprias sobre cidadania, ambiente, espaço, globalização, política e mídias.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania na periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ALBRING, Loraine. **O Ensino da Geografia na Educação de Jovens e Adultos: Por uma prática diferenciada e interdisciplinar**. Disponível em: < http://www.cereja.org.br/arquivos.../loraine_albring_ensino_geografia.pdf>. Acesso em: 28/08/2009.
- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Escola e Televisão. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. De; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ALMEIDA, António Campar de; GAMA, António. **Geografia, conhecimento do espaço e cidadania**. In: ALMEIDA, A. C. de; GAMA, R. de A; CRAVIDÃO, F. DELGADO (orgs.), Editora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2003.
- BRASIL. MEC. **Parecer CEB/CNE 11/2000**. Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Jamil Cury. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000.
- _____. **Lei do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE**. Lei nº. 10.748, de 22 de outubro de 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Apresentando a metrópole em sala de aula. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A Geografia na sala de aula**. 8ª ed. São Paulo:Contexto, 2007.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2008.
- CAVALCANTI, Lana de. Souza ; CALLAI, Helena Callai ; CASTELAR, Sônia Maria V .

- Lugar e Cultura Urbana: Um estudo comparativo de saberes docentes no Brasil.** Terra Livre, v. 01, p. 91-108, 2008.
- CAVALCANTI, Lana de. Souza . **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos.** 1. ed. Campinas/SP: Editora Papirus, 1998.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni (orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** IPEA-BRASIL: 2008. Disponível em: www.mte.gov.br/politicas_juventude/default.asp.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Jovens na Cidade.** In: Revista Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro. v.1 n.1, p.15-21. Agosto, 2001.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Revisitando a alfabetização para Geografia no Ensino Fundamental. In: SHÄFFER, N. O. e outros. (Orgs.). **Ensinar e aprender Geografia.** Porto Alegre: AGB, 1998. pp. 37-46.
- GOIÁS. Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás. **Resolução nº. 260**, de 18 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.cee.go.gov.br>. Acesso em 01/06/2010.
- _____. Conselho Estadual de Educação – CEE/GO. **Parecer Pedagógico Subsidiário – EJA**, 2006. Disponível em <http://www.cee.go.gov.br>. Acesso em 01/06/2010.
- DAMIANI, Amélia Luisa. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **A Geografia na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1999.
- DIMENSTEIN. Gilberto. **O cidadão de Papel – A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 2002.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. Na trajetória da Educação de Jovens e Adultos. In: MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: Um olhar sobre sua trajetória.** Curitiba: Educarte, 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- IANNI. Octávio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José Claudinei (et al) (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação.** Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.
- IBGE. **População jovem no Brasil.** Departamento de População e Indicadores Sociais. - Rio

de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm> Acesso em: 02/07/2010.

KAERCHER, N. A. A geografia é o nosso dia a dia. In: CASTROGIOVANNI, A. C. *et al.* (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Sessão Porto Alegre, 2003. p. 57-65.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LINDÓN, Alicia. Geografías de la vida cotidiana. In: **Tratado de Geografía Humana**. LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel (org.). Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial: México: UAM. Iztapalapa. Div. Ciencias Sociales y Humanidades, 2006.

MACHADO, Maria Margarida. Construindo conhecimento em Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional – saberes coletivos de uma rede de pesquisadores. In: **Revista Educação de Santa Maria – RS**, v. 33, nº. 3, p. 411-424, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em 18/07/2010.

MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos: projeto AJA (1993-1996) – uma experiência da secretaria municipal de educação de Goiânia**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1997.

MARTINS, Wilmont de Moura. A juventude urbana e sua relação com o espaço. In: PAULA. Flávia M. De Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza. (Org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

NEUBAUER, Rose. **Quem tem medo da progressão continuada? Ou melhor, a quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?** Artigo da SEE, São Paulo, 2001. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br> . Acesso em 21/08/2010.

- NETO, Fernanda Borges. **A Geografia Escolar do aluno da EJA: caminhos para uma prática de ensino**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor Geografia e gestão do território, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008. Disponível em: < http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/43152189.html> Acesso em 20/09/2009.
- NOGUEIRA, Valdir; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã: contribuições dos princípios geográficos**. Boletim de Geografia. Maringá, v. 26/27, n. 1, p. 25-37, 2008/2009.
- NOLETO, Marlova Jovechevit. (Coord.) **Abrindo Espaços: Educação e cultura para a paz. Brasil**: Edições UNESCO, 2001.
- OLIVA, Jaime Tadeu. Ensino de Geografia: um retrato desnecessário. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A Geografia na sala de aula**. 8ª ed. São Paulo:Contexto, 2007.
- PAIS, José Machado. **Jovens e cidadania**. Revista Sociologia, problemas e práticas, n.º 49, 2005.
- OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de. **Saberes Docentes e a Geografia Urbana Escolar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.
- PAGANELLI, Tomoko Iyda. Reflexões Sobre Categorias, Conceitos e Conteúdos Geográficos: seleção e organização. In PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERACINI, Izabella Bento. **Saberes e Práticas de Professores de Geografia referentes ao conteúdo cidade no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009. Disponível em: <<http://www.iesa.ufg.br/posgeo/>>. Acesso em: 26/07/2010.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. 10ª São Paulo: Cortez, 1994.
- PONSTUSCHKA, Nídia Nacib. Fundamentos para um projeto interdisciplinar: Supletivo profissionalizante. In: PONSTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.) **Geografia em Perspectiva: Ensino e Pesquisa**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- RABELO, Kamila Santos de Paula. **A avaliação da aprendizagem em geografia com base**

- na perspectiva socioconstrutivista de ensino.** In: 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, Porto Alegre: 2009.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 19 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Formação educacional: instrumento de acesso à cidadania? IN: **Universidade, formação e cidadania.** SANTOS, Gislene Aparecida dos Santos (Org). São Paulo: Cortez, 2001.
- RODRIGUEZ, Alexander Cely; BARRERA, Carlos Alberto Zambrano. El espacio y la cultura como escenarios de aprendizaje de la Geografía. **Itinerarios Geográficos em la escuela: lecturas desde la virtualidad.** Geopadeia, 2010.
- RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI - O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo-Revista de Ciências da Educação**, nº. 2, p. 35-50, jan./abr. 2007.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAVIANI, Demerval. Educação, cidadania e transição democrática. In: COVRE, Maria de Lourdes (Org.). **A cidadania que não temos.** São Paulo: Brasiliense.1986.
- SILVA, Jailson de Souza e. Redes sociopedagógicas: uma resposta as violências urbanas. In: PONSTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.) **Geografia em Perspectiva: Ensino e Pesquisa.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- SILVA, Maria Ivonete. **“Ou trabalha e come ou fica com fome e estuda”:** o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2004. Disponível em: <
<http://www.forumeja.org.br/go/files/Dissertação%20Ivonete.pdf>>. Acesso em 27/08/2009.
- SANTOS, Enio José Serra dos. **Educação geográfica de jovens e adultos trabalhadores: concepções, políticas e propostas curriculares.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,

2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Justino de. Os dilemas da relação trabalho e educação sob a ordem regressivo-destrutiva do capital. IN: SOUSA, Antônia de Abreu; ARRAIS NETO, Enéas de Araújo; FELIZARDO, Jean Mari et al (orgs). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Editora SENAC: Ceará, 2008.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. São Paulo: [s.n] 2009.

TRINDADE, Ana Maria da. **Segregação urbana em Goiânia e os jovens da Vila Coronel Cosme**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2009.

UNESCO, Ministério da Educação. **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. Brasília: 2009. Disponível em: <www.cereja.org.br>. Acesso em 20/10/2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Ensinar: uma atividade complexa e laboriosa. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Lições de Didática**. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. 3ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

ANEXOS

Anexo 1: Questionário aplicado aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Universidade Federal de Goiás
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lana de Souza Cavalcanti

Mestranda: Reuvia de Oliveira Ribeiro

Pesquisa: Formação cidadã, juventude e trabalho: as contribuições da Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

1- Idade: _____ 2 – Sexo: Masculino () Feminino ()

3- Série: _____ Turno: _____

4- Estado Civil: _____

5. Em termos de cor/etnia, como você se considera?

() Branco (a) () Pardo (a) () Preto(a) () Amarelo(a) () Indígena

6 - Qual a sua renda familiar?

() Até 2 salários (R\$ 1.020, 00)

() De 2 a 3 salários (R\$ 1.530,00 a 2.040,00)

() De 3 a 5 salários (R\$ 2.040,00 a 2.550,00)

() Acima de 5 salários

7- Possui filho(s)? Sim () Não ()

Quantos? _____

Idade(s): _____

8- Características do domicílio:

() Casa () Apartamento () Barracão () Quinete () República

9- Sua residência é:

() Própria quitada () Própria não quitada () Alugada () Cedida ()

10- Você mora com:

() Seus pais () Com parentes () Com amigos () Sozinho () Família

11- Qual é o bairro onde você mora?

12- Qual é o bairro onde você trabalha?

13- Quanto tempo demora o trajeto da sua residência ao local de trabalho?

14- Qual o meio de transporte você mais utiliza?

15 - Que lugares você costuma frequentar nos finais de semana?

16- Quais as principais áreas de lazer e cultura de Goiânia que você costuma frequentar?

17- Trabalha: Sim () Não ()

Se a resposta for positiva: desde que idade: _____

18- Sobre o seu atual trabalho:

Em que lugar você trabalha?

Que tipo de trabalho você realiza? _____

Qual a carga horária semanal? _____

Há um grau de escolaridade exigido para exercer a função? _____

19- Por que você optou por estudar na Educação de Jovens e Adultos?

20- Qual a importância do estudo da Geografia para a sua formação? Aponte alguma temática que se destaca.

21- Dos conteúdos da Geografia que você estuda em sala de aula você considera que algum tenha relação com o seu cotidiano? Sim () Não ()

Se a resposta for positiva, aponte pelo menos três conteúdos.

22- Qual a sua expectativa para o futuro?

23- O que você entende por cidadania?

**Anexo 2: Roteiro para entrevistas com jovens trabalhadores que estudam na
Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Goiânia–GO e Região Metropolitana–
GO.**

1º Bloco de questões:

- a) Como é a experiência de trabalhar e estudar?
- b) Qual é a relação entre o seu trabalho e a escola?
- c) Como você divide o seu tempo entre trabalho, estudo, família e demais afazeres?

2º Bloco de questões:

- a) Por que começou a trabalhar?
- b) Fale-me um pouco dos aspectos positivos e negativos de se trabalhar e estudar.
- c) De que forma o que você aprende em Geografia o auxilia em seu cotidiano?
- d) Quais conteúdos geográficos mais se relacionam com o trabalho que você realiza?

3º Bloco de questões:

- a) De que forma os conteúdos geográficos auxiliam na compreensão da cidade onde você mora?
- b) O que considera importante nos conteúdos sobre cidade e cidadania? Por quê?
- c) De que forma o que você aprende na sala auxilia na sua formação como cidadão?

Anexo 3: Termo de consentimento para publicação das entrevistas.

Universidade Federal de Goiás
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia
Pesquisa: Formação cidadã, juventude e trabalho: as contribuições da Geografia na
Educação de Jovens e Adultos (EJA)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____ autorizo que as informações por mim concedidas à mestrande Reuvia de Oliveira Ribeiro em observações de aulas, em entrevista gravada e questionário sejam utilizadas na dissertação de mestrado, assim como em artigos a serem publicados em periódicos e eventos científicos. Fui informado(a) que a pesquisa objetiva estudar a formação cidadã, a juventude e o trabalho com questionamentos sobre o papel da Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estou ciente que a minha identidade não será revelada, assim como não será revelado o nome da escola no relatório da pesquisa de mestrado, uma vez que nesta pesquisa represento o estudante de Geografia de uma escola pública.

Goiânia, ____ de _____ de 2010.

Assinatura